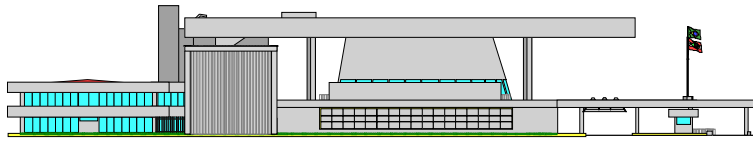


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 21 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.298

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2298 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 053ª Sessão Ordinária realizada em 15/06/20112 Ata da 015ª Sessão Extraordinária realizada em 15/06/2011 12 Ata da 016ª Sessão Extraordinária realizada em 15/06/2011 13 Ata da 008ª Sessão Especial realizada em 15/06/2011 16</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa 22</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública 24 Atas da Procuradoria 30 Atas de Comissões Permanentes 31 Ofícios 33 Portarias 35 Projetos de Lei 35 Redações Finais 36</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 053ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discorre sobre a greve do Magistério estadual e dos servidores públicos municipais de Blumenau.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Informa que o DNIT se prepara para federalizar o trecho sul da BR-163.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Homenageia o trabalho de Leoni Simm, escolhida pela OMS como embaixadora global contra o câncer para o Brasil.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra a presença de Ênio dos Santos, empresário e ex-vereador da cidade de Barra Velha.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Afirma que não há interesse do Parlamento em inviabilizar a atuação do MPE, do TCE e da Udesc; enfatiza a importância de debater a gestão da secretaria da Educação.

Partidos Políticos

DEPUTADO NEODI SARETTA - Registra o falecimento do vice-prefeito de Passos Maia; manifesta confiança na importância do Orçamento Regionalizado; cobra instalação de câmeras de vigilância em Concórdia.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Procede à leitura de resposta da secretaria da Fazenda ao MPE acerca do Fundeb; trata da falta de segurança pública na Grande Florianópolis.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Concorda com a deputada Angela Albino quanto ao Fundeb.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aborda a audiência pública que tratou das cirurgias eletivas represadas em SC.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Parabeniza o deputado Antônio Aguiar pelo empenho na solução das cirurgias represadas no estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Enaltece a descentralização e a importância da construção da Interpárias.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Lamenta a morte de Severino Sebastião Zonta,

em Lindóia do Sul, pai do deputado federal Odacir Zonta; anuncia a presença da prefeita, do vice-prefeito e do secretário da Saúde de Água Doce.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Cobra a publicação do edital para implantação do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (aparte) - Afirma que a falta de um novo terminal de passageiros em Florianópolis atrapalha o turismo de SC.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Marino Speif, de Itapiranga, e Valmiro Gessner, de Benedito Novo.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Elogia a presidente Dilma Rousseff, que esteve em Blumenau entregando unidades habitacionais a pessoas atingidas pelas enxurradas de 2008.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Ressalta o compromisso do governo federal com SC.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Tece considerações sobre a atuação do deputado Neodi Saretta com relação aos recursos do Fundeb.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Apoia reunião dos poderes para discutir a questão do Fundeb.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0011/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Faz esclarecimentos sobre o PL n. 0113/2011, de sua autoria.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Faz declaração de voto referente ao PL n. 0208/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos dá a honra da sua visita ao Parlamento catarinense e que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Um assunto que nos angustia muito é a greve dos servidores públicos municipais da cidade de Blumenau, que na data de hoje chega ao seu décimo dia, enquanto a greve dos professores da rede estadual de ensino alcança o seu vigésimo nono dia.

(Passa a ler.)

"Em relação à greve do Magistério, queremos mais uma vez manifestar o nosso reconhecimento a essa luta pela valorização da educação em nível nacional e estadual.

A assembleia do Sinte, realizada na semana passada, com a presença de mais de 15 mil professores que merecem todo o nosso respeito, já entra na história como um dos mais belos atos públicos realizado na cidade de Florianópolis, a capital do estado de Santa Catarina.

A nossa tarefa, como parlamentar, é buscar caminhos que permitam o diálogo e, principalmente, avanços para a educação dos catarinenses. E foi isso que fizemos na tarde ontem, deputado Elizeu Mattos, quando procuramos v.exa., como líder do governo, no sentido de evitar um enfrentamento e buscar, mais uma vez, o diálogo entre o sindicato e o governo.

O comando de greve se reuniu com a liderança do governo, no final da tarde de ontem, juntamente com o secretário-adjunto da Educação, professor Eduardo Deschamps, ocasião em que o governo se comprometeu a apresentar uma proposta por escrito à categoria, assinada pelo secretário de estado da Educação, pelo secretário-adjunto da Educação e pelo governador do estado. E foi isso que aconteceu na data de hoje, sendo que pela manhã o documento já estava com o Sinte para depois ser encaminhado às assembleias regionais.

Srs. parlamentares, coube-nos abrir o diálogo entre o governo e o sindicato. A avaliação desses documentos, nesse momento, é única e exclusivamente da categoria. E a nossa posição política, como parlamentar, foi dar apoio às decisões do Magistério, que fará uma avaliação criteriosa desses documentos. Vamos estar atentos à decisão da categoria e do comando de greve, e à disposição também para interceder junto ao governo do estado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputada Ana Paula Lima, acho que a vontade de todos os deputados desta Casa é encontrar um caminho para acabar com a greve através do diálogo, da conversa.

Tivemos a oportunidade de escutar o Sinte, juntamente com o professor Eduardo Deschamps, secretário-adjunto da Educação. Com o aval do governador Raimundo Colombo foi feito esse documento, uma vez que foi solicitado por v.exa., pelo sindicato e pelas lideranças da categoria. Fizemos um documento dentro do possível, tendo em vista a reivindicação apresentada ontem à noite. Ele foi colocado, ainda na noite de ontem, ao governador Raimundo Colombo, que teve a sensibilidade de dizer que quer assinar o documento e assumir o compromisso dentro daquilo que é possível ao governo, não fechando porta alguma e vislumbrando a possibilidade de um estudo mais profundo, com os pés no chão, para não prometer alguma coisa que não possa cumprir na frente.

Não tiro a razão dos professores. Eles têm sua razão, mas o governo também tem. Acho que numa negociação as duas partes têm que ceder. Não é somente um lado que cede, os dois lados cedem para ganhar na frente. E a proposta apresentada é esta: cede-se agora e lucra-se na frente com um projeto maior que reestude toda a questão do Magistério do estado de Santa Catarina.

Acho que a reunião foi proveitosa e nós fizemos a nossa parte. Por seu turno, o governador Raimundo Colombo teve a sensibilidade, dentro daquilo que conversamos, de assinar um documento e encaminhá-lo ao comando de greve.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Cabe agora, deputado Elizeu Mattos, à categoria decidir se aprova ou não esse documento. Nós, parlamentares, estamos à disposição do Magistério, ainda entendendo, srs. deputados e sra. deputada, que o salário do professor é muito pequeno diante da responsabilidade que ele tem de formar cidadãos. Entendendo isso, estamos aguardando a decisão do comando de greve e da categoria.

(Passa a ler.)

"Eu não poderia furtar-me de falar também da minha cidade, Blumenau, pois na praça da extinta figueira milhares de servidores municipais reafirmaram o propósito de não voltar ao trabalho sem a garantia de um reajuste digno, que há muito tempo eles esperam.

Os servidores não querem a greve. Não é isso que quer um professor, não é isso que quer um servidor. Em Blumenau eles querem melhores condições de trabalho e de salários, assim como qualidade no serviço público e respeito e valorização da categoria.

Tanto é que, diante da negativa do prefeito municipal de Blumenau, fizeram uma contraproposta de aumento do vale-refeição - atualmente é R\$ 8,00 - para R\$ 10,00 e 10% de aumento, sendo 6,3% relativos ao INPC e o restante de ganho real seria pago ainda em 2011. Mas nem diante dessa contraproposta conseguiram êxito.

Os servidores ainda exigem melhores condições de trabalho. A situação chegou a tal ponto que, segundo relato dos próprios servidores, principalmente aqueles ligados à Educação e à Saúde, falta até material de expediente para dar atenção adequada à população de Blumenau. A precariedade dos centros de educação infantil e das escolas municipais é tamanha que os professores

colocam esse aspecto na pauta de reivindicações.

Na verdade, os servidores municipais de Blumenau não estão apenas preocupados com a sua situação salarial, mas também com a qualidade do serviço oferecido à população. Nos ambulatórios e postos de saúde faltam medicamentos e materiais de uso contínuo.

Diante de tudo isso, a única vez em que se pronunciou, o prefeito insistiu em culpar a tragédia de 2008!"

O prefeito ainda quer culpar a tragédia de 2008. Não sabe ele que os investimentos da tragédia de 2008 foram do governo federal. Ele não teve nenhum gasto com a tragédia de 2008. A construção das moradias, o restabelecimento de ruas e de pontes foi feito com dinheiro do governo federal.

Então, prefeito, não culpe a tragédia de 2008 para não atender ao desejo dos servidores municipais de Blumenau: melhores condições de salário e de trabalho.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada!

Srs. deputados, temos o prazer de anunciar a presença nesta Casa de vereadores de Benedito Novo: Valmiro Gessner, presidente da Câmara Municipal; Carlos Antônio Stolfi; Ottwin Bruske; Dário Tonoli; Lourival Klemann; Piero Antônio Campestrine; Osni Floriani; e do secretário da Câmara Municipal, Darlei Doege.

É com muita honra que registramos a presença de ilustres visitantes. Sintam-se à vontade! Temos certeza de que os representantes da Câmara de Vereadores de Benedito Novo têm muito o que buscar nesta capital.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero aproveitar o horário de Breves Comunicações para trazer presente a esta tribuna uma audiência que tivemos com o superintendente do DNIT, João José dos Santos, que nos repassou várias informações que dizem respeito à recuperação de rodovias federais, especialmente na região do oeste, deputado Reno Caramori. Ele pontuou mais propriamente a BR-163, que liga o sul do país com a região sul do Pará através dessa importante rodovia que passa pelo estado de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além do estado do Pará.

Já é de conhecimento da sociedade catarinense os diferentes encaminhamentos que foram dados com relação à ampliação e restauração dessa importante rodovia. Temos como ponto de partida o município de São Miguel d'Oeste e, ao norte do município, passando por Guaraciaba, São José do Cedro, Guarujá do Sul e Dionísio Cerqueira, já temos todo o projeto elaborado. Nesse momento está sendo encaminhada licitação desse trecho, que vai ter, tanto de ida quanto de volta, mais de 60km de duplicados. É um trecho pequeno, que tem basicamente 60km e que terá quase 50% de ida e 50% de volta duplicados, além de ser restaurado todo o trecho de São Miguel d'Oeste até a divisa com o Paraná. A meta do DNIT é que até o final do mês de agosto o projeto tenha sido licitado e a expectativa é de que até o final de 2011 seja dado início às obras daquele trecho.

Além do trecho norte que vai em direção ao Paraná, há outro trecho que vai em direção ao sul, ao encontro de Itapiranga, do rio

Uruguai e, portanto, ao estado do Rio Grande Sul. Esse trecho é estadual e o DNIT já fez um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental que foi aprovado.

Portanto, a partir desse momento espera-se que até o final deste ano esse trecho sul seja federalizado, a exemplo do outro trecho que liga ao estado do Paraná. Federalizado, com certeza o trecho poderá receber vários investimentos por parte do governo federal.

Então, o primeiro passo, deputado Reno Caramori, já foi dado, que é o estudo da viabilidade técnica, econômica e ambiental do trecho. Inclusive, a ponte sobre o rio Uruguai é uma reivindicação antiga da população daquela região e do estado do Rio Grande do Sul, exatamente sabendo da importância que ela tem na ligação entre os dois estados.

O estudo já foi feito e até o final do ano vamos trabalhar para que aquele trecho seja federalizado. E aí, sim, vamos unir-nos com as lideranças da região da faixa de fronteira e com o vizinho estado do Rio Grande do Sul para contemplarmos recursos no Orçamento da União, a fim de que o DNIT possa fazer a recuperação e, quem sabe, a duplicação de alguns trechos.

Quero dizer também que o trecho da BR-163 que liga São Miguel d'Oeste ao estado do Paraná já conta com recursos para a duplicação e restauração. São R\$ 130 milhões destinados para esse trecho que liga São Miguel d'Oeste ao estado do Paraná.

Portanto, sr. presidente, gostaria de deixar registrado o reconhecimento ao trabalho que o DNIT está realizando em diferentes regiões do nosso estado. Sabemos que há gargalos, que há problemas, mas temos que reconhecer que nos últimos seis anos muita coisa tem sido feita nas rodovias federais que cortam Santa Catarina. O governo federal, através do DNIT, tem dado relevância às nossas rodovias federais. Além disso, em São Miguel d'Oeste será licitado um projeto de uma via de contorno, proporcionando melhorias para um município que tem crescido e se desenvolvido muito.

Mas não é apenas isso, acontece que pela BR-163 passam caminhões, carros de passeio, enfim, há um grande movimento comparável mesmo ao da BR-101. Por isso, esses investimentos são muito importantes para que possamos dar melhores condições de tráfego àquela rodovia importante que liga vários estados e que é atravessa uma região que concentra uma produção muito grande tanto na agricultura quanto na agroindústria.

Portanto, fazem-se necessários, sim, investimentos como esses que estão previstos pelo DNIT para ser aplicados em obras numa rodovia importante.

Esperamos que isso possa contribuir e ajudar para que se possa desenvolver, cada vez mais, as regiões do nosso estado por onde passa a BR-163.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputadas e sras. deputadas, faço questão de ler da tribuna desta Casa uma correspondência, uma vez que recebi, no dia de ontem, na qualidade de presidente da comissão de Saúde, a visita da sra. Leoni Margarida Simm, que é presidente da Associação Brasileira dos Portadores de Câncer.

A sra. Leoni Margarida Simm vai para Nova Iorque porque foi escolhida pela Sociedade Americana do Câncer (American Cancer Society - ACS) para atuar como Embaixadora Global do Câncer para o Brasil, em reconhecimento pelo seu papel de liderança e compromisso com a luta contra o câncer no Brasil e no mundo. Ela deverá estar em Nova Iorque de 18 a 22 de junho de 2011 para participar de um importante encontro focado na construção de uma forte sociedade civil global, intitulada *Voz de Câncer*. Juntamente com outros Embaixadores Globais do Câncer de diversos países, Leoni será treinada em reunião com representantes da missão da ONU e tomadores de decisão para defender a inclusão do câncer na Agenda Mundial, tornando-o uma prioridade da saúde no Brasil e no mundo.

A correspondência que recebi relata o seguinte:

(Passa a ler.)

"A Associação Brasileira de Portadores de Câncer - AMUCC - solicita a V.Exa. que influencie o Governo Brasileiro a assinar o documento que inclui na Agenda do Milênio as Doenças Não-Transmissíveis (ENTs) - câncer, diabetes, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas - na Reunião Alto Nível que acontecerá em setembro de 2011 nas Nações Unidas em New York."

Essa reunião está sendo preparada e, com certeza, o Brasil também será signatário.

Estamos, a pedido dessa associação, agendando uma audiência nos próximos dias com o governo brasileiro.

(Continua lendo.)

"A Reunião de Alto Nível (RAN) reunirá os chefes de Estado/Governo do mundo para desenvolver estratégias globais para enfrentar o urgente problema da crescente taxa de enfermidades não transmissíveis (ENT) como a principal causa de morte no mundo, sendo reconhecidas como um grave problema econômico e que afeta a economia mundial.

Reuniões de Alto Nível representam um papel importante na definição de prioridades mundiais e mobilização de compromissos para planos de ações globais, aumentando substancialmente os recursos financeiros, pois contam com ações conjuntas, incorporando diversos setores e contando com a participação de múltiplos agentes do Estado, do Setor não Governamental e Agentes do Setor Privado.

Esta é a 2ª reunião realizada até hoje com tema centrado na saúde. A primeira foi em 2001 para fazer frente à AIDS, o que levou a uma mudança geral na cooperação internacional de recursos. Pode obter o compromisso dos governos para adotarem medidas em relação às ENTs, pelas quais podem ser supervisionadas bem como prestar contas por meio da apresentação de informes regulares.

É uma grande oportunidade para colocar o câncer em um programa de saúde global e promover financiamentos que abordem a magnitude do câncer e a carga dos ENTs.

O Fórum Econômico Mundial classificou as ENTs como o terceiro risco de manifestar-se e o quarto com um impacto mais grave. Segundo seu informe, as ENTs foram vistas como uma ameaça ao bem-estar global, só superado por ameaças como o colapso do valor dos ativos e a alta no preço do petróleo e gás.

Apesar da magnitude do problema, as ENTs não são parte específica dos Objetivos do Milênio. Menos de 1% do financiamento global

total para a saúde para fazer frente a essas enfermidades se destina a apoiar os países de médios e baixos recursos.

As enfermidades não transmissíveis representam uma grave ameaça para a saúde das pessoas em países em desenvolvimento, pois 63% de todas as mortes no mundo são devido a essas doenças e mais de 80% dessas mortes se produzem em países em desenvolvimento e em economias em transição. Pessoas que vivem nestes países morrem muito mais jovens que nas economias desenvolvidas, sendo que 90% morrem com menos de 60 anos de idade. E o mais grave: a maioria dessas mortes poderia ser evitada.

A pobreza e as ENTs formam um ciclo vicioso. A epidemia das ENTs está crescendo mais rápido nos países em desenvolvimento. As pessoas mais pobres são mais propensas a fumar e muitas vezes gastam mais em cigarro do que em educação, saúde e vestimenta juntos. Até 2008, 5% da população mundial estava coberta com leis, por exemplo, antifumo. O custo do tratamento para as doenças das ENTs prendem uma parte grande das famílias à pobreza.

A perda de ingressos em lares onde há pessoas em condições físicas diminuídas como, por exemplo, a amputação das extremidades em diabéticos, joga a família em uma pobreza ainda maior. E quando o dinheiro é escasso, abandona-se a dieta saudável, como frutas, verduras e fontes de proteínas, que geralmente custam mais e fica-se com alimentos mais baratos, como processados, ricos em gordura e com poucos nutrientes.

É extremamente importante que a sociedade civil organizada se mobilize para ressaltar a importância do controle do câncer de forma que a reunião resulte numa declaração que aborde a magnitude do problema de câncer e as necessidades de quem tem sido pessoalmente afetado pela doença."[sic]

Sr. presidente, quero dizer que fico feliz porque cada vez mais aumenta no mundo a luta, a consciência contra vários riscos de toda sorte à saúde, como é o caso do fumo. Assim foi a Convenção Quadro Mundial, na qual mais de 180 países signatários fizeram frente a uma política mundial de combate ao fumo e a todas as doenças decorrentes dele.

Já falamos que de cada R\$ 1,00 arrecadado em impostos, o Brasil gasta R\$ 2,00 para tratar as doenças decorrentes do fumo, como o câncer, o infarto do miocárdio, os derrames cerebrais etc. Agora, no entanto, essa consciência avança também para doenças como o câncer e o diabetes, que são doenças não infecciosas. Aqui estamos tratando de doenças não infecciosas, que são doenças crônicas, que têm um impacto violento e social em todo o mundo. Os países do mundo todo estão convocados para, em setembro, assinar um compromisso mundial de incluírem como prioridade as políticas públicas contra esses males; o Brasil, com certeza, será signatário.

Srs. deputados, neste momento rendo - tenho certeza de que poderia até falar em nome desta Casa e da comissão de Saúde - minha homenagem a sra. Leoni Simm, que é uma guerreira, uma lutadora, que tem vários irmãos, estou falando de irmãos no plural, com câncer. Alguns já sucumbiram, mas ela preside a Associação Brasileira dos Portadores de Câncer e agora foi escolhida como Embaixadora Global de Câncer para o Brasil. Tenho certeza de que na sua volta dessa importante reunião na Organização Mundial de Saúde e na própria Organização das Nações Unidas, o governo brasileiro também vai...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, mas por solicitação do próprio deputado, sua inscrição será colocada no horário de Explicação Pessoal, após a Ordem do Dia.

Sendo assim, a próxima oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença nesta Casa do sr. Ênio dos Santos, empresário e ex-vereador da cidade de Barra Velha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro, sr. deputado Ismael dos Santos.

Agora, sim, com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente.

Uso a tribuna para voltar ao tema da educação, que não está esgotado ainda. Tenho esperança e reporto-me às professoras que estão conosco na tarde de hoje, na pessoa do líder do governo e da deputada Ana Paula Lima, que abriu a porta para uma nova rodada de diálogos, a fim de chegarmos a bom termo porque a causa é justa e o Supremo Tribunal Federal disse que, além disso, ela é constitucional.

Precisamos discutir pontualmente a questão do Fundeb. Precisamos saber se esses recursos estão indo ou não para as contas dos poderes, se estão ou não atrapalhando a execução orçamentária e se o Fundeb está dando conta ou não da demanda dos professores.

Quero ainda abrir outra pauta sobre a gestão da secretaria de Educação. Vocês já conhecem os debates que tenho feito sobre as questões da aquisição dos brinquedos *Legos*, que foram comprados no dia 3 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 9,7 milhões, sem licitação, de uma empresa que é acusada de extorquir prefeituras. Uma empresa que o Tribunal de Justiça de São Paulo já disse que não pode ser objeto de dispensa de licitação pelo argumento que é a única fornecedora. E já existe, inclusive, uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre isso, ou seja, uma condenação da prefeitura de São Caetano do Sul.

Tivemos acesso a outras compras desses mesmos brinquedos, da mesma empresa, em 2009, também sem licitação, no valor de R\$ 7 milhões. Entretanto, comprou-se o *Legó*, mas não se comprou a capacitação. Resultado, o *Legó* está estocado na secretaria da Educação.

Acredito que o tema é gestão da nossa secretaria da Educação. Quem é professor sabe a tragédia que tem sido contar com o interesse, não vou nem dizer com o entendimento, do secretário de Educação para o debate sobre a sua área. Ele está interessado em tudo, especialmente na ExpoGestão, que aconteceu em Joinville, curiosamente sua base eleitoral, menos na greve dos professores. Não é verdade? Não é assim todos os dias? Pobrezinho do Eduardo Deschamps, que ganha como secretário

adjunto, mas tem que atuar como secretário efetivo.

Ontem o Tribunal de Contas do Estado abriu uma tomada de contas especial porque a secretaria da Educação de Santa Catarina comprou um dicionário a R\$ 28,90, curiosamente sem licitação novamente, no valor total de R\$ 563 mil. E o motivo do TCE ter aberto essa tomada de contas especial é que a secretaria da Educação de São Paulo comprou o mesmo exemplar a R\$ 5,00. Ou seja, R\$ 28,90 foi o custo para Santa Catarina e R\$ 5,00 foi o custo para São Paulo. Não é a Oposição quem está dizendo, quem está dizendo é o Tribunal de Contas do estado, em auditoria.

Hoje o portal do Ministério Público de Santa Catarina nos dá conta de que o ex-prefeito e atual secretário de Educação, Marco Tebaldi, foi condenado à suspensão dos direitos políticos em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público de Santa Catarina, em ação popular promovida por um cidadão joinvilense. A decisão é de primeira instância, portanto cabe recurso, mas ao julgar a ação "o juiz reconheceu que o então prefeito da maior cidade catarinense utilizou de dinheiro público para promoção pessoal". Segundo o que consta nos autos, em 2003 aquela prefeitura, por meio da Fundação Municipal de Esportes, encomendou e distribuiu oito mil panfletos para promover o projeto Jovem Cidadão, cujo objetivo era buscar a despoluição do rio Cachoeira que corta aquela cidade. Os panfletos foram ilustrados com menções ao então prefeito, inclusive com o nome de Marco Tebaldi gravado no material, prática que é expressamente vedada pela Constituição Federal.

Portanto, além de discutirmos se o Fundeb vai ou não participar da base de cálculo do repasse dos poderes, temos que discutir a gestão da secretaria da Educação, temos que discutir qual o interesse público em comprar R\$ 15 milhões em *Legó* sem licitação, em dois anos. Ou, ainda, qual o interesse público de comprar dicionários a R\$ 28,90 se o estado de São Paulo pôde comprar a R\$ 5,00. Temos que pautar isso também, porque senão vão dizer que o problema é o Fundeb estar na base de cálculo do repasse dos poderes. Como dizia Goebbels, ministro de Propaganda de Hitler, uma mentira muitas vezes repetida vira verdade.

O Fundeb integra a base de cálculo do repasse aos poderes, mas não é repassado aos poderes. Os poderes recebem em seus cofres o que lhes é devido através de tributos estaduais e de repasses como o Fundo de Participação dos Estados. E se o Tribunal de Contas do Estado já disse que pode abrir mão, se a Assembleia Legislativa já disse que pode abrir mão de parte desse repasse, é republicano que essas instituições assim procedam e pronunciem-se. Então, na próxima LDO já vamos diminuir o repasse para a Assembleia Legislativa. Mas não podemos pagar a conta da forma como o Executivo está querendo, penalizando o Poder Judiciário, a nossa Udesc e o Ministério Público. A quem interessa o Judiciário de pires na mão? É isso o que nós queremos? Nós, que lutamos tanto pela ampliação do acesso do povo brasileiro à Justiça, que lutamos tanto pela Udesc, que irá desenvolver o meio-oeste, a região com o pior IDH deste estado, queremos que ela feche as suas portas? Que os nossos filhos passem da Udesc para o sistema privado? É isso o que queremos? A nossa bandeira, hoje, é a plena execução orçamentária dos valores do Fundeb que vêm para Santa Catarina na Educação.

Estão trazendo para outros poderes uma conta que não lhes compete.

Repito que achei bom a Assembleia Legislativa dizer que pode abrir mão disso. Vai ter que honrar esse compromisso na LDO e, então, baixar os seus percentuais. Que bom que o Tribunal de Contas também se propõe a isso, mas temos que conversar com o Tribunal de Justiça. Vamos impor isso ao Tribunal de Justiça sem nenhuma discussão? Foi através do Ministério Público que conseguimos avançar na questão de todas as árvores de Natal, de todas as licitações que não foram feitas neste estado. Vamos desequipar aquele agente, aquela instituição? É isso o que queremos? Eu não vou partilhar dessa decisão política.

Defendo a instituição na minha vida pessoal, na minha vida profissional, com 23 anos de serviço na Justiça do Trabalho, e não posso fazer fileira com quem quer ajudar a desmontar o Ministério Público de Santa Catarina, com quem quer ajudar a desmontar a Udesc. Pelo contrário, temos que preservar essas instituições.

Quero dizer, sr. presidente, que os professores têm, sim, como ser atendidos nas suas demandas no Fundeb e nas rubricas da secretaria de Educação, desde que não tenhamos à frente dessa secretaria quem compra sem licitação o que a secretaria não precisa, o que a Educação não precisa.

Portanto, estamos falando de gestão, não estamos falando de receita líquida disponível, que é uma aberração contábil, que só existe em Santa Catarina. Estamos falando de gestão, de política. Estamos falando de quem vai ficar com a chave do cofre. E terá o meu apoio a PEC do deputado Neodi Saretta. Precisa haver gestão. Não queremos pagar por um dicionário R\$ 28,90 se ele pode ser comprado por R\$ 5,00. Não queremos comprar *Legó* pagando mais, se podemos comprar por 60% a menos em qualquer biboca desta cidade. E não nos venham dizer que *Legó* só a *Legó* faz, que só a Edacom pode representar.

Pergunto: que relação esse mesmo senhor que representa a *Legó* e a Edacom no estado tem com a distribuição dos uniformes escolares de Santa Catarina? Ou será que ninguém nunca prestou atenção para isso? Sei que sim, porque vários dos parlamentares que estão aqui já levantaram o assunto! Será que nunca chamou a atenção que o uniforme dos alunos de Santa Catarina, um polo têxtil que hoje enfrenta, em função de uma importação predatória, grandes dificuldades econômicas, seja feito em Minas Gerais? Que coisa esquisita! Vamos botar a mão nessa cambuca e discutir gestão na secretaria de Educação!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputada.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM, que solicita que fique para o final na ordem dos partidos.

Consulto os srs. líderes se concordam com a mudança.

(Os líderes acquiescem.)

Assim, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o SR. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sra. deputada, primeiramente quero fazer um registro triste e lamentável para nós, que fomos companheiro político e pessoal do vice-prefeito de Passos Maia, Norino Nervis, que infelizmente faleceu na tarde de ontem.

Norino Nervis, filiado ao PT, fazia, juntamente com o prefeito, uma administração vitoriosa no município de Passos Maia, que vinha dando excelentes resultados, o que foi comprovado pela sua reeleição.

Portanto, queremos fazer esse registro e dizer da nossa tristeza como companheiro político-partidário e também por conhecê-lo pessoalmente.

A segunda questão, sr. presidente, que gostaria de abordar nesta tarde é sobre o que vamos fazer no segundo semestre, especialmente na comissão de Finanças, presidida pelo eminente deputado Gilmar Knaesel, no que diz respeito às audiências do Orçamento Regionalizado.

Esse mecanismo foi aprovado por esta Assembleia Legislativa, por emenda constitucional patrocinada pelo então deputado e hoje prefeito de Joinville, Carlito Meres. Teve a aprovação unânime dos deputados e foi encaminhada pela Mesa Diretora que então presidíamos. Esse mecanismo de participação popular é importante, não é tão direto e revolucionário como o orçamento participativo, por exemplo, mas é um instrumento que permite, deputado Reno Caramori, que as diversas regiões indiquem suas obras prioritárias.

No entanto, ele jamais foi encarado pelo Executivo, por todos os governadores que passaram, como uma questão efetivamente importante, como um mecanismo válido na elaboração do Orçamento de Santa Catarina. Inclusive, muitos já discursaram pelo fim do Orçamento Regionalizado, e não tiro a razão de quem fez discursos com base no argumento forte de que as obras não estavam sendo realizadas e que fazer as audiências públicas seria uma espécie de enganação. Esse argumento é forte!

Permito-me, no entanto, continuar defendendo o Orçamento Regionalizado pela sua concepção, pela sua importância e pela necessidade de fazermos a sociedade catarinense participar das decisões que lhe dizem respeito. Se não estão sendo encaminhadas as obras do Orçamento Regionalizado, precisamos convencer o Executivo de que esse é um mecanismo importante de administração pública. Mas precisamos também ir às audiências regionais, tendo ciência de que é preciso impor determinados limites financeiros de equilíbrio entre as diversas regiões, sob pena de decidirmos por uma obra de R\$ 20 mil para um município de 70 mil habitantes, e para um município de cinco mil habitantes por uma obra de R\$ 50 mil. E aí possivelmente nenhuma delas vai acontecer. A de R\$ 50 mil porque alguém argumentará que será um valor muito alto para um município pequeno e a de R\$ 20 mil porque será muito pouco para um município de 70 mil habitantes.

Agora, acredito firmemente que temos que discutir a possibilidade de fortalecer o Orçamento Regionalizado. Digo isso porque temos que criar mecanismos de participação direta da sociedade nas decisões do governo. Os governos mais vitoriosos, do ponto de vista da ética e também administrativo, são os que praticam a transparência.

A deputada Angela Albino, que me antecedeu na tribuna, falou de gestão pública. Tem-se questionado determinados atos que certamente com mais transparência seriam melhor controlados, fiscalizados. Aí talvez não houvesse necessidade de questionar o Ministério Público e fazer tantas ações em cima de atos que nem sempre zelaram pela probidade e pela transparência devidas.

Então, srs. presidente e srs. deputados, temos essa posição e vamos participar de todas as audiências do Orçamento Regionalizado no sentido de buscar as verdadeiras prioridades para as regiões e defendermos depois, no momento da elaboração do Orçamento, a contemplação desses recursos. Acho que isso é fundamental.

Tenho ainda, sr. presidente, dois registros para fazer. Não poderia deixar de me manifestar mais uma vez, como faço quase todos os dias, a respeito do impasse que vive o Magistério catarinense com o governo do estado. É preciso que uma solução seja encontrada o quanto antes possível, e não vamos dizer "para ontem", porque ontem já passou. Mas é fundamental que essa questão seja resolvida hoje. É fundamental também que se tenha presente que a educação é prioridade e se for necessário aumentar os recursos deverá haver vontade política no sentido de aumentá-los.

Por fim, sr. presidente, quero trazer uma questão ligada à Segurança Pública. Muito se tem falado da necessidade de aumentar a segurança pública, o número de câmeras de vigilância etc. Certo dia, inclusive, um deputado diligente, e não lembro exatamente quem foi, disse que no seu município foram instaladas apenas 50 câmeras e que eram necessárias mais.

Quero trazer, sr. presidente, a preocupação da comunidade de Concórdia que há anos espera as tais câmeras de vigilância, que foram prometidas e novamente prometidas, deputado Padre Pedro Baldissera, e nunca foram instaladas. Agora, novas informações dão conta de que novamente o prazo foi dilatado e há a perspectiva de que, a partir de outubro, essas câmeras de vigilância sejam instaladas.

Ainda em 2007, quando estávamos na condição de prefeito do município, tudo já estava encaminhado. Depois o governo do estado protelou e no encerramento do nosso mandato recebemos uma visita e interlocuções no sentido de que falássemos com o nosso sucessor, para que ele mesmo, antes de assumir, já deixasse uma cartinha de intenções dizendo que bancaria a discussão que estávamos fazendo, porque havia interesse na instalação de câmeras imediatamente.

A partir de 2009, o prefeito João Girardi fez isso porque tinha tanta disposição quanto eu de que as câmeras fossem instaladas. No entanto, dois anos e meio depois, o prefeito e a comunidade ainda estão aguardando a sua instalação.

Então, fazemos esse registro por entender que os mecanismos de ação e de governo precisam ser agilizados. Às vezes há falta de vontade política, de recursos, mas às vezes a questão é de gestão também, de agilidade, de disposição, de vontade efetiva de enfrentar os entraves burocráticos que são muitos e que certamente massacram a população em diversos sentidos.

Eram esses os registros, sr. presidente e srs. deputados, que queríamos fazer nesta tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do espaço reservado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos pertencem ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, na verdade, gostaria de aprofundar um pouco mais o pensamento sobre

o que expus no dia de hoje, lendo para v.exas., srs. deputados, um documento da secretaria da Fazenda de Santa Catarina, que ontem foi questionada pelo Ministério Público acerca do Fundeb.

(Passa a ler.)

"[...]

b) Nos valores repassados mensalmente aos Poderes do Estado, Ministério Público, TCE e Udesc, mercê das respectivas participações da Receita Líquida Disponível, haveria alguma fração correspondente aos recursos vinculados ao Fundeb?"

Responde a secretaria da Fazenda:

(Continua lendo.)

"R: [...] os recursos do Fundeb são considerados na apuração da RLD, ou seja, compõem a base de cálculo para valores a serem repassados aos Poderes, TCE e Udesc. No entanto, os valores do Fundeb não são utilizados para repasse aos Poderes do estado e ao Ministério Público, TCE e Udesc. Uma vez conhecido o valor da Receita Líquida Disponível, os repasses são efetuados com recursos do Tesouro do Estado provenientes das Receitas Tributárias Estaduais (ICMS, IPVA, ITCMD, etc.) e Transferências recebidas da União referentes à participação constitucional e legal (Fundo de Participação dos Estados - FPE -, Cota-Parte-IP-Exportação, Lei Kandir, etc.)."[sic]

Srs. deputados, esse documento, em minha opinião, sepulta de vez o debate que vimos fazendo pela plena execução do Fundeb para a Educação. O debate que devemos fazer é sobre a gestão da secretaria da Educação. Temos que nos debruçar agora é sobre a gestão!

Podemos ampliar a capacidade de investimento do estado de Santa Catarina com a participação desta Casa diminuindo o seu repasse? Se podemos, vamos fazê-lo agora, na tramitação da LDO. Vamos chamar o TCE, que disse que poderia abrir mão de parte dos seus recursos constitucionais para aumentar a capacidade de investimento do Executivo! Mas tudo isso sem perder de vista a capacidade de cada um dos órgãos e com base no que dizem os documentos técnicos.

Convém salientar que embora o documento que lemos esteja assinado pelo secretário da Fazenda, na verdade foi elaborado pelo diretor de Contabilidade Geral, Adriano Souza Pereira, e pela gerente de Informações Contábeis, Tatiane Borges.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputada, v.exa. levanta um assunto pertinente, porque há um clima neste Parlamento, tanto na base do governo quanto na Oposição, como também no Sinte, no sentido de que possamos debater sobre a retirada definitiva dos valores do Fundeb da base de cálculo dos repasses dos duodécimos dos Poderes.

Apresentei, hoje pela manhã, na comissão de Finanças e Tributação, um requerimento, que foi aprovado, convidando o MPE, o TCE, a Udesc e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para debater essa questão no foro adequado, que é justamente a nossa comissão. E como v.exa. colocou, deputada Angela Albino, o momento é agora! Se formos retirar os recursos do Fundeb da base de cálculo, é preciso alterar a LDO e justamente agora vamos analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Deputado, parabenezo sua iniciativa, pois precisamos construir uma resposta comum a todos os Poderes, pois não devemos despir um santo para vestir outro. O que temos que fazer é gerir os recursos da Educação de forma eficaz.

Por último, srs. deputados, devo dizer que amanhã vou-me debruçar sobre um tema muito especial que é a segurança, notadamente na cidade de Florianópolis, onde os pequenos furtos já se transformaram em furtos violentos.

Quando nos aprofundamos na questão, vemos que há uma enorme carência de profissionais na área da segurança para fazer frente aos delitos e crimes que vêm sendo cometidos em todo o estado, mas permitam-me focar na região da Grande Florianópolis, onde aumentaram significativamente os assaltos a pequenos comerciantes, além de crimes violentos, como vimos ontem, na Costa da Lagoa, onde uma mulher teve que saltar pela janela para fugir de um ladrão que a espancou e tentou, inclusive, estuprá-la.

Precisamos dar uma resposta para isso. E a resposta passa por um tema parecido com o que estamos discutindo agora. O tema segurança vai envolver o debate dos servidores da Segurança.

Deputado Darci de Matos, hoje foi ao meu gabinete um funcionário que tem 21 anos de Polícia Civil e ganha R\$ 1.220,00. Não temos como esperar que esses profissionais coloquem, dia a dia, a sua saúde, a sua vida e a sua família em risco para nos proteger!

Enquanto isso, a população vai convivendo com o crescente sentimento de insegurança, mas precisamos dar respostas a ela e essas respostas vão passar pelo olhar desses profissionais que tiveram represada uma demanda gigante e que hoje sofrem com um histórico descaso do poder público.

Amanhã, debruçar-me-ei melhor sobre o tema, mas precisamos ter um olhar muito especial para a Saúde, para a Educação e para a Segurança em Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 15 minutos são destinados ao PMDB.

Como o partido dividiu o horário entre os deputados Antônio Aguiar e Manoel Mota, com a palavra, em primeiro lugar, o deputado Antônio Aguiar, por até sete minutos e meio.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ocupo a tribuna, hoje, para fazer uma manifestação sobre a audiência pública realizada pela manhã no plenário desta Casa a respeito do tema cirurgias eletivas e cirurgias represadas.

Estiveram presentes naquela audiência mais de 60 secretários municipais, uma representação muito boa, juntamente com o presidente da Associação dos Hospitais, o representante da Confederação dos Hospitais de Santa Catarina, o deputado Volnei Morastoni e representantes da secretaria da Saúde, como o dr. Lester Morrison e o dr. Valdir Soldi, e outros companheiros.

Quero dizer a v.exas. que foi feita uma discussão proveitosa, sendo que me manifestei no início da audiência, ocasião em que falei sobre o número de cirurgias eletivas e represadas, num total de 19.600, no estado de Santa Catarina.

Temos que fazer um grande esforço para realizar essas cirurgias e isso vai

depende do programa, da maneira como a secretaria da Saúde fizer o monitoramento dessas cirurgias, que está em nível de governo. Em conversa com o governador Raimundo Colombo e com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, vimos que temos no plano de governo nada mais nada menos do que a verba necessária para o fundo estadual que está sendo criado para realizar essas cirurgias, que vai fazer com que as cirurgias represadas, que são feitas pelo SUS, obedeçam à tabela do SUS, que será alterada. Essa alteração virá através da complementação financeira para o cirurgião que realizará a cirurgia e para os hospitais. Essa complementação financeira está sendo estudada e será determinada pela secretaria da Saúde, para cada tipo de procedimento.

As cirurgias feitas serão de hérnia inguinal, de amídalas e ortopédicas, que foram bastante pedidas. Eu, como ortopedista, sei que as cirurgias de prótese de quadril, de ligamento cruzado do joelho são importantes, mas não são feitas pelo SUS por causa do seu alto valor, pois são utilizados materiais de prótese, de síntese, que são muito caros.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro amigo e companheiro médico, deputado Antônio Aguiar, quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela sua disposição, pela sua boa vontade, pelo seu empenho junto ao governador e ao secretário estadual da Saúde, portanto, junto ao governo do estado, no sentido de possibilitar esse programa de atendimento às cirurgias eletivas represadas.

Nessa audiência pública realizada hoje, e aqui esteve uma grande quantidade de secretários municipais de Saúde, foi dito que há quase 20 mil cirurgias represadas, mas deve ser um número muito maior que esse, deputado Antônio Aguiar.

No Hospital Regional de São José, somente num dia de visita que fizemos àquela instituição, foram realizadas mais de oito mil cirurgias represadas. No Hospital Infantil Joana de Gusmão, por sua vez, foram realizadas mais de cinco mil cirurgias represadas, num total de 13 mil cirurgias. Agora, em toda a rede hospitalar de Santa Catarina devem ter sido realizadas muito mais do que 20 mil cirurgias represadas pelo SUS.

Então, o governador está com boa vontade de destinar recursos extraordinários para um fundo que possa remunerar, além da tabela do SUS, esses procedimentos. Que possamos ter, então, um compromisso em todo o estado no sentido de regularizar a situação. Mas depois de regularizada ou amenizada, que possamos ter um programa de continuidade, para que o problema não volte a ocorrer.

Entendo que estamos começando a encaminhar alguns pontos, algumas soluções, para não ficarmos somente no discurso e termos alguma solução prática dos problemas que afetam a nossa saúde.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

É verdade que tudo isso é possível graças ao nosso governador Raimundo Colombo e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira. A eles o nosso muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, pelo restante do tempo do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense na tarde de hoje, o tempo não é suficiente para fazer o meu pronunciamento, mas tentarei, dentro do possível, fazer algumas considerações.

Há mais de oito anos, aproximadamente nove anos, um cidadão chamado Luiz Henrique da Silveira renunciou à prefeitura de Joinville para se candidatar a uma eleição praticamente perdida. Ele tinha como projeto principal a descentralização. Ele se elegeu e foram quatro anos de governo com a descentralização, com as secretarias de Desenvolvimento Regional. Muitas pessoas o criticavam dizendo que não iria suportar o peso da máquina, mas o estado da federação que gastou menos com a máquina pública foi Santa Catarina, independentemente das SDRs, as quais o elevaram a um nível tal que conseguiu ser reeleito. Foi a primeira vez na história de Santa Catarina que um partido governou duas vezes seguidas.

Esta Casa aprovou o Pró-Emprego e o Prodec, que fizeram com que Santa Catarina tivesse grandes investimentos, e com as secretarias de Desenvolvimento Regional conseguimos implantar uma enorme quantidade de empresas em nosso estado, gerando emprego, gerando renda, melhorando a qualidade de vida do povo catarinense.

V.Exas. sabem perfeitamente que havia uma diminuição de habitantes nos municípios do interior, eis que as pessoas vinham para os grandes centros atrás de emprego. Com a descentralização, Santa Catarina conseguiu crescer como um todo e manter a população nos pequenos municípios, os quais conseguiram crescer. Quatro empresas que levei para minha região, o sul de Santa Catarina, geraram seis mil empregos, com R\$ 1,5 bilhão de faturamento. A minha região mudou por completo. Hoje é uma região que está buscando gente até na Bahia para preencher as vagas nas empresas que lá se instalaram.

Cadê os amontoados? Porque antes se via somente um amontoado de pessoas em tudo quanto era canto. Isso não acontece mais. Quer dizer, hoje há um equilíbrio em Santa Catarina, porque anteriormente a região que menos crescia era o sul, região esta que terá, nos próximos dias, um dos melhores aeroportos do sul do Brasil, além do porto de Imbituba que está sendo concluído.

Todas essas ações são fruto da descentralização e Santa Catarina não pode esquecer-se disso. Agora temos um novo governo, mas um governo de continuidade, que se elegeu em cima do mesmo caminho e que gerará emprego, renda e investimento nas regiões.

Mas é preciso, eminente líder do governo, aprovar esse projeto para fazer as correções do Prodec, do Pró-Emprego, a fim de que Santa Catarina não seja penalizada, perdendo tudo aquilo que ganhou. Para isso, este Parlamento precisa buscar os resultados necessários para manter Santa Catarina crescendo, desenvolvendo-se em todas as regiões, seja no oeste, no sul, no meio-oeste, na serra, que são as regiões mais sacrificadas. Então, é preciso trabalhar nessa direção.

Lutamos muito pela duplicação da BR-101/sul, que hoje está quase concluída. Agora temos uma rodovia que se chama Interpraias, que é a obra mais importante para o turismo da nossa região. O turismo é a grande indústria sem chaminé e para

incrementá-la estou trabalhando há algum tempo nesse sentido. O projeto de engenharia da Interpraia já está pronto. Já foram iniciados 20 km dessa obra, que se ligará à Estrada do Mar, no Rio Grande do Sul. Inclusive, na sexta-feira teremos um grande movimento em Laguna, das 7h às 21h, para o qual convido este Parlamento a participar.

Sr. presidente e srs. deputados, minha região tem um potencial agrícola muito grande, mas os arrozeiros estão numa situação difícil e precisamos socorrê-los. O pessoal do fumo também passou por uma situação difícil e agora, de repente, temos uma indústria que poderá absorver toda essa mão de obra, uma indústria que não polui e que gerará emprego e desenvolvimento.

Então, é preciso, sim, lembrar que a descentralização foi peça fundamental dessa estabilidade e do crescimento dos municípios e de Santa Catarina, independentemente da federação. Nenhum dos municípios deste país cresceu tanto quanto os de Santa Catarina, fruto da descentralização e de um projeto arrojado.

Por isso o nosso estado não pode abrir mão de um dos projetos mais importantes como o da descentralização. Este país precisa trabalhar a descentralização, pois não tem cabimento não obtermos aqui uma licença do Ibama, tendo que a conseguir somente em Brasília, apesar de o Ibama ter uma agência em Santa Catarina.

Enfim, é preciso que o país também descentralize as suas ações, para que os estados da federação cresçam, desenvolvam-se e gerem aquilo que é fundamental para um país, que é a segurança para a sociedade como um todo.

Se quisesse fazer um movimento político não estaria convidando os srs. parlamentares para participar desse evento, mas estou fazendo esse convite porque Santa Catarina precisa juntar forças para buscar alternativas...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, apenas quero lamentar a perda do sr. Severino Sebastião Zonta, em Lindóia do Sul, na segunda-feira, aos 87 anos de idade, pai do nosso deputado federal Odacir Zonta.

Portanto, os nossos sentimentos à família e que fique registrado nesta Casa essa perda importante de Santa Catarina.

Queremos anunciar também a presença, nesta Casa, da prefeita do município de Água Doce, Nelci Fátima Trento Bortolini, do PP, juntamente com o vice-prefeito Clair Antonio Gemelli e o secretário municipal da Saúde, que participaram de reunião na comissão de Saúde. Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Também queremos enviar, deputado Reno Caramori, e, tenho certeza, todos os deputados desta Casa, os nossos sentimentos à família de Odacir Zonta, nosso ex-colega e agora deputado federal, pelo passamento de seu pai, ocorrido nesta segunda-feira, sendo que o seu sepultamento foi no dia de ontem.

Também quero registrar a presença neste plenário do vice-prefeito de Otacílio

Costa, João Pedro Velho, nosso amigo e queridamente chamado de Tibúrcio. Registro também a presença do secretário municipal Carlos Roberto, que está acompanhado dos pastores Valdemar Cordeiro e João Emílio.

É um prazer tê-los na Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo e todas as sras. deputadas e srs. deputados que se fazem presentes na sessão ordinária da tarde de hoje. Cumprimento também os telespectadores da TVAL, bem como os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Deputado Ciro Roza, v.exa. que ao longo da sua vida tem percorrido os caminhos do Brasil e é um usuário frequente dos aeroportos de Santa Catarina, principalmente quando em longas viagens utiliza o aeroporto, entre aspas, "Internacional de Florianópolis", denominado Hercílio Luz. Mas de há muito a sociedade catarinense apela ao governo federal; de há muito a sociedade catarinense reivindica da Infraero; de há muito aqueles que nos visitam a turismo ou a negócios precisam, necessitam e também reivindicam um aeroporto digno, à altura do estado de Santa Catarina, um estado pujante, que contribui muito com impostos em Brasília, fruto do trabalho da nossa gente.

Pois bem, há mais de dez anos a Infraero vem alardeando pelo nosso território afora que Florianópolis terá, finalmente, entre aspas, "mais uma vez um aeroporto decente para atender à nossa gente". Somente neste ano foram várias as manchetes editadas nos principais jornais de circulação catarinense tratando exatamente da questão da construção do novo aeroporto internacional de Florianópolis. E não vai muito, há dois meses liamos na grande imprensa catarinense manchetes como esta: "Caminho do aeroporto - Corrida para liberar a verba - Deinfra tem até o dia 29 de abril para conseguir R\$ 5 milhões para a duplicação da Diomício Freitas".

No dia 13 de abril, praticamente 15 dias depois, o *Diário Catarinense* estampava matéria que dizia: "Edital para ampliação do Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis, será lançado em maio. O edital para as obras de ampliação do Aeroporto Hercílio Luz, da capital, será lançado no dia 22 de maio, dentro do cronograma estabelecido pela Infraero. A data foi divulgada pelo governador Raimundo Colombo após reunião com o diretor de Operações da estatal, João Márcio Jordão, em Brasília." [...]sic

Após esse anúncio ocupei a tribuna desta Casa e fiz a seguinte pergunta à população catarinense: será que mais uma vez a Infraero não estará mentindo para todos nós, catarinenses? E alguém veio em seguida e disse que não, que finalmente o aeroporto seria construído e o edital seria lançado.

Pergunto, deputado Gilmar Knaesel, o dia 22 de maio de 2011 já passou ou ainda vai chegar?

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputado Marcos Vieira, quero cumprimentá-lo por mais uma vez trazer esse assunto à Assembleia Legislativa, pois todos estão cansados de ouvir a história do novo aeroporto de Florianópolis.

Lembro-me, deputado, de ter ido a Brasília como o então governador Luiz Henrique

da Silveira a quatro audiências tentar sensibilizar o ministro da área de turismo e também o responsável pelos aeroportos. Enfim, foram muitas audiências no sentido de buscar a solução para o aeroporto. E o mais grave, deputado Marcos Vieira, é que o projeto que está sendo licitado é ultrapassado. É um projeto de mais de dez anos.

Portanto, a demanda do aeroporto já é muito maior do que aquela de há dez anos. E se não for modificado isso, vamos ter a reforma do novo aeroporto que não vai atender à grande demanda de Santa Catarina. E o mais grave, deputado Marcos Vieira, é que somos o aeroporto número um do Brasil em voos *charter*, mais do que o aeroporto internacional de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Brasília. Temos voos da Argentina, do Chile, do Paraguai e do Uruguai e não conseguimos voos da Europa exatamente por essa deficiência. O nosso turismo poderia ser ainda maior, mais qualificado, se tivéssemos um aeroporto à altura para receber voos internacionais.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Agradeço pela sua manifestação. E faço questão, deputado Gilmar Knaesel, de mostrar para todos os catarinenses que a Infraero anunciou no dia 13 de abril que no dia 22 de maio teríamos o lançamento do edital para a construção do novo terminal de passageiros do aeroporto da capital. Mas, deputado Dado Cherem e deputado Ciro Roza, exatamente no dia 22 de abril, um mês antes do edital, a grande imprensa catarinense estampava que haveria mais atrasos no cronograma do aeroporto da capital.

Eu estava certo, sim, quando ocupei a tribuna, após o anúncio da mentira do lançamento do edital, para perguntar se estavam falando a verdade ou mentindo para Santa Catarina. E qual não foi a surpresa no dia de hoje, quando mais uma vez a grande imprensa catarinense noticiou que, com relação ao aeroporto da capital, a ampliação emperra em atrasos.

Quando será finalmente, meu Deus do céu, que a Infraero vai falar a verdade para todos os catarinenses?! E pergunto mais: estelionato eleitoral é fazer com que o nosso aeroporto não saia ou é fazer com que o Plano Real dê certo? Por quê? Porque o PT, na campanha de 1994, chamou o Plano Real de estelionato eleitoral. E hoje vemos a presidente Dilma Rousseff mandando uma carta para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que completou 80 anos, cumprimentando-o por ser um estadista, cumprimentando-o por haver lançado o Plano Real, cumprimentando-o pela estabilidade econômica, pela estabilidade financeira que o país vive nos dias de hoje.

Quero deixar a pergunta para todos os catarinenses. O que foi estelionato eleitoral? Foi o Plano Real que deu certo ou foi a mentira da Infraero que disse por inúmeras vezes que lançaria o edital para a construção do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis, e até hoje não cumpriu?

Com relação à não extradição do italiano Cesare Batistti, o Brasil não pode reclamar de a Bolívia estar legalizando veículos roubados em nosso país, porque estamos dando guarida a criminosos internacionais. É um péssimo exemplo, porque vai estimular a criminalidade internacional a se refugiar no Brasil. E o Supremo Tribunal Federal cometeu um grande equívoco na sua história.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença do vereador Marino Speif, de Itapiranga, e do vereador Valmiro Gessner, presidente da Câmara de Vereadores de Benedito Novo. E aos demais vereadores do município que acompanham os pleitos na nossa capital, o nosso agradecimento pela presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero cumprimentar o sr. presidente e os srs. parlamentares e falar primeiramente não na Chapecoense, deputado Moacir Sopelsa, mas no Metropolitano do município de Blumenau, do vale do Itajaí. E quero parabenizar a postura dos empresários da cidade de Blumenau, que trabalham em conjunto para a construção de um time forte. Para todos nós isso é um exemplo, deputado Ciro Roza, v.exa. que falou para mim que torce pelo Brusque, mas nasceu em Blumenau.

Os empresários do município e todas as entidades empresariais estão-se reunindo para construir um time de futebol forte, o que mostra efetivamente que temos uma bandeira importante para a sociedade, porque é através da união, é através do trabalho conjunto que podemos fazer a diferença.

Tenho certeza de que o Metropolitano, com o apoio das entidades empresariais, com o apoio das pessoas que amam Blumenau, que gostam do vale do Itajaí, vai poder fazer um time forte, um time competitivo e mostrar, acima de tudo, deputado Ciro Roza, que quando nos unimos por uma causa, trabalhando em conjunto, independentemente questão político-partidária, de ideologia, de bandeira, conseguimos construir coisas grandes.

Por isso, quero poder mostrar a camisa do Metropolitano e mostrar realmente a unidade das entidades da cidade. Espero que nós, políticos, possamos aprender, deputado Darci de Matos, com os empresários de Blumenau que se unem para construir um projeto comum. Espero que esse projeto seja vitorioso, bom para a população, porque o povo de Blumenau gosta de futebol, gosta de esporte, gosta daquilo que é bom. E isso é extremamente positivo para todos.

Brinquei com o deputado Neodi Saretta e talvez ele vá estranhar, mas quero fazer um elogio público à postura da presidente Dilma Rousseff, pois estivemos na última quinta-feira na entrega das casas no município de Blumenau. O governo federal fez a sua parte, o governo do estado fez a sua parte, a sociedade também fez a sua parte, o município deu infraestrutura de arruamento e selecionou as famílias, enfim, cada um fez a sua parte.

Mas quero registrar, deputado Neodi Saretta e demais deputados desta Casa, o respeito, a simpatia, o comprometimento da presidente Dilma Rousseff no momento em que ouviu os deputados estaduais, o respeito com que tratou a Assembleia Legislativa. Quero registrar o quanto é importante irmos a uma solenidade, o governador, a presidente, o prefeito, todos unidos, relevando picuinhas partidárias e mostrando que é a união que constrói a diferença.

Repito, quero parabenizar a presidente Dilma Rousseff que disse que a duplicação da BR-470 é uma questão de honra para ela. Então, cabe a todos os parlamentares, à Assembleia Legislativa, ao Poder Legislativo, trabalhar no sentido de romper a burocracia. Inclusive, esta Casa constituiu uma comissão formada por um deputado de cada partido, eis que o revezamento da coordenação do Fórum pela BR-470 vai ser feito entre todos os partidos, ou seja, cada partido vai coordenar o fórum durante um ano, no sentido de fazer com que a presidente possa cumprir a sua promessa, no sentido de romper as barreiras, romper as questões burocráticas que envolvem Ibama, DNIT, porque a BR-470 é muito mais do que uma questão partidária, é uma questão da sociedade, da comunidade.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. deputado, gostaria de reforçar o que v.exa. falou, mas temos falado dessa tribuna do respeito que tem o governo federal pelo estado de Santa Catarina e por outras regiões. V.Exa. verificou *in loco* e o que está dizendo o povo já está sabendo, haja vista a entrega das casas em Blumenau.

A BR-470, de cujo fórum estamos participando juntamente com v.exa., é uma questão de honra para a presidente Dilma Rousseff. Inclusive, os recursos já estão alocados, principalmente para a duplicação entre Navegantes e Blumenau, com o estudo de impacto ambiental e o processo de licitação prontos também.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É isso que temos que ter, deputada Ana Paula Lima, união, trabalho em conjunto, força, e fazer com que, além de estar alocado, o dinheiro possa ser realmente gasto e a obra executada, porque não adianta estar no papel e a obra não ser executada. Nós, deputados estaduais, vamos ter que fazer o trabalho de romper a burocracia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Darci de Matos, pelo tempo restante destinado ao DEM, dentro do horário dos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, a grande pauta de discussão neste Parlamento nos próximos meses, certamente, será o Fundeb. E tenho duas informações relevantes. Em primeiro lugar, Santa Catarina, nos últimos anos, tem repassado um valor maior referente ao Fundeb para Brasília e recebido um valor menor. E vamos aos números, deputado Dirceu Dresch.

Em 2010: R\$ 400 milhões; em 2007: R\$ 150 milhões. Ou seja, repassamos R\$ 1 bilhão e recebemos R\$ 836 mil. E assim por diante. Esse registro tem que ficar consignado porque Santa Catarina está mandando recursos do Fundeb para Brasília.

A segunda informação que tenho é inédita e leva-nos a uma reflexão. Fomos verificar quando foi incluído o recurso do Fundeb na base de cálculo dos poderes. Pasmem, srs. deputados, tenho em mãos a documentação, foi através de uma ação desta Casa, da Presidência desta Casa, de um mandado de segurança exigindo que fosse incluído o dinheiro do Fundeb, na época, na base de cálculo para repassar os percentuais dos poderes. E o presidente era o eminente

deputado Neodi Saretta, do PT! Quer dizer, é uma informação importante.

Sei, srs. deputados, que o contexto era outro, que o cenário era diferente, que era outro momento, mas nós, do governo, temos recebido críticas áspersas do Partido dos Trabalhadores no que diz respeito ao Fundeb. E do Sinte também. Então, atenção Sinte, quem incluiu os recursos do Fundeb na base de cálculo dos poderes foi o Partido dos Trabalhadores! Essa informação é relevante e tem que ser considerada.

Tudo bem, até enalteço a deputada Luciane Carminatti, que deu entrada a um projeto de lei para desvincular os recursos do Fundeb da base de cálculo do repasse dos recursos aos poderes. Agora há um clima para debater essa questão, mas nós, do governo, não podemos ser inquiridos, porque não foi uma ação do nosso governo, da nossa equipe, dos nossos partidos, foi uma ação do Partido dos Trabalhadores. Isso tem que ficar consignado, claro, evidente, na consciência dos catarinenses e na consciência, principalmente, do Sinte de Santa Catarina, que tem inquirido fortemente a base do governo no que diz respeito a essa questão dos recursos do Fundeb.

Quero dizer ainda, sr. presidente, que apresentei hoje, na comissão de Finanças, e foi aprovada, a solicitação da realização de uma reunião naquela comissão com a presença dos representantes dos poderes, para debatermos essa questão do repasse ou não, da inclusão ou não dos recursos do Fundeb na base de cálculo desses valores. Porque estamos na iminência de votar a LDO. Portanto, se temos que tomar uma decisão, ela tem que ser negociada, consensuada e discutida. E o fórum adequado é, sem dúvida alguma, a comissão de Finanças.

Portanto, espero que o presidente Gilmar Knaesel certamente esteja tomando as providências para que nós, quem sabe na semana que vem, possamos sentar e tratar desse assunto relevante para Santa Catarina. Porque a desvinculação desse recurso da base de cálculo no repasse dos valores para os poderes dará, sem dúvida alguma, sr. presidente, um caixa para que o governo possa melhorar o plano de carreira dos sofridos professores de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Gostaria de corroborar com a citação do eminente deputado Darci de Matos no que tange àquele requerimento na comissão de Finanças hoje pela manhã.

Foi aprovada por unanimidade na comissão de Finanças a possibilidade de um convite a todos os poderes para que, de uma forma aberta, comecem a discutir a questão da legislação e, principalmente, a questão do Fundeb com os demais poderes.

Então, brevemente o deputado Gilmar Knaesel deverá anunciar a data desse evento reunindo todos os poderes.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados, parece-me importante, na condição de presidente da Casa, fazer algumas considerações a respeito do que estava sendo discutido pelo deputado Darci de Matos, até porque é um tema que precisamos tratar com muita maturidade e serenidade,

porque diz respeito não apenas ao Poder Legislativo, mas também ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado.

No que diz respeito à Assembleia Legislativa, muito embora, muitas vezes, o que acaba sendo divulgado não é exatamente aquilo que se procurou expressar em alguma entrevista ou em algum comunicado, ela está absolutamente disposta a participar de um entendimento com os demais poderes no sentido de possibilitar que haja uma revisão seja retirado da base de cálculo para o repasse do duodécimo constitucional.

No entanto, também tem que ficar muito claro que é absolutamente impossível, tanto para a Assembleia Legislativa, como para o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Udesc, retirarmos da base de cálculo sem que haja uma revisão dos percentuais de transferência dos recursos, sob pena de inviabilizarmos a manutenção de todas essas instituições democráticas no que diz respeito aos seus orçamentos e às suas programações financeiras. Então, não se trata de uma decisão meramente política, mas também técnica.

Em segundo lugar - e muitas vezes, por equívoco na comunicação, não se deixa isso muito claro para a sociedade -, não há, hoje, nenhum repasse de recursos do Fundeb para nenhum poder. O estado arrecada um valor definido do Fundeb e investe 100% desse valor na Educação. O que ocorre é que com o Fundeb fazendo parte da base de cálculo, o estado acaba repassando aos poderes um valor maior do que ele repassaria se o Fundeb não fizesse parte. Quando falamos em retirar o Fundeb da base de cálculo, estamos dizendo que o estado vai passar um valor menor aos poderes. Ora, isso inviabiliza o funcionamento dos poderes do ponto de vista financeiro. É preciso, repito, revisar os percentuais de repasse.

Então, é uma discussão que tem que ser feita com muita tranquilidade e maturidade. Acho que existe espaço para, na recuperação dos percentuais, haver uma distensão não apenas no Poder Legislativo. Estamos dispostos a fazer um esforço, se tivermos que fazer, para contribuir no que diz respeito à questão financeira, como também tenho certeza de que há esse entendimento no Ministério Público, no Tribunal de Justiça e no Tribunal de Contas. Mas é importante deixar clara a posição oficial desta Presidência e da Casa com relação a esse tema, para que não haja qualquer dúvida referente ao encaminhamento e para que não se transforme isso numa questão institucional, com a Assembleia adotando uma posição, o Tribunal de Justiça outra, seja por questão pessoal ou partidária. Não é! É uma questão que vale agora, durante o meu período na Presidência, como vai valer para quem vier subsequentemente. E essa pessoa haverá de fazer uma gestão responsável com os recursos da Casa, como há também por parte do Tribunal de Justiça, na sua gestão administrativa, e do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Faço esse esclarecimento para não deixar qualquer dúvida com relação à posição da Presidência sobre esse tema, respeitando as posições pessoais de cada parlamentar, pois cada um é responsável por suas colocações.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, acho que esses esclarecimentos são importantes para haver uma discussão lúcida e até porque precisa ficar claro se do Fundeb estão saindo recursos para a Assembleia Legislativa, para o Tribunal de Contas ou para qualquer outro órgão.

A questão da base de cálculo é outra porque se tira essa ou aquela conta da base de cálculo não significa que ela vai para a Educação ou para a Saúde, ela vai para um caixa central.

Então, é importante v.exa. esclarecer uma questão: alguma vez foi solicitado, no presente ou no passado, que viessem recursos da conta Fundeb para a Assembleia?

Por último, gostaria de lembrar que o Fundeb foi extinto. Qualquer tipo de ação que tinha em cima de Fundeb elimina...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha) - Concedo mais um minuto a v.exa.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ao vir algum sucessor, é outra questão. Necessita, se for outro caso, de ação. Se o Poder Judiciário decidiu, essa decisão não é do partido, mas de quem deu essa sentença porque entendia que isso era legal.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. tem absoluta razão nas suas colocações. Esta Casa informa que não há nenhum recurso da conta Fundeb sendo aplicado que não seja na Educação, nem como repasse aos poderes nem como repasse a qualquer outro órgão, até por uma questão legal. Os recursos do Fundeb são aplicados na Educação. O que ocorre é que os recursos do Fundeb estão sendo contabilizados como receita única do estado, como conta única, e em função disso há um valor maior sendo repassado aos poderes. Se o Fundeb for retirado da conta única haverá um valor menor a ser repassado. E hoje, se for simplesmente retirado, inviabilizará financeiramente os orçamentos tanto do Ministério Público, quanto do Tribunal de Justiça e da própria Assembleia Legislativa.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0054/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; e 0084/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera a Lei Complementar n. 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa Civil.

Trata-se, deputado Dirceu Dresch, da prioridade aos atingidos por vendavais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para

encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada vai apoiar o projeto de v.exa. e avalia que os critérios de acesso dessas famílias precisariam estar um pouco mais claros. Entendemos ser importante que as famílias atingidas por catástrofes tenham prioridade, mas achamos que deveriam estar mais claras algumas questões, como, por exemplo, se a renda é a que está no projeto original.

Mas votaremos a favor, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Dirceu Dresch, vamos votar o projeto, hoje e não há mais como o emendar. Mas, se a bancada do PT tiver qualquer sugestão para alguma alteração, da minha parte não há qualquer problema que se faça qualquer alteração que vise melhorar a redação, uma vez que o objetivo é simplesmente contribuir. Podemos votá-lo hoje e alterá-lo tão logo haja necessidade.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sr. presidente. É isso mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

A votação será pelo processo eletrônico.

Os srs. deputados que votaram "sim" votam a favor do projeto e os que votarem "não" votam contra o projeto.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 21 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0113/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei n. 7.543, de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, para reforçar, quero dizer que essa lei já existe no Paraná e no Rio de Janeiro, pois sabidamente os veículos a gás reduzem a emissão de monóxido de carbono em 70%, além de serem mais baratos e de serem uma alternativa sustentável. Afinal de contas, as reservas de petróleo são finitas e precisamos, urgentemente, diante do efeito estufa, tomar providências para preservar o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados, encontra-se sobre a mesa, extrapauta, o PL n. 0208/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Apiúna.

Consultamos os srs. líderes se é possível fazer a votação hoje. A matéria foi aprovada nas comissões.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, é doação para município?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sim!

Os srs. líderes concordam em deliberarmos a matéria?

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0208/2011, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Apiúna (instalação de espaço esportivo).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero apenas para fazer o registro, sr. presidente, de que essa já é uma reivindicação antiga do município de Apiúna. O governo passado encaminhou uma matéria com o mesmo objetivo, ou seja, doando uma área para o governo federal instalar, no antigo posto fiscal de Apiúna, a Polícia Rodoviária Federal. O

governo federal não teve interesse, por questões financeiras ou outras, e agora a matéria retorna para que o imóvel seja definitivamente doado ao município de Apiúna, a fim de que a prefeitura ali construa um espaço esportivo.

Há um lado sentimental, uma vez que pude trabalhar durante alguns anos naquele posto fiscal, hoje desativado. Mas quero também fazer justiça ao deputado Aldo Schneider que, quando secretário, brigou para que isso acontecesse. Faço justiça ainda ao prefeito Jamir Marcelo Schmidt e aos vereadores do Democratas e do PSDB de Apiúna, que foram responsáveis por uma indicação aprovada na Câmara Municipal para que fizéssemos, neste plenário, uma indicação ao governador do estado com a mesma finalidade.

Então, a Assembleia Legislativa já contribuiu em outros momentos e peço o apoio de todos os srs. deputados, especialmente do deputado Aldo Schneider, para aprovarmos essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Gostaria de pedir que os deputados não se ausentassem do plenário porque ainda temos que votar o PLC referente ao Ministério Público e precisamos de quórum qualificado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com referência ao Projeto de Lei n. 0208/2011, que concede ao município de Apiúna as antigas instalações do posto fiscal pertencentes à secretaria da Fazenda, quero dizer que realmente a Assembleia Legislativa está dando uma demonstração de maturidade no sentido de que imóveis públicos que estejam sendo ocupados por vândalos sejam, através de projeto de lei, destinados aos municípios, para que lhes seja dada uma destinação útil.

Então, agradeço, de forma muito especial às comissões de Justiça e de Finanças, como também ao Plenário, por essa deferência em relação ao nosso pleito e do deputado Gilmar Knaesel.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada a matéria.

Srs. deputados, encontra-se sobre a mesa o Projeto de Lei Complementar n. 0019/2011, que reajusta o piso salarial do quadro pessoal do Ministério Público, extingue o abono salarial e adota outras providências.

Consulto os srs. líderes se podemos votar hoje essa matéria, uma vez que há premissa na deliberação para que possa ser incluído na folha de pagamento do Ministério Público deste mês.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2011, de procedência do Ministério Público, que reajusta o piso salarial do quadro pessoal do Ministério Público, extingue o abono salarial e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global, subemenda modificativa, subemenda aditiva e subemenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" votam a favor da matéria e os que votarem "não" rejeitam a matéria.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	
Está encerrada a votação.	
Votaram 23 deputados.	
Temos 23 votos "sim".	
Está aprovada a matéria em primeiro turno.	
Consultamos os srs. líderes se podemos encerrar a presente sessão e convocar outra, extraordinária, para a votação em segundo turno das matérias agora aprovadas.	
(Os líderes aquiescem.)	
Encerramos a sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h21, para deliberarmos as matérias em segundo turno.	
Está encerrada a sessão.	

ATA DA 015ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h21, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherm - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopesa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Fundação Municipal de Esportes, Arlindo Ewald, acompanhado do diretor Frank Fred Utech, de Pomerode.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Solicita a votação do projeto de aperfeiçoamento da lei das *lan houses*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que altera a Lei Complementar nº 422, de 2008, instituindo o Programa de Habitação Popular do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa Civil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	

DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim	DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA		DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES		DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim	DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK		DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES		DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA	sim	DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		DEPUTADO KENNEDY NUNES	
		DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
		DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
		DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
		DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
		DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
		DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
		DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA	sim
		DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
		DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
		DEPUTADO SILVIO DREVECK	
		DEPUTADO VALMIR COMIN	
		DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim" e nenhum voto

"não".

A matéria está aprovada em segundo turno.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero fazer o registro da presença em nosso plenário do ex-vereador e atual presidente da Fundação Municipal de Esportes, Arlindo Ewald, da minha cidade de Pomerode, acompanhado também do diretor Frank Fred Utech.

Eles estão na capital para buscar melhorias e recursos para a referida fundação da minha cidade, Pomerode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Obrigado pelo registro, deputado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2011, de procedência do Ministério Público, que reajusta o piso salarial do quadro de pessoal do Ministério Público, extingue o abono salarial e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global, subemenda aditiva, emenda supressiva e emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim" e nenhum voto

"não".

A matéria está aprovada em segundo turno.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, votamos hoje na comissão de Segurança Pública o projeto de aperfeiçoamento da lei das *lan houses*. Considerando que o Ministério Público vai lançar a campanha Navegação Segura, seria possível, sr. presidente, incluir na pauta de hoje o referido projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Darci de Matos, é impossível fazer isso hoje, porque teríamos que localizar o projeto. Poderemos votar amanhã ou na próxima terça-feira.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0113/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera

a Lei n. 7.543, de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra, extraordinária, para as 16h25, para votação da redação final dos projetos aprovados.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h25, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Comunica aprovação pela comissão de Segurança de audiência pública para aperfeiçoamento do edital de licitação para autoescolas no estado.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Convida para audiência pública sobre autoescolas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Lamenta a morte do vice-prefeito de Passos Maia.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Trata do impasse na greve do Magistério; reporta-se à assembléia dos servidores da Saúde; aborda as reivindicações da base da Segurança Pública.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Registra a presença do vereador Prezalino Ramos, de Maracajá.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Palmitos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Parabeniza Ideli Salvatti e Cláudio Vignatti pelas posições que ocupam no governo federal; comemora queda do risco Brasil; comenta mais uma crise na suinocultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0208/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0113/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0348/2011 e 0349/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0350/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, e 0351/2011 e 0352/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0720/2011 e 0721/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0722/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0723/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0724/2011 e 0725/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0727/2011, de autoria do deputado Manoel Mota; 0728/2011, 0729/2011 e 0730/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0731/2011, 0732/2011 e 0733/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 0734/2011, 0735/2011, 0736/2011, 0737/2011; 0738/2011, 0739/2011, 0740/2011 e 0741/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0744/2011, 0745/2011, 0746/2011 e 0747/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0749/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0752/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima e 0753/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni.

Requerimento n. 0726/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, aos senadores e aos deputados federais catarinenses, pedindo apoio na aprovação do Projeto de Lei n. 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0742/2011, de autoria do deputado Edison Andriano, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo que sejam revitalizados os postos da Polícia Rodoviária Federal ao longo das BRs de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0743/2011, de autoria do deputado Edison Andriano, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Oi Brasil Telecom, pedindo a implantação da rede de telefonia fixa no bairro Morretes, no município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0748/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da empresa Oi, pedindo melhorias na rede de telefonia no bairro Santo D'Água Verde, no município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0750/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Educação, pedindo a adoção de medidas visando coibir os estados de incluir os recursos do Fundeb na elaboração da LDO.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0751/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Educação, solicitando que o governo federal fiscalize o repasse e a aplicação dos recursos do Fundeb ao estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0068/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário de Segurança Pública e ao comandante da Polícia Militar, solicitando esclarecimentos sobre o valor investido e a previsão para 2011 no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, aprovamos hoje pela manhã, na comissão de Segurança Pública, a realização de uma audiência pública que será realizada no dia 28 de junho, às 10h, para tratar do aperfeiçoamento, de melhorias ou adequação do edital de licitação para as autoescolas de Santa Catarina, visto que o edital que foi publicado está eivado de fragilidades e até de irregularidades. Por exemplo, 97 municípios, ou seja, ¼ dos municípios de Santa Catarina não foram contemplados com autoescolas. As autoescolas de Imbuia, Termas, Cordilheira e Agrônômica perderão o direito de continuar atuando naqueles municípios.

E mais do que isso, esse edital não considera os instrutores que já estão atuando há décadas. Esse ponto do edital é contra a lei federal que assegura o exercício da profissão de quem já está atuando. Também há o preço máximo e não estabelece o preço mínimo. Com isso vamos precarizar o trabalho das autoescolas em Santa Catarina.

Portanto, entendemos que essa audiência pública do dia 28, às 10h, é de fundamental importância para tratar desse assunto.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de corroborar com as colocações do deputado Darci de Matos e acrescentar que houve uma luta muito grande deste Parlamento no sentido de envolver todos os órgãos estaduais nessa questão, principalmente na regulamentação do exercício desse serviço. Até porque há grupos diferentes e agora, através deste termo de ajustamento de

conduta, o Ministério Público promoveu a condição de igualdade.

Assim, por orientação do Ministério Público, o Detran, através da secretaria de Segurança Pública, está realizando essa licitação, cujo edital continha algumas incorreções. E essa audiência pública será apropriada para que possamos corrigir essas distorções que eventualmente estejam ocorrendo.

Então, entendo que é muito importante a participação de todos os srs. parlamentares porque este Parlamento foi o grande articulador de todo o envolvimento até este momento. Aproveito, portanto, este momento para convidar todos os deputados e deputadas para participar dessa audiência pública.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, o deputado Neodi Saretta, meu colega de bancada, já externou o devido pesar, mas quero também externar meus sentimentos pelo falecimento do vice-prefeito do município de Passos Maia, Norino Nerves, o popular Nino, do Partido dos Trabalhadores, que hoje está sendo sepultado naquele município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência recebe requerimento dos líderes desta Casa solicitando a suspensão da sessão para que haja a apresentação do relatório anual do CIEE pelo sr. Mércio Felsky.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente, quero agradecer ao deputado Dirceu Dresch pela compreensão, cumprimentar os demais deputados, as sras. deputadas, fazer também o registro da presença dos vereadores de Benedito Novo, o presidente da Câmara Municipal, Valmiro Gessner, assim como dos vereadores Osni Floriani, Lourival Klemann e demais vereadores da cidade, que estão presentes nesta sessão. Eles vieram, dentre outros objetivos, falar da necessidade de uma viatura nova da Polícia Militar no município de Benedito Novo, demanda que foi encaminhada às autoridades competentes e que nós, evidentemente, em apoio e amparo, encaminharemos também medida legislativa e administrativa no sentido dessa solicitação, que com certeza é justa, é uma cidade que merece, há apenas alguns policiais fazendo um grande esforço para conseguir manter a segurança na cidade.

Quero referir-me mais uma vez à questão da conjuntura estadual de Santa Catarina, talvez a principal questão das últimas quatro semanas, que é a greve do Magistério, um impasse que quando parece que está para ser resolvido, aparece uma dificuldade que impede que a negociação chegue a bom termo. A última proposta do governo, que talvez seja a penúltima, e espero que no dia de ontem e no dia de hoje a direção do sindicato esteja discutindo algum avanço com autoridades do governo, de forma a garantir o direito ao piso nacional de salário sem achatamento da carreira e sem perda de direitos, implica na

diminuição da regência de classe, que é um direito que os professores, os que trabalham, os que estão na sala de aula por mais tempo, valorizam mais, justamente porque é a função fim, é o objetivo prioritário, final na Educação.

Portanto, diminuir essa gratificação seria a perda de um direito que vale para o resto da vida desses trabalhadores. Um incremento salarial é importante e na proposta todos o teriam. No entanto, o incremento salarial em poucos meses ou, no máximo, em poucos anos a inflação come, a inflação gasta. E depois há toda uma dificuldade e é preciso toda uma luta para buscar resgatar um direito que se perde.

Quero manifestar, mais uma vez, o nosso apoio ao movimento do Magistério. Talvez essa tenha sido a vez em que a sociedade catarinense refletiu mais sobre esse assunto, justamente pela unidade do movimento das professoras e professores. Houve concordância do conjunto da sociedade de que o movimento é legítimo e que precisa de uma saída negociada o mais rapidamente possível, mas com ganho e sem risco de perdas para os professores.

Quero registrar também, srs. deputados, que estive na assembleia dos trabalhadores da Saúde do estado de Santa Catarina, ocorrida há pouco e que está sendo finalizada neste momento no centro da capital, discutindo também a questão salarial. Quanto à Saúde, parece que há uma proposta do governo que veio antes da necessidade da greve. Os trabalhadores da Saúde pública estadual que trabalham na cidade de Joinville tinham decidido, praticamente, há um mês, entrar em greve embalados pelo movimento do Magistério estadual e pela greve municipal naquele município. Os servidores municipais de Joinville estão em greve há várias semanas, inclusive os servidores municipais da Saúde. Em Joinville, os trabalhadores da Saúde municipal ganham mais do que os trabalhadores da Saúde estadual.

Então, essa situação gerou um clima em Joinville de declaração de greve há quase um mês. O sindicato se reuniu em outros hospitais, outros estabelecimentos, buscou mais uma vez o diálogo e conseguiu dessa vez o contato com o secretário estadual da Saúde. Algumas reuniões aconteceram e na última, na manhã de hoje, foi apresentada a proposta pelo governo de incorporar o abono de 16,76%, um abono conseguido na greve de 2009.

Já no ano passado, em virtude de greves provocadas por outras circunstâncias, essa foi uma das demandas principais da categoria. A incorporação desse abono naquele momento não veio, mas agora o governo apresenta a proposta de incorporação desse abono de 16,76% no mês de julho, ou seja, no mês que vem, em medida a ser avaliada, apreciada e aprovada neste Poder Legislativo.

Evidentemente, não é um valor alto, oscila entre R\$ 150,00 e R\$ 300,00. Mas esse valor incorporado, com certeza, acresce o valor monetário do salário, porque incide sobre a hora trabalhada, a hora plantão e sobre outras vantagens como o tempo de serviço na carreira.

Então, o governo apresenta a proposta de incorporação desse abono, define o prazo de 120 dias para discutir a reposição das perdas que chega a 8% no ano, relativas a 2010, e também para discutir o incremento do valor do auxílio alimentação. E nesse caso tem que fazer uma discussão também com relação aos outros servidores do serviço público, porque o valor é o mesmo, ou seja, R\$ 6,00 por dia. Esse é o auxílio alimentação de todos

os servidores públicos do Poder Executivo, da Segurança, da Saúde e da Educação.

É um valor evidentemente muito baixo, R\$ 6,00 por dia. Não tem como um trabalhador se alimentar decentemente com um valor como esse. O valor máximo mensal de auxílio alimentação, considerando que todos os dias do mês sejam trabalhados, é R\$ 132,00. Então, isso também estará nessa discussão da secretaria da Saúde com o sindicato da categoria, além da reorganização dos cargos do plano de cargos e salários, tudo nos próximos 120 dias.

Saí da assembleia antes do término, mas tudo indica, pelas manifestações havidas até então, que a categoria aceitará essa proposta. Portanto, a possibilidade de greve na Saúde neste momento estaria sendo superada.

Quero registrar a importância dessa linha de diálogo que está sendo estabelecida pelas secretarias. Quero falar também da questão dos servidores da Segurança Pública, que continua no pincel, para usar o termo popular. Temos de parte dos praças a demanda pela anistia, cuja resolução é fácil porque como se trata de lei federal basta vontade política do governo do estado atendê-la. Pode ser que, por iniciativa do Poder Executivo ou através de decreto, esteja emperrada, pois existem ainda 21 companheiros excluídos, outros sete na fila de espera desse processo e centenas que foram punidos em virtude do movimento reivindicatório no final de 2008.

A realização de cursos com mais vagas para cabos, para sargentos e de aperfeiçoamento de sargentos é uma angústia bastante grande na nossa categoria, porque se trata do travamento da carreira. Há soldados com 25 anos de serviço na mesma graduação. Eles estão há 25 anos trabalhando para a sociedade, para o estado, sem receber uma promoção sequer. É uma situação indignante que desvaloriza o trabalhador.

As vagas existem. Aprovamos nesta Casa, nos anos anteriores, planos de carreira para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Então, temos três mil vagas em aberto, bastando apenas a iniciativa político-administrativa dos comandos e do governo para preenchê-las e fazer a justiça tão necessária, embora já tardia.

Existe reivindicação salarial evidentemente, depois da medida discriminatória dos dois últimos anos, que deixou uma mácula muito grande. Basta falar com os policiais nas suas respectivas cidades que se percebe isso. Deve-se começar a reorganizar o salário na Segurança Pública a partir da incorporação dos abonos, que é praticamente um terço da remuneração dos trabalhadores de base da Segurança Pública.

Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, isso é tudo uma questão de salário. Para a base da Segurança Pública, um terço do salário é abono. Então, começar pela incorporação desses abonos na perspectiva de realizar a tabela de salário é a necessidade que também teremos nos próximos meses, nos próximos anos. Essa é uma das grandes reivindicações que se está colocando para o debate com o governo do estado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente quero fazer o registro da honrosa presença do meu amigo, vereador Prezalino

Ramos, candidato a prefeito de Maracajá na última eleição, que está nesta Casa acompanhando a sessão. É um companheiro leal e amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro de v.exa. Desejamos que o vereador se sinta à vontade na Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito Norberto Gonzatti e do vereador Volmar Gandolfi, de Palmitos, parabenizando-os pela administração municipal. Anuncio também a presença de Elson Otto e de toda a comissão organizadora da Festa do Vinho, ocorrida neste final de semana naquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Parabenizo também o prefeito e os nossos amigos de Palmitos pela bela festa que realizaram.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todas as pessoas que nos acompanham, primeiramente, o nosso cumprimento ao prefeito de Palmitos. Estivemos sábado à noite naquela cidade tomando um vinho muito gostoso. É muito bom quando os municípios fazem as suas festas, mostrando o seu potencial e a diversidade das regiões deste estado.

Quero aproveitar o dia de hoje para falar de duas grandes lideranças de Santa Catarina que estão com na equipe da presidenta Dilma Rousseff: o ex-deputado federal Cláudio Vignatti e a ministra Ideli Salvatti, que assumiu uma nova tarefa no governo federal, em reconhecimento por tudo o que a ex-senadora fez no governo do presidente Lula, tanto nos momentos bons quanto nos momentos difíceis, na época das crises de 2005 e 2006.

Quero aproveitar para parabenizar a nova ministra e o secretário-executivo de Relações Institucionais. Essas lideranças vão contribuir e muito com Santa Catarina, com os grandes desafios deste estado, com investimentos na infraestrutura, com avanços nas políticas sociais, na educação, na saúde, enfim, em diversas áreas.

Sr. presidente, é digna de comemoração a informação do ministro Guido Mantega de que segundo avaliação internacional o risco Brasil é menor do que o risco Estados Unidos da América! Portanto, o Brasil comemora hoje, e os dados comprovam, que o nosso país ficou com 41,2 pontos base, enquanto os Estados Unidos fecharam com 49,7 pontos base. Trata-se de uma espécie de seguro usado por investidores como proteção contra o risco de o devedor não ter condições de quitar suas obrigações. Segundo o ministro, é a primeira vez que isso acontece, ou seja, é a primeira vez que o Brasil fica abaixo dos Estados Unidos em termos de riscos.

Há pouco estávamos conversando sobre a questão do emprego no Brasil e vimos, nos dez minutos em que o coordenador do CIEE falava, o otimismo da nossa juventude, dos trabalhadores brasileiros com a melhoria do poder aquisitivo da classe média, pois um

grande grupo da população brasileira ascendeu à classe média.

O Brasil vive um grande momento, não como no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o país tinha praticamente 20% da população desempregada e o risco Brasil batia os 400 pontos base.

Então, não dá comparar o Brasil dos anos 1990 com o Brasil dos anos 2000, dirigido pelo presidente Lula e agora pela presidente Dilma Rousseff. Entendemos que o Brasil é outro e nem precisa fazer muitos comentários porque a população brasileira e catarinense está sentindo no bolso, ou seja, a vida das pessoas melhorou.

Vemos isso, sr. presidente, em eventos como a Festa do Vinho de Palmitos, a que comparecemos nesse final de semana; vemos isso na condição da população de poder participar de eventos culturais, de festas; vemos isso na vida das pessoas pela condição econômica que as famílias brasileiras vivem hoje; vemos isso pelo aumento significativo da participação das pessoas em festas como a de Santo Antônio, em Pinhalzinho. Hoje as pessoas estão participando mais, justamente porque melhorou o seu poder de compra.

Mas quero aproveitar para colocar também que existem setores que passam por crises, por dificuldades. Já discutimos, deputado Sargento Amauri Soares, a questão do arroz, da fumiçultura e estamos passando neste momento por uma situação difícil na suinocultura.

A comissão de Agricultura desta Casa aprovou a realização de uma audiência pública na próxima quarta-feira pela manhã, às 10h, nesta Casa, para discutir a cadeia produtiva da suinocultura no estado. Os suinocultores estão passando por muitas dificuldades, vendendo os animais muito abaixo do preço mínimo, do preço de produção. Por isso vamos fazer esse debate, reunindo o setor e buscando alternativas.

O ministro da Agricultura já anunciou algumas medidas. Tivemos novamente um problema no comércio de suínos com a Rússia e perdemos grande parte da exportação de carnes suínas para aquele país. Isso gerou um impacto negativo na suinocultura catarinense e brasileira e acarretará consequências na renda dos municípios. Com certeza, haverá um impacto muito negativo, mais uma vez, na cadeia produtiva da suinocultura em Santa Catarina.

Então, na próxima quarta-feira vamos reunir o setor. Queremos reafirmar o nosso compromisso com os agricultores, principalmente com a agricultura familiar, que a duras penas sobreviveu na atividade, mesmo que a estratégia do modelo agroindustrial seja concentrar a produção.

Srs. deputados, entramos, no ano passado, com várias ações contra a iniciativa de algumas empresas, principalmente a Seara Alimentos, que estava induzindo a produção em grande escala nas propriedades, piorando ainda mais a situação porque começa a haver uma repercussão muito negativa na área ambiental. Quanto mais animais se concentra numa propriedade, mais há impacto ambiental e econômico, pois alguém vai sobrar no processo produtivo, alguém será excluído nessa cadeia.

Assim, quero dizer a todos que nos acompanham que estaremos acompanhando de perto essa discussão e no final de semana reuniremos os agricultores em vários municípios para discutir o tema da suinocultura.

Sr. presidente e srs. deputados, é um tema que preocupa e que precisa de encaminhamento urgente por parte das indústrias, das empresas, do governo federal e estadual, no sentido de encontrar alternativas para a questão comercial e buscar reabrir o diálogo com a Rússia, a fim de resolver o impasse instalado nas relações comerciais com o nosso estado e o nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado Dirceu Dresch.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao cinquentenário do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 008ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE - NA PASSAGEM DO SEU CINQUENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO

SOLICITAÇÃO DEPUTADO JEAN KUHLMANN

SUMÁRIO

DEPUTADO MANOEL MOTA - Lembra as dificuldades enfrentadas pelo BRDE e a luta da sociedade catarinense para garantir a continuidade da instituição.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Externa satisfação de ter o blumenauense Renato de Mello Vianna no comando do BRDE e destaca a atuação do banco para a recuperação do vale do Itajaí após o desastre natural de 2008.

JORGE ANTONIO SOARES DA SILVA - Renova os votos de fidelidade dos servidores ativos e inativos ao BRDE.

DÁRIO BUZZI - Compara a economia de SC dos anos 60 ao estado respeitado nacionalmente após a intensa atuação do BRDE.

RENATO DE MELLO VIANNA - Agradece a homenagem e classifica a sessão especial solene como memorável; discorre sobre a história do BRDE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Gostaria de cumprimentar e agradecer a todos pela presença nesta sessão.

Convido o sr. deputado Manoel Mota para conduzir à mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la.

Ilustríssimo senhor Paulo César da Costa, secretário de Assuntos Estratégicos, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Renato de Mello Vianna, diretor-presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul;

(Palmas)

Professor Sebastião Iberes Lopes Melo, magnífico reitor da Udesc;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Rufinus Seibt, vice-prefeito do município de Blumenau, neste ato representando o excelentíssimo senhor prefeito João Paulo Kleinübing;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Paulo Konder Bornhausen;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Lúcio César Dib Botelho, secretário de estado do Desenvolvimento Regional de Blumenau;

(Palmas)
Ilustríssimo senhor Murilo Flores, presidente da Fundação do Meio Ambiente - Fatma;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa;

(Palmas)

Ilustríssimo senhor Nelson Santiago, presidente do Badesc;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação deste parlamentar e aprovada por unanimidade pelos demais deputados estaduais, em homenagem ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, BRDE, pela passagem do seu cinquentenário.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Gostaríamos de registrar e agradecer a presença nesta sessão solene das seguintes autoridades:

Senhor Paulo França, secretário adjunto de estado da Infraestrutura;

Professor Mércio Jacobsen, secretário-executivo da Fundação Univali, neste ato representando o magnífico reitor Mário César dos Santos;

Senhor Cláudio Lisboa, Capitão-de-Mar-e-Guerra da Capitania dos Portos de Santa Catarina;

Senhor Élio Araújo, presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina;

Senhor Ivan Ramos, diretor-executivo da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina;

Senhor Alexandre Simioni, assessor parlamentar, neste ato representando o deputado federal Gean Loureiro;

Senhor Idaulo José Cunha, técnico da equipe pioneira de funcionários do BRDE;

Senhor Luiz Alberto da Silveira, diretor adjunto, neste ato representando a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - Acif;

Senhor Hermes Barbieri, presidente do Sicoob, do município de Cunha Porã;

Senhor Roberto Vieira, secretário-executivo, neste ato representando o senhor Amer Félix Ribeiro, presidente da Associação dos Diários do Interior - ADI;

Senhor Alexandre Albornoz, neste ato representando o jornal *Notícias do Dia*; e

Senhor José Nocy Pereira, conselheiro fiscal, neste ato representando a Cooperativa de Frutas de Ouro.

Senhoras e senhores convidados, autoridades aqui presentes, neste momento vamos apresentar um vídeo institucional que representa a trajetória do BRDE.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Gostaria de convidar o ex-senador Neuto De Conto para compor a mesa.

(Palmas)

Convido o sr. deputado Manoel Mota para fazer uso da palavra, em nome de todas as bancadas com assento nesta Casa.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero, com muita honra, cumprimentar o eminente deputado Jean Kuhlmann, que neste momento preside esta sessão tão importante para todos nós, catarinenses, como também o sr. Paulo César da Costa, secretário de estado, neste ato representando o governador Raimundo Colombo.

Da mesma forma, quero cumprimentar o sr. Renato de Mello Vianna, diretor do BRDE, que representa, juntamente com o eminente ex-senador Neuto De Conto, esse banco, e toda a sua diretoria e funcionários, essa equipe de primeiro mundo que faz o BRDE orgulhar tanto o povo de Santa Catarina.

Quero cumprimentar, ainda, o professor Sebastião Iberes Lopes Melo, magnífico reitor da Udesc; o sr. Rufinus Seibt, vice-prefeito do município de Blumenau, representando neste ato o prefeito daquele município, João Paulo Kleinübing; o ex-deputado Paulo Konder Bornhausen, ex-presidente da Assembleia Legislativa, figura extraordinária que nos dá a honra de estar aqui neste momento, ele que tem tanta história e que passou por tantos momentos importantes.

Por último, quero cumprimentar o sr. Lúcio César Dib Botelho, secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau; o sr. Murilo Flores, presidente da Fundação do Meio Ambiente - Fatma; o sr. Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa; o sr. Nelson Santiago, presidente do Badesc, e o sr. Neuto De Conto, nosso sempre senador, figura memorável em Santa Catarina.

Saúdo as demais entidades e autoridades que vieram prestigiar este momento tão importante e saúdo também a imprensa e o coral.

Esta será uma noite memorável, pois comemoraremos os 50 anos do BRDE.

Deputado Jean Kuhlmann, tivemos uma participação efetiva no BRDE. Eu, que tenho a honra de estar no sexto mandato de deputado estadual, sei que atravessamos momentos de muitas dificuldades e outros de vitória.

Em 1993, passamos por um momento muito difícil. Era governador Wilson Kleinübing, se não me falha a memória, o presidente da República era Fernando Collor e foi decidida a extinção do BRDE pelos três governadores do sul do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Mas a maravilhosa e extraordinária equipe do BRDE, que sempre fez acontecer, abasteceu de material os parlamentares desta Casa para que eles pudessem para Santa Catarina, para o sul do país, o que significava esse banco. Ele, contudo, estava na UTI, bastava desligar a aparelhagem para que ele morresse. Mas conseguimos aprovar um requerimento pela manutenção do banco. Fomos para o Rio Grande do Sul e lá também aprovamos um requerimento no mesmo teor, por unanimidade. No Paraná foi a mesma coisa. E foi assim que mantivemos o BRDE vivo para nossa alegria e para alegria de muita gente.

O BRDE é o grande parceiro do desenvolvimento. Sinto-me orgulhoso de saber que o banco investe em todos os setores, incrementa todos os setores, faz a nossa economia crescer, faz o estado gerar emprego, gerar renda, gerar desenvolvimento, gerar qualidade de vida. Esse é o BRDE. E quem não tem orgulho do BRDE? Tenho a convicção de que todos os catarinenses têm orgulho do BRDE.

Então, quero parabenizar a diretoria, o quadro de funcionários do banco e dizer que eu, como um parlamentar que tem 28 anos de vida pública e seis mandatos, tenho orgulho de dizer que esse banco faz parte da minha vida.

Parabéns ao BRDE pelos 50 anos de história sempre fazendo o bem e desenvolvendo Santa Catarina!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Senhoras e senhores, autoridades aqui presentes, servidores que ajudaram a construir a história do BRDE, estamos reunidos nesta noite para homenagear os 50 anos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

É uma grata satisfação termos o sr. Renato de Mello Vianna no BRDE, um catarinense que ajudou a construir a história de Blumenau, a história de um povo trabalhador, um povo extremamente importante para Santa Catarina. Ele é uma pessoa que levou para o BRDE a sua experiência e juntos, autoridades, deputados estaduais, deputado Manoel Mota, os servidores que fizeram a história, todos os presidentes que passaram por essa instituição, comemoramos meio século de uma nobre

missão em prol do desenvolvimento da região sul.

O BRDE, que foi fundado em 15 de junho de 1961, sempre se caracterizou pela credibilidade, pela solidez e pela tendência de transformar os clientes em verdadeiros parceiros.

Essa história começou quando três governadores do sul, na época, Celso Ramos, em Santa Catarina, Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, e Ney Braga, no Paraná, uniram esforços para implementar uma superferramenta que impulsionasse o desenvolvimento econômico dos três estados.

Assim, o BRDE já nasceu com a vocação de dar suporte aos empreendedores da nossa terra e de garantir a competitividade a empreendimentos de todos os portes. Em 2009, o Mato Grosso do Sul também foi inserido nessa sociedade que já era uma referência em financiamento de longo prazo.

É com grata satisfação que reconhecemos que, em meio século, o BRDE cumpriu os seus objetivos e trouxe mais de R\$ 65 bilhões de recursos para a região sul. Em 2010, o banco viabilizou R\$ 2,2 bilhões de investimentos que devem gerar uma arrecadação adicional anual superior a R\$ 200 milhões em ICMS, recursos que ajudam a criar e manter 51 mil postos de trabalho.

A carteira de financiamentos do banco atesta a vocação da instituição para atendimento à micro, pequena, média e grande empresa, aos mini e pequenos produtores rurais. No final de 2010, o BRDE cultivava mais de 35 mil clientes ativos, distribuídos em cerca de mil municípios, que juntos perfazem 88% dos municípios do sul do país.

Embora os números não mintam, foram as ações que promoveram a fé dos catarinenses no BRDE. O desastre de 2008, que assolou o vale do Itajaí, é um exemplo do que falamos. Naquela ocasião, a natureza colocou os catarinenses mais uma vez à prova, e o BRDE, presidente Renato Vianna, mostrou-se fundamental para reerguer o vale do Itajaí e o nosso estado.

Era uma situação extremamente difícil, porque a maior tragédia natural deste estado aconteceu em meio a uma crise mundial. Quem não se lembra da crise norte-americana que abalou a economia do planeta? Como reflexo, os bancos de vários países, inclusive os brasileiros, retraíram-se, diminuíram a oferta de crédito no mercado. Não bastasse essa incerteza global, em novembro de 2008, chuvas constantes, deslizamentos impressionantes, a força das cheias e até mesmo a explosão de um gasoduto colocaram o nosso estado em situação de calamidade.

O vale do Itajaí sofreu muito. Perdemos vidas, perdemos bens, as indústrias foram duramente atingidas e empregos foram ameaçados da noite para o dia. Mas o próprio Renato Vianna, em um dos seus brilhantes pronunciamentos - e faço um parêntese, que além do dom da administração possui, com certeza, o dom da palavra -, disse que mesmo diante do que parecia o caos, o BRDE mantinha o crédito, assumia os riscos e ficava ao lado dos empreendedores. Criou até mesmo uma linha emergencial tanto para o refinanciamento como para novos investimentos. Mais uma vez unidos, empreendedores, trabalhadores e o próprio BRDE, acharam forças para superar a crise. Clientes tiveram tratamento diferenciado quanto ao prazo de juros para a recuperação do parque industrial, do comércio, dos serviços, da infraestrutura pública também. Um trabalho exemplar, que foi resultado da confiabilidade, do preparo dos dirigentes dessa grande

instituição e também da qualidade do seu grande corpo técnico, com um comprometimento profissional a toda prova.

A equipe do BRDE, que se constitui de pouco mais de 500 funcionários em três agências, fez toda a diferença nos momentos decisivos para milhares de trabalhadores. Um episódio em que o banco honrou a sua história, a sua credibilidade, a sua capacidade de reerguer o sul do país.

Precisamos dizer ainda que, fundado há meio século, o BRDE é uma instituição moderna que abre espaço para apoiar a grande riqueza do sul do país, que é o talento dos seus habitantes. O BRDE tem compromisso de facilitar acesso à cultura, implantando espaços para exposições de artes, lançamentos literários e demais manifestações artísticas. Em Florianópolis, temos o belo casarão que recebeu o nome de Espaço Cultural Celso Ramos, assim como iniciativas do mesmo gênero nos estados vizinhos.

Ao longo dos seus 50 anos de atuação, o BRDE adquiriu um patrimônio significativo, valor cultural em seu acervo de obras de artes valorizando a cultura do sul do Brasil. Em sintonia com as tendências mais atuais e nos mesmos moldes das mais respeitadas instituições mundiais, o banco criou em 2001 o Projeto BRDE - Responsabilidade Social, que incentiva as práticas sociais e éticas. A partir daí as ações institucionais com impactos sociais positivos ganharam impulso, fomentando um novo modelo de gestão. O BRDE, também associado à rede de entidades empresariais no Instituto Ethos, incentiva empresas a implementar políticas e práticas de responsabilidade social. A rede promove ampla mobilização para as desigualdades sociais e melhoraria das condições de vida da população.

O mais impressionante é que o BRDE é um banco com uma estrutura enxuta. Com apenas três agências em toda a região sul e pouco mais de 500 funcionários, como já falamos, é conhecido e respeitado como o parceiro para crescer. Diferencial que faz de Santa Catarina, para falarmos especificamente no nosso estado, um exemplo de qualidade de vida e de empreendedorismo.

Assim, através do presidente Renato Vianna, parabenizo todos os envolvidos direta e indiretamente no sucesso do BRDE e, consequentemente, no desenvolvimento da região sul.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Dando continuidade, neste momento, convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata de todos os homenageados da noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

O BRDE foi criado visando tornar a região sul do Brasil mais próspera. Apoiar projetos de investimentos de uma grande gama de atividades com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região onde atua. Sua missão é promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

Convido o deputado Jean Kuhlmann para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao sr. Renato de Mello

Vianna, presidente, neste ato representando a instituição.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo presta homenagem às personalidades de associações que permanecem em atividade no 50º ano do BRDE.

Convido para fazer a entrega das homenagens em nome do Poder Legislativo o deputado Jean Kuhlmann e o deputado Manoel Mota.

Convido para receber a homenagem o sr. Renato de Mello Vianna, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Dário Buzzi, superintendente da agência do BRDE em Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Clenio Callegaro da Silveira, gerente jurídico da agência do BRDE em Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Tarcísio Jaime Herdt, gerente de Recuperação de Crédito da agência do BRDE em Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Nelson Ronnie dos Santos, gerente de Operações da agência do BRDE em Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem Rogério Gomes Penetra, gerente de Planejamento da agência do BRDE em Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Vicente Zenon Farias, gerente Administrativo da agência do BRDE em Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Vilmar, neste ato representando o sr. Dimas César de Souza, em nome da Associação dos Funcionários do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Jorge Antônio Soares da Silva, em nome da Associação dos Profissionais do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul, seccional Florianópolis, APROBRDE.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido o sr. Hermes Barbieri, presidente do Sicoob de Cunha Porã, parceiro do BRDE, para fazer a entrega de placa ao sr. Renato de Mello Vianna, presidente do BRDE, neste ato representando o banco.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento, o coral da Assembleia Legislativa brindará todos com a

música *Caçador de Mim*, de Milton Nascimento, com arranjo de Orlando Leite.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Muito obrigado ao coral da Assembleia por esse belíssimo canto.

Neste momento, fará uso da palavra o sr. Jorge Antonio Soares da Silva, presidente da Associação dos Profissionais do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, seccional Florianópolis, neste ato representando-a.

O SR. JORGE ANTÔNIO SOARES DA SILVA - (Passa a ler.)

“Excelentíssimo deputado Jean Kuhlmann, que preside esta sessão especial; Excelentíssimos srs. deputados;

Ilustríssimo dr. Renato de Mello Vianna, digníssimo presidente do BRDE;

Demais autoridades;

Senhoras e senhores;

Colegas do BRDE.

Foi com muita honra que recebi, em nome da Associação dos Profissionais do BRDE - APROBRDE -, essa homenagem referente aos 50 anos do banco. E agradeço ao deputado estadual Jean Kuhlmann, autor dessa proposição.

A indicação da APROBRDE para ser homenageada nesta solenidade está alicerçada pelos serviços prestados em prol da instituição BRDE. A Associação dos Profissionais do BRDE, denominada APROBRDE, foi constituída em 22 de dezembro de 1989, com o objetivo precípuo de ‘defender o BRDE como entidade promotora de desenvolvimento econômico e social da região sul do Brasil e representar e defender os interesses coletivos dos servidores do BRDE’.

Nesse período, a APROBRDE tem-se caracterizado como uma associação vigilante, fiel aos seus objetivos estatutários, pois enfrentou situações cujas demandas poderiam causar reflexos irreparáveis à imagem e à solidez do banco. Porém, com a força coletiva dos seus servidores, combinando com as ações práticas desenvolvidas e com o efetivo apoio esta Casa Legislativa, conseguiu mitigar os efeitos das situações não favoráveis ao banco.

Finalizando, a APROBRDE, nesta data festiva, renova os votos de fidelidade à instituição maior, o BRDE, hoje completando 50 anos de história, e, conseqüentemente, a todos os seus servidores ativos e inativos.”

Senhoras e senhores, a APROBRDE é uma associação de grande responsabilidade e forte. Exercer o cargo que exerço, hoje, honra-me muito. Porém, ao longo desse período, desde 1989, o fortalecimento da APROBRDE vem sendo guiado por alguns colegas - e mais na nossa seccional, fixando-me no nosso estado - que faço questão de citar: Anselmo Buss, Antonio Ervino Hammes, Clenio Callegaro da Silveira, Luís Heitor Simoni Ferrari, Matheus Munhoz, Namir Terezinha Pieri, Sílvia Daniela da Silva Monteiro e Tatiana Moskorz.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Muito obrigado, sr. Jorge Antônio Soares da Silva.

Gostaria, neste momento, de conceder a palavra ao sr. Dário Buzzi, superintendente da agência do BRDE em Florianópolis, que falará em nome de todos os homenageados desta noite

O SR. DÁRIO BUZZI - Excelentíssimo sr. Paulo César da Costa, secretário de

Assuntos Estratégicos, neste ato representando o sr. governador do estado, Raimundo Colombo, e em seu nome homenageio todas as autoridades do Executivo aqui presentes;

Excelentíssimo sr. deputado Jean Kuhlmann, presidente desta sessão - e estamos muito gratos pela sua indicação para homenagear o BRDE -, e em seu nome saúdo os membros do Poder Legislativo aqui presentes;

Meu presidente e amigo Renato de Mello Vianna, e em seu nome também saúdo as demais autoridades, o ex-senador Neuto De Conto e demais amigos aqui presentes.

Para falar no BRDE, tenho que me estender um pouco mais e lembrar o que era Santa Catarina nos anos 60. E vou fazer isso com certa brevidade.

O Brasil de 1950 tinha 5% da renda *per capita* de hoje, ou seja, éramos todos pobres. Tinha um PIB *per capita* cinco vezes menor que a Argentina. Nos anos 50 nasceu o BNDES no governo federal, mas a região sul ficou parada por mais dez anos. No entanto, os governadores insistiam para que se criasse uma instituição regional para fazer frente ao desenvolvimento. Éramos todos estados pobres, São Paulo era o mais rico, tinha 70% da renda nacional. O pouco que havia era concentrado em São Paulo. Assim, pressionaram o governo de Jânio Quadros para criar um organismo regional.

O que era Santa Catarina nos anos 60? Havia o asfalto de Itajaí até Blumenau, aqueles 40km por dentro de Gaspar, e nada mais do que isso. A BR-116 não existia e a BR-101 era de terra. O prefeito José Tambosi, que era meu tio, foi multado pela companhia de energia elétrica porque colocou um motor de 1hp para puxar água do poço para casa. Ele foi multado porque sugava a energia dos outros. E como se faz indústria numa situação dessas? Não havia telefone, rodovia, energia elétrica, não havia nada! O estado era pobre, a arrecadação era pequena. Havia algumas faculdades isoladas, como a de Direito.

Então, temos que ser justos e homenagear as outras entidades que nasceram na época para o desenvolvimento. Foi uma ofensiva geral e disseram: “Agora vai ou racha! É agora ou nunca!”

Em virtude do plano de metas do governo Celso Ramos nasceu o Banco do Estado de Santa Catarina, deputado Paulo Bornhausen - e v.exa. é testemunha daquela época -, a Universidade Federal de Santa Catarina, o BRDE, a Telesc, a Celesc, que incorporou as pequenas empresas de energia elétrica, e a Eletrosul. E começou a ofensiva do desenvolvimento. Somos apenas o braço financeiro dessa história, pois nos foi dada essa tarefa.

O discurso de Leonel Brizola era o seguinte: “Precisamos fazer frente à defasagem regional, à concentração de renda em São Paulo”. Não vou contar o histórico desse período, mas quero resumir uma coisa: estamos na expectativa, agora, pelo censo 2010, quando terminar a sua tabulação, de ter a melhor renda *per capita* do Brasil. Nesses censos demoram dois ou três anos para fazer a tabulação, mas temos essa expectativa.

Durante esse período ajudamos a formar todos os polos regionais de desenvolvimento - a nossa indústria é distribuída em 14 polos regionais. As escolhinhas, tipo Fundação Tupy de Joinville, geraram 400 ou 500 metalúrgicas, o setor têxtil se espalhou pelo vale do Itajaí, pelo vale do rio Cubatão, na região de Jaraguá do Sul, e Brusque.

As coisas evoluíam a cada período que passava. Por exemplo, nos últimos anos estamos vendo que a região oeste teve um desenvolvimento altíssimo no complexo cooperativo, com a agroindústria de carnes. Porque o BRDE participou do começo. Temos um colega que morreu praticamente de uma doença que pegou no Joelho, e nos anos 60 passava três meses no oeste financiando as granjas.

Mas houve essa indústria concentrada no agronegócio, na cooperativa de carnes, e hoje vemos o oeste catarinense entrando numa diversificação industrial em setores inesperados, como metalurgia, têxtil, calçadista e mobiliário. E quando começa essa febre, ela se espalha, porque, na verdade, as pessoas não criam quase, as pessoas imitam o vizinho.

O que é verdadeiro é que temos os melhores empreendedores deste país. Um empresário é aquele indivíduo que economiza o seu salário mínimo, que vende um terreninho para começar uma empresa. É aquele indivíduo ousado, é aquele nobre louco. Alguns dão errado! E o trabalho desses técnicos do BRDE é medir, porque se estamos falando de recursos públicos, há margens mínimas para manter o custeio e não podemos errar, mas temos que ousar. Esse fio da navalha é o trabalho dessa equipe do BRDE esse tempo todo.

Faz 35 anos que o banco não recebe subsídios dos cofres públicos! Ele tem que se manter sozinho. Foi fundado e nos primeiros dez ou 15 anos recebia uma parcela dos tesouros dos estados, até que acharam que ele poderia andar com as próprias pernas. E faz 35 anos que tocamos o banco com recursos próprios, com o resultado do próprio banco.

Então, agradeço em nome dos homenageados. Somos os homenageados de plantão deste momento dos 50 anos. Houve muitos técnicos que nos antecederam - alguns até já faleceram - e que fizeram essa história, que foram gerentes. Quero que todos se sintam homenageados. Alguns não estão nessa gerência, foram chefes e permanecem no banco. Enfim, quero que cada funcionário se sinta homenageado, como nós fomos. Essa homenagem é para cada um deles.

Quero dizer ainda que o deputado Manoel Mota, sempre carinhoso conosco, falou: "Esse time de primeiro mundo". Na verdade, não é bem assim. O Dário era plantador de fumo de corda em Laurentino e veio estudar em Florianópolis, o Anselmo era lá de Braço do Norte; eles vieram para cá fazer faculdade e foram morar numa pensão com beliche. De repente, passamos no concurso. E passamos porque somos a primeira geração que entrou nessa nova universidade. Havia uma disputa, evidentemente, no concurso, mas, enfim, passamos no concurso e aí perguntaram: "Como é que se arruma emprego"? A preocupação, quando estava em Rio do Sul estudando no Colégio Dom Bosco, era que não havia emprego na cidade. Mas de repente, quando passei no concurso, disseram: "Agora você está encarregado de arrumar emprego em Santa Catarina". E como se faz isso?

A coisa interessante disso é que quando se ouve as histórias dos empresários, elas também são parecidas: ele era uma pessoa simples, que começou com uma empresa de fundo do quintal e depois foi aprendendo, apanhando, esforçando-se e trocando experiências.

Enfim, fizemos um trabalho que considero belíssimo. Acho que devemos ser justos e homenagear cada órgão que foi

fundado naquela época. Lembram da Sotelca, que depois virou a Celesc? Lembram do Banco do Estado de Santa Catarina, que, felizmente, está ainda aqui reforçado no Banco do Brasil?

Quer dizer, fomos o braço financeiro e fizemos esse trabalho com eficiência. Mas os gerentes homenageados hoje aqui não são os únicos que devem receber esta homenagem. Quero, sobretudo, transmiti-la a todos e lembrar algumas coisas interessantes. Dentro do BRDE foi gestado, por exemplo, o Ibagesc, que se transformou em Ceag, que é o Sebrae nacional. E nasceu aqui, no BRDE de Santa Catarina!

A Fatma foi gestada no BRDE, e Idaulo Cunha, que é funcionário do BRDE, foi o primeiro presidente da Fatma, pois a preocupação ambiental vem desde os anos 70.

O BRDE, nesse período, financiou todo o tratamento de efluentes industriais no estado. Hoje, as indústrias com grande carga química poluem muito menos o nosso estado do que os esgotos da área pública. Também o Prodec, o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, foi gestado no BRDE, por técnico do BRDE.

Então, finalizando, fico muito lisonjeado, tenho certeza de que os meus colegas estão lisonjeados com a homenagem, mas tenho certeza de que cada um deles gostaria de estender a homenagem aos seus antecessores, até a fundação.

Deputado Jean Kuhlmann, muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jean Kuhlmann) - Agradeço as palavras do sr. Dário Buzzi e gostaria apenas de registrar que uma das maiores virtudes do ser humano é a humildade e a gratidão, e quando você tem isso dentro de si, com certeza, esta homenagem torna-se merecida.

Por isso, parabéns, sr. Dário Buzzi, porque seu gesto demonstra a unidade do banco e, acima de tudo, demonstra o quanto esta homenagem é justa.

(Palmas)

É com muita alegria, como blumenauense de coração e de nascimento, que gostaria de convidar o blumenauense, pessoa que marcou história na nossa cidade, ex-prefeito, ex-deputado federal, Renato de Mello Vianna, para fazer uso da palavra.

O SR. RENATO DE MELLO VIANNA - Excelentíssimo sr. deputado Jean Kuhlmann, que preside os trabalhos nesta sessão solene em homenagem ao cinquentenário do nosso BRDE, e aqui, por extensão, representa o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio;

Excelentíssimo sr. Paulo Cesar da Costa, mui digno secretário de estado de Assuntos Estratégicos, que neste ato representa o excelentíssimo sr. governador Raimundo Colombo;

Excelentíssimo sr. professor Sebastião Iberes Lopes Melo, magnífico reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina, a nossa Udesc;

Excelentíssimo sr. Rufinus Seibt, vice-prefeito do município de Blumenau, neste ato representando o prefeito João Paulo Kleinübing;

Excelentíssimo sr. Paulo Konder Bornhausen, deputado desta Casa de 1954 a 1958, a qual presidiu em 1956, tendo sido ainda secretário de Segurança do estado de Santa Catarina, presidente do Instituto Nacional do Pinho, diretor de uma das diretorias mais importantes do Banco do Brasil, a diretoria de Crédito, e executor da política de implantação de representação do Banco do Brasil em vários

países da Europa. Para honra nossa, com o testemunho de todos os nossos servidores, hoje, às 17h, tivemos a elevada honra de assinar o ato que o coloca, por determinação do governador Raimundo Colombo, como conselheiro do BRDE em nosso estado.

(Palmas)

Excelentíssimo sr. Lúcio César Dib Botelho, digno secretário do Desenvolvimento Regional de Blumenau;

Excelentíssimo sr. Murilo Flores, sinto-me muito honrado com a sua presença neste ato;

Excelentíssimo sr. Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa;

Excelentíssimo sr. doutor Nelson Santiago, presidente do Badesc;

Excelentíssimo sr. Neuto De Conto, ex-senador, ex-deputado federal, companheiro do PMDB de tantas lutas, espero em breve que ele possa comigo compartilhar a direção do BRDE como representante do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Cláudio Lisboa, capitão-de-mar-e-guerra da Capitania dos Portos de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Ivan Ramos, diretor executivo da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Manoel Mota, bravo companheiro de tantas lutas, com quem dividimos os corredores de Brasília recebendo a comitiva dos funcionários do BRDE do estado de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul nos momentos difíceis em que a palavra, quando se procurava liquidar todos os bancos públicos estaduais, era de resistir. Graças ao seu trabalho, graças ao seu talento, graças a sua insistência como valoroso companheiro, conseguimos passar ileso e hoje o BRDE continua prestando os seus serviços a todas as comunidades do sul;

Excelentíssimo sr. Mércio Jacobsen, a quem tive a honra de nomear reitor da nossa Fundação Universidade Regional de Blumenau e que hoje presta serviço à nossa Univali;

Excelentíssimo sr. João Carlos Von Hohendorff, representando o Conselho Tributário de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Paulo França, secretário adjunto da Infraestrutura, ex-secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau;

Excelentíssimo sr. Jorge Antônio Soares da Silva, que aqui representa a Associação dos Profissionais do BRDE;

Gostaria de saudar de forma especial e carinhosamente os ex-diretores Dário Buzzi e Zenon Farias, que hoje nos ajudam, sem dúvida nenhuma, ao lado do Tarcisio, que é responsável pela gerência de Recuperação de Crédito; o dr. Clenio, responsável pela gerência Jurídica; o dr. Rogério Penetra, responsável pela gerência de Planejamento, e Nelson Ronnie dos Santos, que tem conduzido a nossa gerência de Operações juntamente com seus assessores aqui presentes.

Quero, da mesma forma, saudar o nosso amigo e companheiro Vilmar, que representa o Dimas, na qualidade de presidente da Associação dos Servidores do BRDE.

Vejo também aqui funcionários antigos, já aposentados, e outros ainda, como o Anselmo e a Namir, prestando, diuturnamente, até altas horas da noite, serviços à nossa instituição.

Vejo os nossos servidores, do mais graduado ao mais humilde, tomando conta dos assentos da Assembleia Legislativa, festejando e celebrando esta data tão significativa.

(Passa a ler.)

“Emocionado pelo sentimento de orgulho e privilégio por ser catarinense e por ele exercer o cargo do diretor-presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, agradeço a todos, especialmente ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merísio, e ao proponente, primeiro subscritor deste honroso ato, deputado Jean Kuhlmann.”

Permita-me, da mesma forma, prestar aqui o testemunho, já com os cabelos encanecidos, e dizer que vi esse jovem ingressando na política e lá na Câmara de Vereadores se destacando pelo seu trabalho, pela maneira com que tratava as coisas públicas e como atendia o blumenauense. O seu segundo mandato teve que ser interrompido para que pudesse candidatar-se a esta Casa Legislativa, onde, por consagrada votação, chegou e hoje desempenha o seu mandato.

Foi, à época do governador Luiz Henrique da Silveira, convocado para exercer papel importante na secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do estado de Santa Catarina.

É um prazer ver uma pessoa, vinda de uma família ilustre, pois um parente seu distante, talvez um tio-avô, mereceu a confiança do presidente Getúlio Vargas, que o nomeou, durante a sua Presidência da República, diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A esse ilustre blumenauense, na sua pessoa, presto essa homenagem.

(Continua lendo.)

“Aqui estamos, diretores, conselheiros, nosso qualificado corpo funcional, familiares, clientes, amigos, para receber as honrosas homenagens da Assembleia Legislativa de Santa Catarina pelo importante papel que o BRDE desempenhou ao longo dos 50 anos como a mais importante instituição financeira do sul do Brasil.

Esse gesto dos seus legítimos representantes, os srs. deputados, traduz sobretudo o reconhecimento dos catarinenses e marca profundamente a trajetória do BRDE. Somos um banco único que justifica a sua existência na promoção de geração de emprego e renda, do bem-estar das comunidades, papel essencial no planejar e prospectar investimentos nas ações de liderança ao fomento, através da oferta de crédito de longo prazo e de juros baixos, que propiciam o desenvolvimento socioeconômico e o crescimento, sustentável na nossa região. Compromisso compartilhado pelos estados de Santa Catarina, Paraná e do Rio Grande do Sul, que detêm igualmente o controle acionário do BRDE, e atuando operacionalmente no Mato Grosso do Sul, de acordo com a autorização do Banco Central.

Esta noite memorável constitui-se no ponto culminante das homenagens alusivas aos 50 anos do BRDE. O Senado Federal dedicou ao BRDE duas horas de sua sessão no último dia 7, por iniciativa de todas as sras. e srs. senadores dos três estados do sul, tendo por seu primeiro subscritor, o senador catarinense, ex-governador, Casildo Maldaner, nosso diretor e ex-presidente do BRDE.

A senadora paranaense, Gleisi Hoffmann, foi subscritora e estava no plenário, mas não conseguiu manifestar-se. Naquele momento foi convocada pelo Palácio do Planalto para se tornar ministra-chefe da Casa Civil.

Há pouco, na segunda-feira, 13 de junho, recebemos comovente homenagem da Assembleia Legislativa do Paraná, em sessão concorrida proposta pelo próprio presidente da Casa, o deputado Valdir Rossoni, e tendo

discurso do secretário da Fazenda e deputado federal, Luiz Carlos Hauly, representando o governador Beto Richa.

Amanhã, dia 16, a homenagem será na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, por iniciativa da deputada Juliana Brizola. Vejam só, neta de um dos criadores do BRDE, Leonel Brizola.

Estamos aqui na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com a nossa gente catarinense. Esta Casa de ação e de solidariedade foi essencial para o BRDE resistir às grandes turbulências que fizeram sucumbir inúmeros bancos estaduais. A Assembleia catarinense se uniu às bancadas estaduais e federais do Paraná e do Rio Grande do Sul para fazer prevalecer aquele mesmo espírito de integração e desenvolvimento da região sul do Brasil que moveu os nossos visionários governadores Celso Ramos, Leonel Brizola e Ney Braga na criação do BRDE, num 15 de junho como hoje, em 1961. São considerados, por suas ações, gestão moderna, responsável, descentralizadora, os construtores do estado moderno no sul do Brasil.

Na essência da criação e da luta pela preservação do BRDE estava a constante necessidade de chamar a atenção do governo federal com relação à discriminação de grandes e fundamentais investimentos, principalmente de infraestrutura, que se concentravam no sudeste do país. Também a criação de bancos localizados no nordeste, como a Sudene, como o Banco do Nordeste, quando o sul continuava discriminado. Lá eram implantadas as grandes hidrelétricas, siderúrgicas, a indústria automobilística, quando o sul também necessitava de investimentos.

É reconhecido que desde os primórdios da colonização, os homens e as mulheres do sul produziram os mecanismos e as fórmulas do desenvolvimento sustentável aplicado ao cultivo da terra e à extração dos seus recursos, com o conhecimento e a técnica que os imigrantes europeus trouxeram, acentuadamente após 1850. Foram alemães, italianos, poloneses, austríacos, entre outros, que vieram unir-se aos portugueses e aos nativos.

O arraigado espírito associativista foi transformando a vida das incipientes comunidades. Da cultura de sobrevivência foram surgindo os núcleos do cooperativismo, a forma organizada de uma política permanente para o melhor cultivo, colheita e armazenagem dos produtos. A terra que produzia foi amoldando-se pela mão do homem. Surgiram os plantéis de suínos e aviários a se somar à atividade mais antiga da criação de bovinos e ovinos.

Embora a convergência, a similaridade da formação humana, as características territoriais de cada estado do sul propiciaram a definição de vocações locais e regionais perfeitamente definidos e, no entanto, precisavam de fomento para se desenvolver e se firmar como economias organizadas.

Verdadeiros estadistas, os três governadores criadores do BRDE esculpiram um instrumento para transformar a realidade social através do crescimento econômico para melhorar os indicadores do desenvolvimento humano, a qualidade de vida das pessoas com novos empregos e renda. Um banco diferente, que soube compreender e respeitar a diversidade de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Paraná e agora do Mato Grosso do Sul.

O BRDE esteve apoiando a formação do ramo metal-mecânico, com forte presença

na região de Caxias do Sul e de Gravataí, no Rio Grande; no norte de Santa Catarina, onde se incluí o setor eletro-eletrônico em Joinville e em Jaraguá do Sul; no entorno de Curitiba, nas cidades vizinhas, como São José dos Pinhais.

De forma planejada contribuimos com a energia para ampliar os empreendimentos. O BRDE esteve na construção de Itaipu; na implantação do Polo Petroquímico de Triunfo; no incentivo à geração de energias renováveis, como nos parques eólicos de Osório e de Água Doce, este no centro-oeste catarinense. Isso sem contar a enorme quantidade de PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas - espalhadas em todos os estados de sua atuação.

O BRDE financia a vitivinicultura, os produtores de maçãs e outras frutas nas serras gaúcha e catarinense. E o filme que há pouco assistimos mostra fortemente a presença do banco no desenvolvimento desse ramo da economia sulista.

Da mesma forma, o banco financia a indústria de papel e celulose no planalto e no norte do estado. Financia ainda a indústria de alimentos, investindo no agronegócio, importante segmento que transformou rapidamente o oeste catarinense, tomando-se referência internacional desse importante segmento econômico.

A industrialização da agricultura e a produção crescente de produtos alimentícios à base de suínos e frangos ganharam força com os financiamentos do BRDE e partiram para a competição no mercado exterior. Foi a consolidação das grandes cooperativas, como a Central-Aurora, a A-1, a Alfa, a Coopercampos, a CooCam, a Cravil a Cooperja e tantas outras.

O BRDE estava na produção de cerâmica que desabrochou no sul do estado e espalhou-se pelo rio Tijucas, financiando as grandes indústrias de cerâmica cuja qualidade dos produtos tornou-as competitivas no mercado interno e externo.

O ramo têxtil foi a primeira atividade econômica, deputado Jean Kuhlmann, industrializada do estado, o primeiro tear circular, em 1880, que ganhou projeção com grandes empresas, algumas centenárias, no vale do Itajaí - Blumenau e Brusque - e no norte - Jaraguá do Sul e São Bento do Sul -, sempre contou com o BRDE para seus investimentos.

O setor moveleiro em Rio Negrinho e São Bento do Sul, apesar da crise que encolheu suas exportações, vem conseguindo vencer galhardamente suas dificuldades.

O setor coureiro/calçadista do vale do rio Tijucas, principalmente na pequena São João Batista, avoluma sua produção e suas vendas, competindo com os não menos afamados produtos gaúchos do setor.

Reafirmando sua face social, em Santa Catarina o BRDE tem apoiado a modernização de hospitais públicos e clínicas médicas em todas as áreas da medicina preventiva e curativa. Ação que proporciona melhoria física e evolução técnica aos hospitais filantrópicos públicos e privados, garantindo acesso às conquistas tecnológicas e atendimento de alta complexidade aos pacientes.

O BRDE esteve presente na histórica e irreversível marcha pela interiorização do ensino superior em Santa Catarina, que teve início na década de 70, garantindo os incentivos necessários para a construção dos edifícios e módulos que abrigaram as primeiras salas de aula e a própria administração e, em seguida, para o indispensável aparelhamento - biblioteca e laboratório de línguas e pesquisas aplicadas -, adequando assim os *campi* acadêmicos às exigências do MEC.

O primeiro investimento foi com a Furb, que deu início à multiplicação de faculdades de ensino superior no estado: Unisul, Univali, Uniplac, Unoeste, Unerj, Unerge, Febave, Cenec de Joinville, as primeiras integrando o sistema conhecido como Acafe (Associação Catarinense do Ensino Superior).

Cumpriu o BRDE sua nobre missão de apoiar a política educacional que universalizava e democratizava o ensino superior e que garantia para o futuro a formação de invejáveis profissionais nas áreas técnicas e das ciências humanas.

Desde 15 de junho de 1961 o BRDE já contratou R\$ 65 bilhões em investimentos. Só no último exercício foram liberados R\$ 1,850 bilhão: 33,3% foram direcionados para o setor da indústria; 31,5% para os serviços e comércio; 24,5% para a agroindústria e 10,7% para infraestrutura. Apenas em 2010 - como já ressaltou o presidente desta sessão, deputado Jean Kuhlmann - foram carreados R\$ 236,3 milhões em ICMS para os três estados do sul.

Isso significa cerca de um milhão e quatrocentos mil empregos gerados historicamente. Significa renda e bem-estar para as comunidades.

Lembro o primeiro diretor do BRDE por Santa Catarina, Aderbal Ramos da Silva, cujo centenário comemora-se, coincidentemente, em 2011 também. Ele que foi governador do estado de Santa Catarina e que nesta semana mereceu emocionada homenagem com o descerramento de uma placa na sede da nossa agência em Florianópolis, pequeno gesto ao nosso alcance para honrar o seu nome, em favor dos seus familiares.

Destaco também a passagem exitosa pela presidência e diretoria do BRDE do ex-senador Nelson Wedekin, hoje presidente da Aplub; do Luiz Heitor Ferrari; do professor Idaulo Cunha; do José Augusto de Oliveira; do Francisco Grillo.

O nosso atual governador Raimundo Colombo, detentor do legado dos nossos criadores - e que há pouco transmitiu ao governador gaúcho Tarso Genro a presidência do Codesul, nosso controlador que tem como vice-presidentes o governador do Paraná, Beto Richa, e o governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli -, deixou clara a reafirmação dos compromissos de 1961 quando me incumbiu da honrosa missão de presidir o BRDE no período do seu cinquentenário.

Compromissos com as pessoas, compromissos que fazem o BRDE ser diferente dos outros bancos.

Era o ano de 2008. A crise norte-americana abalou a economia mundial e os bancos brasileiros, por prudência, deram um passo atrás e também recolheram a oferta de crédito do mercado. Então, ocorreu a tragédia das chuvas sobre Santa Catarina, explodiu o gasoduto e todo um setor importante da nossa economia ficou paralisado. Pela primeira vez, os fornos de grandes indústrias foram apagados. Milhares de empregos estavam ameaçados. Era uma hora difícil para todos os catarinenses e os empreendedores procuraram o BRDE. Velhos clientes voltaram ao banco que os fez crescer.

Era a hora de honrar os compromissos históricos do BRDE. Sob a coordenação do então governador de Santa Catarina, senador Luiz Henrique da Silveira, com o apoio do governador do Paraná, o nosso senador Roberto Requião, com atuação do senador Casildo Maldaner, então diretor do banco, o BRDE decidiu assumir riscos, não retirar o crédito. Decidiu que ficaria ao lado dos empreendedores.

Sugerimos a implementação de linhas de crédito especiais junto ao BNDES, tanto no refinanciamento como para novos investimentos, o que de pronto foi acolhido pela sensibilidade do

presidente Luciano Coutinho. Foi possível recuperar as empresas atingidas. Foi possível manter os empregos tão importantes para os trabalhadores. E todos juntos conseguimos superar a crise.

O enfrentamento que o BRDE propôs àquela situação de anormalidade que atingiu drasticamente a economia catarinense fez com que o BNDES criasse uma linha emergencial de crédito, com tratamento diferenciado quanto ao prazo e juros, para a recuperação do parque industrial, do comércio, dos serviços e de infraestrutura pública. Modelo que serviu de exemplo na elaboração da Medida Provisória n. 513, de 2010, convertida na Lei n. 12.409, de 25 de maio de 2011, inicialmente destinada à recuperação da região serrana do estado do Rio de Janeiro e dos estados de Alagoas e Pernambuco também atingidos por enxurradas. Socorro com financiamento de até R\$ 1 bilhão já estendido a todos os municípios brasileiros que enfrentarem desastres ambientais e tiverem decreto de estado de calamidade pública reconhecido pela Secretaria Nacional de Defesa Civil.

O trabalho exemplar foi resultado da qualidade dos técnicos do BRDE, os mesmos que no dia a dia ajudaram os empreendedores grandes e pequenos, para que seus projetos obtivessem os melhores resultados, crescessem, gerassem empregos e renda. Que atuassem com maior intensidade nos financiamentos aos municípios em programas como o Provias, o Caminhos da Escola, o PMAT, que moderniza a administração das prefeituras. Técnicos que incentivassem a geração das novas matrizes energéticas, energia eólica, biomassa e solar e pequenas centrais hidroelétricas.

Somos tão somente 527 funcionários a atuar com investimentos em 1.044 municípios de quatro estados, mantendo 3.207 clientes ativos. Essa capacitação técnica é a razão do BRDE ser um banco diferenciado desde a sua origem.

O BRDE deve a sua expansão no mercado financeiro regional ao BNDES, que garante, de conformidade com a sua marca política de maior banco de fomento do mundo, a estruturação de ações nos diversos setores da atividade econômica, disponibilizando linhas de crédito para atender à crescente demanda da indústria, do comércio, dos serviços, do agronegócio e da infraestrutura.

Ao BNDES, portanto, na pessoa de seu presidente, dr. Luciano Coutinho, apresento os agradecimentos por essa parceria que tem-se consolidado ao longo do tempo, seguindo as recomendações quanto ao cumprimento do controle e do risco do Banco Central, no exato cumprimento das normas e princípios do Acordo de Basileia.

Ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e às instituições financeiras estaduais - Banrisul, Caixa RS, hoje Bandesul, e ao Badesc -, a constatação do êxito alcançado na construção de parcerias e consórcios para viabilizar importantes investimentos.

Destaco especialmente o Badesc, a Agência de Fomento de Santa Catarina, que atua de forma consistente no programa do microcrédito, no que se tornou referência nacional como repassador a 18 Ocips - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Da mesma forma destaco que o BRDE atua para a democratização e disseminação do crédito de longo prazo e juros baixos tendo por meta o pequeno produtor rural e o pequeno empreendedor urbano. Para isso, estabeleceu fortes e estreitos vínculos com cooperativas de crédito como Sicred, Cecred-Viacredi, Sicoob e Cresol.

A Finep tem-se constituído em parceria permanente do BRDE no estímulo à inovação e

projetos mais ousados na área tecnológica, para que a nossa economia enfrente a concorrência estrangeira quase sempre predatória nos mercados.

O Sebrae nos acompanha na definição conjunta dos projetos estratégicos, adequação profissional e capacitação de recursos humanos do presente e do futuro, vínculo que se estreitou a cada ano após a assinatura do primeiro termo de cooperação técnica, firmado pelo então presidente do BRDE, dr. Ari Canguçu de Mesquita.

Estamos com a presença da Federação das Indústrias, atuando com o Senai para a construção de laboratórios de formação profissional de pessoal de nível médio, em cinco regiões de Santa Catarina. As Federações das Indústrias e as Associações Comerciais diretamente viabilizam convênios e cooperação técnica para melhor seleção, análise e sucesso das nossas operações financeiras.

Somos um banco com apenas três agências e um escritório de representação em toda a região sul do Brasil. Mas quando o assunto é fomento, crédito para o desenvolvimento, presença nos momentos cruciais, o BRDE é referência.

Há 15 anos, o ex-senador Nelson Wedekin, presidindo o BRDE, buscou expressar essa forte referência de instituição vinculada ao desenvolvimento, ao crescimento das comunidades da região e apoio aos grandes e aos pequenos empreendedores.

O publicitário catarinense Saulo Silva, que há pouco nos deixou e não tem a oportunidade de dividir conosco a emoção desta data, desta noite de alegria, de lua cheia em Florianópolis, aceitou o desafio e construiu um talentoso *slogan* que ainda hoje li, que está na entrada do prédio da nossa agência: BRDE parceiro para crescer.

O BRDE é o parceiro para crescer no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann, deputado Manoel Mota e todos que aqui comparecem. Agradeço por esta bela homenagem ao BRDE, o banco de desenvolvimento das comunidades dos estados do sul."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - De forma muito carinhosa, em nome de uma pessoa que tem uma consideração muito grande pelo senhor, com certeza foi mais do que amigo, um eterno cabo eleitoral, meu pai, gostaria de parabenizá-lo por suas palavras.

Em nome do presidente desta Casa, eminente deputado Gelson Merisio, gostaria de agradecer a presença de todas as autoridades, dos convidados e de forma muito especial e carinhosa de todos os servidores, colaboradores do BRDE, que ajudaram a construir essa história e que orgulham o povo catarinense.

Teremos agora a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Agradecemos às autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com a sua presença, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 494, de 29 de outubro de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2023/2010,

RESOLVE: com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, "b", da Constituição Federal/88, com redação dada pela EC nº 20/98, e EC nº 41/03.

CONCEDER APOSENTADORIA voluntária por idade, ao servidor **DARCI COSTA**, matrícula n.º 0714, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com os proventos proporcionais e sem paridade na forma da lei.

Republicado por incorreção

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 524, de 29 de novembro de 2010

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2220/10,

RESOLVE: com fundamento no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 3º da Emenda Constitucional n.47/2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, a servidora **VALERIA MARIA BUSS**, matrícula n.º 1995, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

Republicado por incorreção

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 228, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º **CONSTITUIR COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E REFORMAS**, conforme consta no Plano Diretor da Assembleia Legislativa.

Parágrafo Único. A Comissão de que trata o caput deste artigo fica subordinada à Diretoria Geral.

Art. 2º A Comissão será formada pelos servidores **SINARA REGINA LANDT**, matrícula nº 4365, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, que a presidirá; **EDENILSO JOSÉ ACORSI**, matrícula n.º 2112, Técnico Legislativo e ocupante do cargo de Coordenador de Serviços Técnicos; **LEOGILDO AGENOR LINO**, matrícula n.º 0428, ocupante do cargo de Analista Legislativo; **MANSUR MELQUIADES ELIAS JÚNIOR**, matrícula n.º 1574, arquiteto, ocupante do cargo de Analista Legislativo; **RENATO HERCÍLIO BERTOLDI**, matrícula n.º 0936, engenheiro, ocupante do cargo de Analista Legislativo; e os servidores à disposição da Assembleia Legislativa, **ALDO HARTKE** e **MARCOS LUIZ ROVARIS**, ambos engenheiros.

Art. 3º Aos servidores membros da Comissão fica atribuída a Função de Confiança, código PL/FC-3, aplicando, quando couber, o disposto no art. 19 da Resolução n.º 002/06.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão tem prazo de **02** (dois) anos, podendo ser prorrogado se necessário.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 01 de maio de 2011, ficando revogados os Atos da Mesa n.º 104, de 14 de maio de 2007, nº 058 de 04 de fevereiro de 2010 e nº 178, de 28 de abril de 2011 .

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 229, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **LIGIA DE OLIVEIRA STOETERAU**, matrícula nº 1098, da função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2011 (DL - CC - Comissão de Saúde).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 230, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **JULIANA SCHAPPO FERMINO**, matrícula nº 6810, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Serviços de Execução Orçamentária - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2011 (DF - Coordenadoria de Execução Orçamentária).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 231, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **MAURO SANTOS DE VARGAS**, matrícula nº 6316, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Apoio aos Serviços de Folha de Pagamento, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2011 (DRH - Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 232, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **RUBENVALDO DA SILVA**, matrícula nº 1102; e **ISABEL CRISTINA CARNEIRO SCHAEFER**, matrícula nº 1300, eleitos para a Diretoria do SINDALESC, gestão 2011/2014, para atuar junto àquela entidade, com remuneração integral e sem prejuízo funcional, a contar de 14 de abril de 2011, revogando-se o Ato da Mesa nº 095, de 13/03/2009.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 233, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

REVOGAR o Ato da Mesa nº 301, de 07 de outubro de 2009, que constituiu Comissão Especial vinculada à Diretoria Administrativa.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 234, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 690/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 1º, § 19, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **MARIA MARCON CORREA**, matrícula n.º 2573, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-53, a contar de 05 de abril de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 235, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0635/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR a servidora **MABEL SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 1801, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 04 de maio de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 236, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0779/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **ADELAIDE FURTADO VIEIRA**, matrícula n.º 0876, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais observadas a paridade na forma da lei, a contar de 08 de junho de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 237, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0782/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **LEDA MARIA SLOVINSKI FAUSTINO DA SILVA**, matrícula n.º 1157, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais observadas a paridade na forma da lei.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 238, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR A PEDIDO o servidor **NAZARILDO TANCREDO KNABBEN**, matrícula nº 176, do cargo de Diretor Geral, código PL/DAS-8, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 20 de junho de 2011 (GP - Diretoria Geral). A partir desta data volta a compor o Colegiado de Procuradores da Procuradoria Jurídica.

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 239, de 21 de junho de 2011

Estabelece ponto facultativo no âmbito da Assembleia Legislativa.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar ponto facultativo no âmbito da Assembleia Legislativa o dia 24 de junho de 2011, sexta-feira.

Art. 2º A carga horária suspensa será compensada nos dias 27, 28, 29, 30 de junho e 1º e 4 de julho do corrente ano, na fração de uma hora por dia.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 240, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,

NOMEAR CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA, matrícula nº 2186, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, código PL/DAS-8, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 20 de junho de 2011 (GP - Diretoria Geral).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 241, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **GERSON RODRIGO DE BANDEIRA PAMPLONA**, matrícula nº 1458, da função em Comissão Legal - Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 16 de junho de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 242, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **RAUL JOSÉ LUMBERT FILHO**, matrícula nº 1392, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer função na Comissão Legal - Elaboração de Editais, Contratos e Cadastros, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 16 de junho de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 243, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a partir de 20 de junho de 2011, a Consultora Especial Legislativa **CECÍLIA BIESDORF THIESEN**, matrícula nº 0717, para compor o quorum do Colegiado da Procuradoria Jurídica e desempenhar as atribuições previstas no Ato da Mesa nº 184, de 25/09/2007,

Art. 2º A designação a que se refere o artigo anterior respeita a especificação de atribuições e habilitações prevista no Anexo IV-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, renumerado para Anexo V pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 244, de 21 de junho de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, atendendo solicitação insita no ofício nº 133/2011 da Prefeitura de Balneário Camboriú, e nas condições previstas no Termo de Convênio celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, até 31 de dezembro de 2012, o servidor **CLÁUDIO JOSÉ RAMOS COUTO**, matrícula nº 1399, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2011.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A SEGURANÇA PÚBLICA DE BLUMENAU E REGIÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2011, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE BLUMENAU/SANTA CATARINA

Aos 25 dias do mês de abril de 2011, às 14 horas, realizou-se audiência pública, no Auditório da Câmara de Vereadores de Blumenau, promovida pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), com o objetivo de debater a Segurança Pública de Blumenau e região. O senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, proponente da audiência pública, abriu os trabalhos e convidou para compor a mesa as seguintes autoridades: Deputada Estadual Ana Paula Lima; Deputado Estadual Gilmar Knaesel; Deputado Estadual Ismael dos Santos; Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc; Deputado Estadual Maurício Eskudlark, membro da Comissão de Segurança Pública da Alesc; João Paulo Kleinübing, Prefeito de Blumenau; César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão; Cesar Botelho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau; Vereador Jovino Cardoso Neto, Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau; Rufinus Seibt, Vice-Prefeito de Blumenau; Coronel Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; Aldo D'Ávila, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina; Coronel José Luiz Masnik, representante do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, Coronel Carlos Olímpio Menestrina. Prosseguindo, comunicou o recebimento de correspondência do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, encaminhada aos membros da Comissão de Segurança Pública, agradecendo pelo convite e justificando a ausência de representante daquele órgão na audiência pública. Continuando, registrou a presença das seguintes autoridades: Capitão Alessandro Kalfetz, Comandante da Polícia Militar Ambiental de Blumenau; Salette Sbardelatti, vice-presidente da Federação dos Conselhos de Santa Catarina; Ronaldo Baumgarten Junior, presidente da Associação Empresarial de Blumenau (Acib); Vereadores Vanderlei Paulo de Oliveira, Norma Tusnelda Dickmann, Vânio Francisco Salm, Antônio João Veneza de Souza, Marcelo Schrubbe, José de Souza (Zeca Bombeiro), Jens Juergen Mantau, João José Marçal, Napoleão Bernardes Neto, Roberto Tribess, da Câmara Municipal de Blumenau; Rufinus Seibt, Vice-Prefeito de Blumenau; Sérgio Galdino, presidente da Fundação Municipal de Esportes; Airton Maçaneiro, presidente da APP da Escola Henrique Alfarth; Celso Raimundo, diretor da Secretaria Municipal da Fazenda de Blumenau; Ademar Nunes, presidente da Associação de Moradores do Tribess; José Luiz Gaspar Clerici, diretor de Políticas Comunitárias de Blumenau; Magnus Wolfran, presidente do Sindicato dos Contabilistas de Blumenau; Adilson Alves, Comandante da 7ª Região da Polícia Militar de Blumenau; Ivo José Galdino, tesoureiro da Associação de Moradores Vila Enzen, representando a presidente, senhora Liliane Motta; Paulo Cesar Lopes, presidente do CDL de Blumenau; Celina Fumagalli, presidente da Associação de Moradores da Ponta Aguda; Marcelino Campos, diretor da Confederação dos Lojistas de Santa

Catarina; Ademir Serafim, Delegado de Polícia de Florianópolis; Lúcio Waltrick, presidente do Conség do Badenfurt; José Celso Correia, Delegado de Polícia de Itajaí; Artur Nitz, Delegado de Polícia de Itajaí; Amarildo Ramos, presidente da Ampe de Blumenau; Wilson Roberto, representante da Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Blumenau; Ivan Luciano do Nascimento, presidente do Conselho da Comunidade de Execução Penal de Blumenau e representante da OAB/SC; José Eduardo, Secretário de Turismo de Blumenau; Orlando Flávio Linhares, representante do senhor Leandro Spezia, presidente do Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região; Valmor Machado, presidente do sindicato dos Metalúrgicos de Blumenau; Marlene Schindwein, presidente da Fundação Cultural de Blumenau; Liane Koffke, representante do senhor Osmar Mattiola, da Secretaria de Educação de Blumenau; Vivian Persuhn, vice-presidente do Conség do Bairro da Velha e Região, de Blumenau; Jurandir Moser, presidente da Associação dos Moradores da Rua Bruno Schreiber; Irlan Osni Wanzuita, presidente da Associação de Moradores do Loteamento Fritz Kogler, de Blumenau; Laurides da Silva, presidente da Associação de Moradores do Loteamento Dona Edith, de Blumenau; Roberto Ullrich, presidente da Associação de Moradores do Bairro Bom Retiro, de Blumenau; Mauri dos Santos, presidente Associação de Moradores Badenfurt/Conség da Região Norte, de Blumenau; Egberto Strithorst, membro do Conselho de Veneráveis Mestres de Blumenau e Região; Geraldo Chequeto, presidente da Associação de Moradores da Rua Arnaldo Hemmer, de Blumenau; Osni Bahr, presidente do Conség do Bairro da Velha e Região, de Blumenau; Jorge Mazetti, presidente do Conség da Velha, de Blumenau; Teovaldo Muniz; Nataniel Oliveira, da Rádio CBN de Blumenau; Vereadores Kleber Wan-Dall e José Amarildo Rampelotti, da Câmara Municipal de Gaspar; Sidomar Loos, diretor executivo da Associação Empresarial de Indaial; Jorge Luiz de Souza, presidente da Associação Comercial e Industrial de Gaspar (Acig); Mauro Medeiros, vice-presidente do Comen; André Silveira, Secretário de Comunicação de Blumenau; Anilton de Souza, presidente da Associação de Moradores Tatutiba I; Valdecir Antônio de Souza; Maria Emília de Souza, coordenadora do Fórum Regional de Blumenau Pela Implementação da Lei Maria da Penha; Daniel Koch, coordenador do Instituto Geral de Perícias de Blumenau; Delegado César Krieger, diretor de Investigações da Secretaria de Estado da Segurança Pública; Artur Renato Milbrandt, presidente do Conselho de Segurança do Bairro Garcia, de Blumenau; Otacílio Kruscinski, presidente da Associação de Moradores da Rua Antônio Zendron, de Blumenau; Carlos César Wagner, presidente do Conség do Vorstadt, de Blumenau; Maurício Muniz, da Associação dos Nordestinos de Blumenau; Lúcia Cordeiro dos Santos, da Associação dos Moradores da Rua Araranguá; José Osmar Rocha, vice-presidente da Associação de Moradores da Rua Emílio Talmann, de Blumenau; Maria das Graças Soares, presidente da Associação de Moradores da Rua Araranguá, de Blumenau; Almir Nascimento, presidente da Associação de Moradores da Rua São João, de Blumenau; Maurício Goll, presidente da Associação de Moradores do Bairro Progresso, de Blumenau; Arnoldo Pahl, representante do Secretário Municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Blumenau, o senhor Mário Hildebrandt; Gilson de Souza, representante da Associação de Moradores do Bairro Nova Esperança, de Blumenau; Ademar de Andrade; Ida Cássia Lorenço, presidente da Associação de Moradores da Rua Frederico Boheriger, de Blumenau; Lindomir Caglioni, do Conség Leste, de Blumenau; Fernando Neves, da Gráfica Inove; Vereador Luiz Peixe, Presidente da Câmara

Municipal de Ilhota; João Pizzolatti Neto, representante do Deputado Federal João Pizzolatti; José Luiz Pineiro, representando a Comissão de Reestruturação da Guarda Municipal de Trânsito de Blumenau; Linésio dos Santos, vice-presidente da Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc); Antônio de Moura, representando a Unidade Prisional de Indaial; Ivone Gnewuch, presidente da União Blumenauense das Associações de Moradores (Uniblam); Mariano Vieira, presidente do Sindicato dos Taxistas de Blumenau; Édio José Amorim, presidente da Cooperativa dos Taxistas de Blumenau; Valdair Matias, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Blumenau; Norma Dickmann; Vereador Claudionor da Cruz Souza, Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar; José Rafael Corrêa, secretário executivo da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi); Tenente-Coronel Inácio Tarcísio Kugik, Comandante do 3º Batalhão do Corpo de Bombeiros; Jairo dos Santos, diretor do Presídio Regional de Blumenau. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, expôs a dinâmica da audiência pública e passou a palavra ao senhor João Paulo Kleinübing, Prefeito de Blumenau, que cumprimentou os presentes e agradeceu-lhes pela presença. Disse que a participação de todos os segmentos e da comunidade na audiência pública demonstra a preocupação da cidade com a questão da Segurança Pública, traduzindo a insatisfação e a incompreensão com algumas das recentes ações que dizem respeito à questão da recuperação do efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e dos demais órgãos da Segurança Pública de Blumenau. Esclareceu que a participação da comunidade na audiência pública tem como objetivo colocar de forma muito clara, franca, aberta, a preocupação de todos com a demanda de investimentos e de ações do ponto de vista da segurança. Expôs que todos têm noção de que a Segurança Pública é muito mais do que o efetivo, é equipamento, participação comunitária e uma série de outras ações, enfatizando que sem o devido efetivo todas essas outras ações vão ficando prejudicadas, de alguma forma; e frisou que há sensação de não atendimento e de não valorização da comunidade no que diz respeito à Segurança Pública. Prosseguindo, comentou que o Fundo Municipal de Segurança nasceu em Blumenau, há menos de 20 anos, a partir de proposição do ex-Deputado Wilson Wan-Dall, esclarecendo que o Fundo nasceu com demanda específica do Corpo de Bombeiros e foi ampliada para a Polícia Militar e para a Polícia Civil. Afirmou que esse Fundo tem prestado relevantes serviços ao Município de Blumenau, tem deixado recursos necessários para a aquisição de equipamentos, citando que há pouco tempo o Corpo de Bombeiros recebeu vários equipamentos por meio do Fundo. Lembrou que final de abril é justamente a época do vencimento dessas taxas, momento em que é arrecadada a maior parte desses recursos do alvará, dizendo que as aquisições feitas pelo Fundo servem para estimular a comunidade presente a pagar com mais gosto as taxas de segurança previstas no alvará e solicitando que todos comparem e continuem contribuindo, porque a Segurança Pública é imprescindível sem a participação e o envolvimento de toda a comunidade. A seguir registrou que participou de uma reunião específica com os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) e que ouviu as demandas que os Conselhos apresentaram naquele momento, relatando que a questão do efetivo foi uma das principais demandas e que tem muito a ser feito ao longo dos próximos anos na questão de investimentos, na recuperação de efetivo e na valorização de outras ações. Ressaltou que a comunidade sempre esteve presente, sempre participou, jamais se furtou de participar, mas que espera retorno da Secretaria e comprometimento com relação a esses investimentos e à questão do efetivo, desejando que se ofereça mais segurança à comunidade. Comentou que nos últimos dias houve o 13º homicídio na cidade e estão fechando o 4º do ano, frisando que há muito tempo tinha ao longo do ano menos de dez homicídios na cidade, o que demonstra o quanto é preciso avançar no ponto de vista da questão da segurança. Reiterou que o Município precisa do comprometimento da Secretaria e falou que em cada um que está presente há grande anseio, há reivindicação, mas há também esperança, desejo de participar e de contribuir para a solução do problema. Também frisou que é necessário o apoio do Governo do Estado e da Secretaria da Segurança Pública nas ações a serem realizadas na comunidade. Referindo-se ao Secretário César Grubba, disse que há anseio da comunidade por ouvi-lo, mas que é preciso compromisso de longo prazo com a cidade de Blumenau, envolvendo a participação de todos. Encerrando, agradeceu a todos pela presença e terminou a sua manifestação. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, lembrou que na última vez que o Secretário esteve em Blumenau teve a oportunidade de ouvir os Consegs e que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia entende que seria importante a manifestação de quem faz a Segurança Pública em Blumenau, de quem convive efetivamente com o problema de Blumenau e região, enfatizando que a manifestação dessas pessoas é fundamental para que o debate possa evoluir e para que sejam entendidos os problemas que envolvem essa região. Na

sequência, o senhor Presidente passou a palavra ao Capitão Alessandro Kalfetz, Comandante da Polícia Militar Ambiental de Blumenau, que cumprimentou as autoridades da mesa e todos os presentes e informou que a Polícia Ambiental de Blumenau atende 18 municípios da Foz e do Médio Vale do Itajaí, que o efetivo hoje conta com 13 policiais e que é atendida uma área de 5.200 metros quadrados e uma população de 850 mil habitantes. Na continuidade, fez uso da palavra o Capitão Mauro Palma Rezende, da 3ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária de Blumenau, que cumprimentou todos os presentes e registrou que aquela Companhia tem problema na questão do efetivo, relatando que conta com 75 homens para fazer o policiamento da malha rodoviária que se estende da Foz do Rio Tijucas até o Alto Vale do Itajaí, na região de Taió e Rio do Sul, através dos postos de Taió, Aurora, Blumenau e Gaspar. Disse que a Polícia Militar Rodoviária como um todo atende aproximadamente 9.000 acidentes por ano, ressaltando que a região de Blumenau é uma das regiões que apresenta o maior índice de vítimas fatais no trânsito. Por fim, lembrou que só em Blumenau e Gaspar são cerca de 75 vítimas fatais em acidentes de trânsito. A seguir, o senhor Álvaro Luiz Alves, Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar de Blumenau, cumprimentou todos e informou que são dez os Municípios que fazem parte do 10º Batalhão; que o efetivo total é de 340 homens e que somente em Blumenau são 281 homens; que tem 35 viaturas, relatando que por falta de efetivo tem uma média de 15 viaturas em serviço por dia, enquanto o mínimo seria 18; que atendem 120 ocorrências/dia e nos finais de semana atendem a média de 400 ocorrências/dia. Comunicou que atualmente o Batalhão tem 12 oficiais, mas que em 2006 tinha 340 policiais só na sede de Blumenau e tinha 22 oficiais, considerando que houve aumento da população. Comentou que na época do governador Luiz Henrique foram feitas duas escolas (em 2006, duas escolas de 50, e em 2008, mais 50) e prometeu-se 150 policiais para a cidade de Blumenau e que ainda foram transferidos 46 soldados sem troca, [Taquígrafa-revisora: Ione Terezinha Reis de Melo] a maioria por conveniência do comandante regional na época. Mas afirmou que hoje estão afinados graças ao comando regional e que existe a política de não transferir ninguém. Finalizando, contou que está no comando há um ano e meio, que só foram transferidos seis soldados (por isso a troca) e que assumiu com 281 soldados - alguns foram colocados para a rua e que outros se aposentaram. Prosseguindo com a audiência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, solicitou silêncio à plateia quando os representantes da Segurança estiverem falando e disse acreditar que as manifestações são livres, que cada um tem o direito de falar, de se expressar, mas que as manifestações devem ser feitas no final da fala do orador. Na continuidade, passou a palavra ao senhor Daniel Koch, coordenador do Instituto Geral de Perícias (IGP) de Blumenau, que cumprimentou todos, agradeceu pela oportunidade de se manifestar, pois muitas vezes esse órgão não é ouvido, e disse que há um ano e meio está frente ao IGP e que esta é a primeira vez que são convidados a participar de um evento como a audiência pública. Explicou que o Instituto Geral de Perícias é órgão oficial de perícia no Estado, também chamado de Polícia Técnico-Científica, mais conhecido pela população como "CSI"; que também acumula outras funções, como identificação civil criminal, expedição de carteira de identidade, IML - Instituto Médico Legal -, exames em pessoas vivas vítimas de violência sexual, agressão contra a mulher, vítimas de acidente de trânsito, bem como necropsias de crimes, suicídios e acidentes de trânsito. Afirmou que gostam de ser reconhecidos nessas situações como membros da Segurança Pública, porque acreditam que apesar de trabalharem nos bastidores são, por vezes, esquecidos; que têm as mesmas mazelas que os seus colegas; e que o problema maior está na falta de funcionários. Contou que o IML, pela essência da sua função, trabalha 24 horas por dia; que tem dois funcionários que trabalham na escala de 24 por 24, ou seja, 24 horas de trabalho por 24 horas de folga; que isso é desumano; que os servidores resolveram fazer uma troca entre eles, ficando uma semana um e uma semana o outro; que literalmente moram dentro do IGP; que eles têm alojamento, banheiro, cozinha; e que passam lá seus finais de semana e todas as suas festividades. Entretanto, manifestou satisfação porque o Governador assinalou, na semana passada, a contratação de 28 novos servidores do Estado e espera que 4 sejam para o IGP, como ficou direcionado no concurso. Continuando sua manifestação, explanou sobre o setor de criminalística, que é onde existe a grande demanda de trabalho pericial - atividade mais vinculada à Polícia Civil; que ano passado a Polícia Militar e a Polícia Civil iniciaram um trabalho de descentralização das perícias; e que antes a maioria se concentrava em Florianópolis, acumulando os processos, que prescreviam, e gerando grande impunidade no sistema de persecução penal, pela falta de efetivo também na Capital. Pediu às autoridades presentes mais atenção aos IGPs, especialmente aos Núcleos Regionais de Perícias, que realizam esse trabalho *in loco* regionalizado. Afirmou que precisam de investimento e de peritos; que

em Blumenau, hoje, existe uma estrutura quase pronta de laboratório; que tem um microcomparador balístico, que foi aprovado pelo Secretário, mas que ainda assim precisam de perito para operar o microscópio; e agradeceu ao Secretário pela aprovação desse micro para a região, dizendo ser tecnologia de ponta. Também agradeceu à Furb, na pessoa do magnífico Reitor, o professor João Natel Pollonio Machado; à Prefeitura de Blumenau, na pessoa do Prefeito João Paulo Kleinübing; à Polícia Civil, na pessoa do Delegado Rodrigo Marchetti; e ao Ministério Público de Santa Catarina, que são pessoas e entidades que não permitem que o IGP pare, pois fazem doação de materiais, de equipamentos, de manutenção, inclusive emprestando viaturas e servidores. Encerrou convidando todos para conhecerem a atual estrutura do IGP. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, disse que todos devem ter conhecimento da importância do IGP, que muitas vezes passa despercebido, mas que é fundamental para o processo de segurança pública da região. Em seguida, passou a palavra ao senhor Jairo Santos, representante do Presídio Regional de Blumenau, que cumprimentou todos e iniciou sua fala contando que o presídio de Blumenau conseguiu fechar parceria com 11 empresas e que hoje tem 213 presos trabalhando; que adotaram a individualização da pena, que é o que determina a LEP (Lei de Execução Penal); que também não misturam preso que acabou de entrar com preso reincidente; que regulamentaram a assistência religiosa, que também está esculpida na LEP - artigo 84; que, seguindo a mesma lei, no seu artigo 29, o preso recebe, no mínimo, 3/4 do salário mínimo pela atividade laborativa; que existem no presídio 900 presos; e que têm também escoltas médicas para fóruns e para todas as Comarcas que atendem, como Timbó, Indaial, Pomerode, Ascurra, Blumenau e Gaspar, bem como deslocamentos para cartórios, totalizando, no mínimo, oito escoltas por dia, demandando, com isso, agentes penitenciários. Explicou que o investimento feito para os agentes penitenciários, para a Polícia Militar e para a Polícia Civil no governo de Luiz Henrique da Silveira aumentou a investigação, ocorrendo mais prisões, o que ocasionou problemas no presídio para comportar muita gente; e que estão fazendo tudo o que lhes é permitido e que legalmente têm que fazer, atendendo principalmente as audiências realizadas nos fóruns. Ainda, fez um comparativo com as UPAs de Ituporanga e Indaial e disse que deveriam ter noventa agentes prisionais por plantão, mas que só têm sete; que o importante, como disse o Prefeito João Paulo, não é só o efetivo, mas também a qualidade; e que as fugas são muito poucas em Blumenau, não se lembrando de quando aconteceu a última. Encerrando, agradeceu ao Corpo de Bombeiros por levar água ao presídio quando há falta dela; às Polícias Civil e Militar por muitas vezes fazerem escolta para eles; à Guarda Municipal por os ajudar bastante; e aos profissionais que desempenham as atividades laborativas no presídio por serem verdadeiros heróis. Prosseguindo com a audiência pública, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, registrou a presença do Vereador Luiz Peixe, Presidente da Câmara Municipal de Ilhota; do senhor João Pizzolatti Neto, representando o Deputado Federal João Pizzolatti; da senhora Ivone Gnewuch, presidente da Uniblam (União Blumenauense das Associações de Moradores); do senhor Otacílio Kruscinski, presidente da Associação de Moradores da Rua Antônio Zendon, de Blumenau; do senhor Artur Renato, presidente do Conselho de Segurança do Garcia; do senhor Carlos César Vagner, presidente do Conseg; do senhor Maurício Muniz, da Associação dos Nordestinos de Blumenau; da senhora Lúcia Cordeiro dos Santos, da Associação de Moradores da Rua Araranguá; do senhor José Osmar Rocha, vice-presidente da Associação de Moradores da Rua Emílio Palmann; e da senhora Maria das Graças Soares, presidente da Associação de Moradores da Rua Araranguá. Na sequência, passou a palavra ao senhor Tenente-Coronel Inácio Kugik, Comandante do 3º Batalhão de Bombeiros, que cumprimentou todos e disse que segurança pública é coisa muito séria e que o bombeiro faz parte dela; que o 3º Batalhão de Bombeiros Militar é composto por quinze Municípios onde atuam, sendo Blumenau o maior deles; que os Municípios de Timbó e de Brusque também são sede de companhia; e que para todo esse contingente de população, que dá quase 700 mil pessoas, têm 160 Bombeiros Militares, o que é insuficiente para fazer frente a toda demanda de serviço. Afirmou que o serviço dos bombeiros não é mais somente apagar incêndio, pois atendem outras ocorrências, como acidentes de trânsito, que demandam a faixa de 70% dos atendimentos; que mesmo com o auxílio do Samu ainda tem dificuldade para atender a demanda em virtude do número reduzido de efetivo; e que para completar o número de efetivo, a fim de que o bombeiro possa trabalhar dentro das técnicas e dentro dos protocolos exigidos, tanto para a segurança do paciente quanto para a sua própria segurança, deveriam ser de mais sessenta bombeiros militares. Ainda disse que acredita que terão o interesse da Secretaria de Segurança Pública e colocou que o bombeiro, desde a sua emancipação, quer diversificar o seu serviço; que em Blumenau, quando tiverem o efetivo completado,

querem ativar uma base dos bombeiros no Bairro da Velha, reduzindo o tempo-resposta para aquela região. Por fim, parabenizou todos que se fizeram presente por demonstrarem que têm interesse pelos órgãos da Segurança e pela segurança da cidade. Dando prosseguimento, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, passou a palavra ao senhor Rodrigo Marchetti, Delegado Regional da Polícia Civil de Blumenau, que cumprimentou todos e afirmou que hoje o efetivo da Polícia Civil de Blumenau e região está aquém da exigência; que há necessidade de reestruturar, reforçar as delegacias e focar mais os trabalhos na parte de investigação; que tem que haver investigações mais uniformes dentro de todos os crimes que são levados ao conhecimento da Polícia para que sejam apontados os seus autores e esses levados à Justiça, diminuindo a impunidade, que acaba gerando sensação de insegurança; que a repressão ao crime, depois que ele ocorreu, tem que ser firme e forte; que assim a Polícia Civil pode colaborar com a segurança de Blumenau e região; e que hoje existem conversas com a cúpula da Segurança sobre a consciência dessa questão. Finalizou dizendo que Blumenau está entre os Municípios que apresentam defasagem muito grande e que vêm buscando alocar profissionais para que o atendimento ao público e o trabalho eficiente dêem os resultados necessários. Retomando a palavra, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, informou que quem quisesse fazer questionamentos deveria se dirigir ao funcionário da Comissão de Segurança da Alesc a fim de fazer as suas perguntas por escrito. Em seguida, passou a palavra ao senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que cumprimentou as autoridades e todos os demais presentes, em especial o senhor Arthur Nitz, Diretor de Polícia do Litoral, e desculpou-se com o presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, o senhor Ronaldo Baumgarten Junior, por não ter comparecido nas duas audiências marcadas naquela Associação - a sua ausência foi por ter ocorrido no dia 28 de fevereiro uma audiência na Prefeitura de Blumenau e no mesmo dia outra audiência na Associação Comercial e Industrial de Itajaí e a outra ausência foi porque no dia marcado ocorreu instalação, na cidade de Lages, do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), que é um convênio do Ministério Público de Santa Catarina com a Secretaria da Segurança Pública, oportunidade em que estava representando o Governador. [Taquígrafa-revisora:lwana Lúcia Lentz] Explanou que todas as cidades e comarcas de Santa Catarina são tratadas da forma técnica e objetiva e com o único propósito de melhorar a segurança pública de Santa Catarina. Informou que o Governador Raimundo Colombo colocou como prioridade em seu governo a saúde, a segurança e a educação, e comentou que a população em geral se preocupa com a segurança pública, que todos esperam retornar às suas residências são e salvos ao final do dia. Relatou que serão citados números e obras do que será realizado na cidade de Blumenau, mas que isso não quer dizer que Blumenau ou qualquer outro Município vai ser privilegiado, que todas as cidades e comarcas do Estado vão ser tratadas de forma técnica e com o único objetivo de melhorar a segurança pública no Estado. Ainda registrou que a prioridade da Secretaria são os números, os objetivos e os critérios técnicos para a distribuição do pessoal, mas que entende que há limitações e não se pode atender a todos ao mesmo tempo. Ressaltou que apenas em quatro meses frente à administração da Secretaria da Segurança Pública já possui várias ações civis públicas, mandados de segurança, que já tem mais de 78 mandados de segurança contra o Secretário da Segurança Pública e já foi demandado em mais de 16 ações civis públicas. Esclareceu que existem situações pontuais em todo o Estado de Santa Catarina e citou como exemplo uma ação civil pública intentada por um Promotor de Justiça da Comarca de Tubarão, na área da infância e da juventude, em julho do ano passado, que findou em final de janeiro, demandando e notificando o Secretário de Segurança Pública para em 30 dias apresentar um projeto, em 45 dias aprovar o projeto nos órgãos competentes e em quatro meses concluir a reforma do Centro de Internamento Provisório dos adolescentes, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 por dia, a ser descontada da folha do pagamento do Secretário da Segurança Pública. Dito isso, expôs que o governo tem boa vontade e está se esforçando para resolver essas situações. Observou que o governo passado, através de um decreto estadual, declarou situação de emergência no sistema presidiário catarinense possibilitando a construção, em regime de urgência, de unidades prisionais avançadas, de presídios regionais e de penitenciárias - algumas já concluídas e outras em fase de conclusão. Também mencionou que o governo, há uns 35 dias, adotou um novo decreto de emergência declarando regime de emergência o sistema prisional catarinense para poder contratar pessoas a fim de tocar os novos presídios e as novas unidades prisionais avançadas, que estão em fase final de conclusão, para alocar os presos que estão em penitenciárias superlotadas. Analisou que há muita burocracia em todo o Estado e no Brasil, que as coisas não acontecem no ritmo desejado,

comentando que em janeiro foi autorizada a reforma do núcleo do Instituto Geral de Perícias de uma mesorregião, onde faltavam apenas 25% das obras para serem concluídas, mas até agora o processo licitatório não saiu da Secretaria da Segurança Pública, mesmo com todos os esforços empreendidos. Continuando, reconheceu que a Polícia Militar, a Polícia Civil de Santa Catarina, o Corpo de Bombeiros Militar e o Instituto Geral de Perícias estão defasados e que o Governador autorizou a contratação em caráter emergencial de 28 auxiliares de medicina legal para preencher as lacunas em todo o Estado de Santa Catarina. Relatou que a nomeação dos 202 novos agentes da Polícia Civil - delegados e escrivães de polícia - é a terceira etapa de um concurso realizado em 2008, esclarecendo que foi um concurso regionalizado, por isso não é possível colocar uma pessoa que fez o concurso para uma determinada região em outra região, mas informou que um concurso atualizado está em andamento. Reiterou que o governo do Estado está fazendo tudo para melhorar a segurança do Estado, justificando que os 465 policiais que estão na Academia da Polícia ainda teriam mais oito meses para se formar e depois irem às ruas, porém ficarão na academia até julho, quando deverão ser deslocados para as unidades dos batalhões da Polícia Militar no interior do Estado. Também mencionou que o governo do Estado, perante a necessidade do efetivo da Polícia Militar, autorizou a antecipação da turma de 500 policiais para agosto de 2011, os quais iriam ingressar na Academia da Polícia Militar somente em 2012. Em relação à Polícia Civil, aclarou que existe um concurso que está na sua fase final, com 613 policiais civis, sendo 360 agentes, 180 escrivães, 68 delegados e em várias outras áreas da polícia. Esclareceu que estão regionalizando o Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, lembrando que havia apenas um único comparador balístico, que fica em Florianópolis, a um custo de R\$ 360 mil, mas conseguiram, através de um convênio com a Secretaria Nacional de Segurança, um microcomparador balístico para a região de Joinville e consertaram um outro, ao custo de R\$ 40 mil, que será colocado em Blumenau. Revelou que no último dia 14, numa audiência na Prefeitura de Blumenau, comprometeram-se em realizar estudo para colocar mais 50 câmaras de monitoramento para cobrir toda a região central, sendo que o monitoramento será feito pela Polícia Militar, comentando que o projeto a ser realizado terá custo de R\$ 400 mil e irá absorver a central de emergência e a central de câmaras em monitoramento. Disse que estão na fase final do término da Delegacia Regional de Polícia de Blumenau, porém falta pagar, ainda do projeto original da delegacia, R\$ 271 mil, que já estão autorizados. No entanto, afirmou que existe um aditivo de mais R\$ 1,5 milhão para a conclusão dessa delegacia, mas que isso demanda estudos para saber a razão e o porquê desse aditivo, já que não se trata de um aditivo e sim de uma nova obra e de uma nova licitação junto à SSP. Concluiu colocando-se à disposição de todos e solicitando ao Presidente da audiência que concedesse a palavra ao Comandante Geral da Polícia de Santa Catarina e em seguida ao Secretário Geral da Polícia Civil do Estado. Prosseguindo a audiência pública, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, concedeu a palavra ao senhor Coronel Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, que, desejando boa-tarde a todos, cumprimentou os integrantes da mesa e todos que estavam presentes na reunião. Mencionou estar feliz por ver tantas pessoas dispostas a discutir sobre um tema tão importante e vital para a vida que é a segurança pública. Expressou que a sua vontade é de dizer que iria triplicar o número de policiais, que iria aumentar o efetivo da Polícia Militar, mas que infelizmente essa não é a realidade. Elucidou que a Polícia Militar é o órgão mais visível pela sua vestimenta, que dá bastante ostensividade, seja pelo número que os coloca diuturnamente nas ruas, nos logradouros para fazer o serviço, seja pela acessibilidade através do 190 e pela presença nas ruas. Disse entender que é o segmento, de todo o sistema de segurança, mais visível, mais tangível e mais demandado, e é assim que deveria ser e que gostariam de ser. Expôs que trabalha há 33 anos e tem acompanhado a história da corporação, que foi ao longo dos tempos negligenciada no que diz respeito ao efetivo em Blumenau, mas que estão engajados para que isso não se repita enquanto estiverem à frente da corporação, pelo menos no que tange à Polícia Militar, para dar ao povo o direito, trabalhador e correto [Taquígrafa-revisora: Jacqueline O.V. Bitencourt] aquilo que merece em termos de segurança, principalmente no que tange ao trabalho da Polícia Militar, repetiu. Em seguida, reiterou os dados apresentados pelo Secretário, dizendo que no final do mês de julho Blumenau receberá 49 policiais militares que completarão o último ciclo do curso de formação na cidade e acrescentando que a previsão do término desse curso é para outubro e que esses policiais entrarão nas diversas escalas rotineiras do trabalho. Anunciou que o Estado está elaborando o edital para treinamento e capacitação de mais 80 policiais para Blumenau, que serão treinados na cidade e atuarão nela, a ser iniciado em outubro, após a conclusão da capacitação daqueles 49 policiais. Mencionou o desejo, a vontade da

Polícia e do governo do Estado de melhorar a segurança em Santa Catarina e informou que os meios materiais disponíveis são os praticados. Pormenorizou que em julho 466 novos policiais serão distribuídos por Santa Catarina, dos quais 80 virão para Blumenau, e que, após a capacitação de outros 500 novos policiais, mais 47 profissionais virão para os 13 municípios que compõem a 7ª região, de maneira que Blumenau terá 178 novos policiais no período de 12 meses. Continuando, realçou o espetacular contingente de pessoas presentes na audiência para discutir segurança e frisou que o momento é oportuno para se fazer uma reflexão sobre o que é segurança pública. Citou a Teoria de Gestão pela Qualidade, que orienta como atender as necessidades dos clientes, e reconheceu que segurança é uma necessidade dos clientes dos serviços prestados pela Polícia. Enfatizou a necessidade de se ter mais segurança, mais policiais e pediu que os sistemas educacional e empresarial estejam engajados na construção da segurança, zelando por ela. Focou que construir segurança é olhar o entorno, pontuando onde cada um pode colaborar. Deixou claro que o seu discurso é no sentido de referenciar os presentes, e não no sentido de acusação ou manifestação leviana. Dito isso, adicionou que os traficantes de drogas não consomem toda a droga nas áreas de exclusão social, que essa droga é consumida por pessoas ditas do bem, do seio da sociedade, que fomentam a criminalidade oriunda do tráfico, pedindo que todos zelem pela segurança abordando seus familiares e amigos. Ressaltou a necessidade de se fazer uma reflexão aprofundada sobre esse tema, que é superior à busca por novos equipamentos e por recursos humanos. Comentou que muitos o conhecem em razão do trabalho que faz há quinze anos estudando a filosofia de polícia comunitária e fundamentou que a segurança que se deseja somente será possível se cada um fizer a sua parte e se os problemas forem resolvidos dentro das comunidades, com a intervenção do Estado, através do seu aparato policial, capaz de coibir as manifestações negativas. Alertou que quando se aponta para o sistema de segurança é preciso perceber que outros dedos estão apontando para cada um. Finalizando, reforçou que o seu discurso não tem a menor intenção de acusação leviana, pelo contrário, frisou que tira o chapéu para os participantes da audiência porque estão construindo segurança, e agradeceu ao Presidente pela oportunidade de se manifestar. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, deixou claro que já existe processo para aquisição de cinquenta câmaras de vigilância, ao que o senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, confirmou que existe projeto na Coordenadoria de Monitoramento para aquisição de cinquenta câmaras de vigilância e colocou que mais 178 policiais virão para Blumenau. Feito o registro, o senhor presidente concedeu a palavra ao senhor Aldo D'Ávila, Delegado-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina, que saudou os presentes e afirmou a importância de reavaliar a disposição dos policiais civis em virtude da repercussão negativa ocorrida quando da vinda dos policiais para Blumenau. Falou que é uma honra estar em Blumenau e esclareceu alguns pontos para tirar a má imagem do que foi transmitido. Primeiramente, disse que os 202 policiais nomeados são a terceira parte de um concurso para 900 policiais; que em função da regionalização do concurso foram designados para 70 Municípios do litoral, abrangendo 10 regiões, 20 delegados, 48 agentes e 5 escrivães. Anunciou que tiveram necessidade de encaminhar um número maior para Joinville em virtude de que lá havia três delegacias montadas e se não mandassem policiais para o referido Município essas três delegacias seriam fechadas. Informou que os 5 policiais que vieram para Blumenau estavam dentro da última etapa, de 3, totalizando 23 novos policiais, mas reconheceu que é pouco. Citou que Jaraguá do Sul tem a pior referência de policiais civis por habitantes; Blumenau, a segunda; e Joinville, a terceira. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, pediu ao senhor Nazareno que esclarecesse qual o critério que se adota para designar em que cidade os policiais, das duas turmas de 49, serão encaminhados. Retomando a palavra, o senhor Coronel Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, respondeu que no final de julho 49 policiais virão para Blumenau, mas que ainda não estarão prontos para o exercício diário do seu trabalho em virtude de que completarão o curso de formação em três meses. Saliu que pelo fato de esses policiais estarem estagiando nas ruas da cidade o policiamento será reforçado. Com relação à definição de quantos policiais ficarão em Blumenau, esclareceu que será decorrente de fórmula matemática existente para distribuir esses policiais. Em razão da manifestação da plenária, deixou claro que não tem vínculo político nem partidário com ninguém, que é profissional de carreira engajado com as questões técnicas da corporação, e pediu que, se alguém conhece outra forma técnica para fazer a distribuição que não seja a matemática, apresente-lhe. Explicou que há uma fórmula matemática que permite que se faça cálculos de policiais para cada cidade levando-se em consideração diversas variáveis intervenientes,

como malha viária, verticalização da cidade, número de habitantes, IDH do local. Pontuou que com essa fórmula não é possível atender a demanda de todas as regiões, mas a partir dela pode-se atribuir critério de seleção, o que será feito com os 49 policiais que estarão se formando. Sinalizou que, assim como a busca política para atender uma região pode prejudicar a outra, tomarão cuidado para que esse erro não se repita; e que em outubro, provavelmente pelas características de Blumenau, a grande maioria desses 49 policiais ficará na cidade. Por fim, contou que em julho uma nova turma será iniciada na Capital e que estará pronta para trabalhar no início do ano que vem, mas que, no entanto, em outubro, quando terminará o curso de formação daqueles 49 que virão para Blumenau, um novo curso começará com 80 policiais, que ficarão em Blumenau. Por sua vez, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlamn, pontuou que há evasão anual no Estado de 400 a 450 policiais. A seguir, registrou a presença do senhor Linésio dos Santos, Vice-Presidente da Aprasc; do senhor Antônio de Moura, representante da unidade prisional de Indaial; e do senhor José Luiz Pineiro, guarda municipal de trânsito, representando a Comissão de Reestruturação da Guarda Municipal de Trânsito de Blumenau. Feito o registro, concedeu a palavra à senhora Salete Sbardelatti, vice-presidente da Federação dos Consegs de Santa Catarina, que cumprimentou os presentes, disse que os Consegs estão fazendo excelente trabalho na cidade e parabenizou a Alesc pela iniciativa da audiência. Destacou que as entidades de Blumenau estão unidas em prol da segurança do Município e que os Consegs realizaram várias reuniões, elencando as prioridades das comunidades, exemplificando que [Taquígrafa-revisora: Sabrina Roberta Schmitz] trouxeram, juntamente com a Prefeitura, o doutor César Grubba para atendê-los, no dia 28 de fevereiro do corrente ano. Aproveitou para agradecer aos Vereadores, aos Deputados e à Mesa Diretora por estarem imbuídos na busca de resultados para a comunidade. Quanto aos Consegs, disse que os de Blumenau são referência no Estado e aqui estão representando a comunidade blumenauense. Por isso, em nome da Federação dos Consegs do Estado, órgão defensor e apoiador dos Consegs, manifestou sua preocupação com a questão, já que são, ao mesmo tempo, braço do governo do Estado e trabalho voluntário. Nesse sentido e em face ao comprometimento com a comunidade, julgou necessário que cobranças sejam realizadas. Acrescentou, também, que os Consegs procuram estar sempre unidos à Acib, à CDL, à Ampe e a outras instituições de Blumenau para que seja possível buscar respostas e reforçar sempre essa busca. Em relação ao slogan "Dever do Estado, Responsabilidade de Todos", afirmou que os Consegs estão fazendo a sua parte trabalhando num programa de prevenção às drogas e buscando respostas para a comunidade. Contudo, considerou necessário que o governo também faça sua parte, porque, segundo ela, o governo está com a máquina pública, e, caso contrário, não valerá a pena trabalhar em nome do Conselho Comunitário de Segurança. Para encerrar, pediu a todos que procurem atender a comunidade e os conselhos comunitários de segurança que resolvem muitas questões com apoio das Polícias Civil e Militar, as quais exercem um trabalho digno em Blumenau, porém com todas as suas limitações. Na continuidade, manifestou-se o senhor Vereador Jovino Cardoso Neto, Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau, que, após cumprimentar os Vereadores e os Deputados presentes, mostrou-se preocupado com alguns números que dizem respeito ao Município na matéria de segurança pública. Por isso, para ele, esta audiência veio em boa hora para discutir a insegurança na cidade. Parabenizando as Polícias Militar e Civil pelo trabalho que vêm realizando com o pouco efetivo que possuem, informou que, em 2006, Blumenau tinha 348 policiais militares na cidade e hoje esse número é de 280, explicando que para cada 1.100 habitantes há um policial militar. Destacou, nesse sentido, que há muitos desses policiais com problemas de saúde ou de férias, o que significa que para cada seis mil e poucos habitantes há um policial militar por turno. Considerou os números alarmantes, reiterando os parabéns aos efetivos. Ainda, fez menção à fala do delegado Aldo, parabenizando-o pela sua posição em não fechar delegacias de Joinville e dizendo que espera que ele pense o mesmo em relação à Blumenau, pois duas delas já foram perdidas: a do Grande Velha e a do Grande Garcia. Em relação à Polícia Civil, falou que a situação não é muito diferente. Informou que são 80 policiais civis para 320 mil habitantes, sendo o mesmo número de policiais em Itajaí, mas para um total de 170 mil habitantes. Julgou necessário erguer essa bandeira, que não é só da Câmara de Vereadores, mas da comunidade unida com todas as suas entidades representativas. Também relatou que há 36 câmaras de vigilância no Município, estando 34 delas no centro da cidade, mas que seriam necessárias, no mínimo, 150 câmaras para atender a demanda e garantir a integridade de todos. Adiante, citou o presídio regional, que tem capacidade para apenas 360 detentos, mas que hoje comporta quase mil. Quanto a isso, lembrou que há algum tempo o Prefeito, que à época era Deputado, colocou o presídio no Orçamento do Estado, mas

infelizmente esses recursos não vieram. Com relação ao Corpo de Bombeiros, afirmou que a cidade precisa de efetivo maior. Continuando, mostrou-se preocupado com a 7ª região, composta por quatorze Municípios e 178 policiais, indagando quantos destes iriam ficar no Batalhão de Blumenau. Falou que reconhece o esforço do Secretário Grubba e do delegado da Polícia Civil, mas quer ação imediata por parte do Governo do Estado. Segundo ele, isso deve ser cobrado, porque Blumenau é a terceira maior economia do Estado. Mencionou as 15 mil assinaturas de um abaixo-assinado e uma Ação Civil Pública que, no mérito, requerem seja julgado totalmente procedente o pedido para que o Estado mantenha permanentemente policiais civis e militares em números condizentes às necessidades da Comarca. Reiterou, ao final, o déficit existente no Município, dizendo que para cada 4.600 habitantes há somente um policial civil. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Ivan Luciano do Nascimento, presidente do Conselho da Comunidade de Execução Penal de Blumenau, que, após saudar os presentes, informou que o Conselho da Comunidade de Execução Penal de Blumenau é um dos órgãos responsáveis pela fiscalização do nosso estabelecimento prisional de Blumenau e que a sua função é visitar mensalmente às necessidades da Comunidade de Execução Penal e ao Conselho Penitenciário o que está ocorrendo dentro do presídio, quais as suas necessidades e prioridades. Isso, segundo ele, serve para que o presídio esteja o mais adequado possível ao que propõe a Lei de Execuções Penais. Destacou que o sistema prisional está dentro do chamado macrosistema de segurança pública, que engloba desde educação, trabalho, oportunidade, efetivo de policiais, combate à criminalidade até o Judiciário e o Ministério Público, os quais atuam para punir. Nesse contexto, destacou a superlotação do presídio, a insalubridade do local, os problemas relativos à alimentação e à estrutura, além de mencionar a falta de medicamentos e médicos, pois o presídio não dispõe de condições físicas para esses profissionais. Ainda lamentou a insuficiência de agentes prisionais e de condições de trabalho, já que até o uniforme eles têm que comprar com o próprio salário. Esses problemas, segundo ele, foram relatados pelos agentes prisionais e pelos conselheiros e levados ao corregedor do presídio e ao Conselho Estadual Penitenciário. Também mencionou a importância de se lançar os olhos ao sistema prisional, que hoje é responsável por 60% da reincidência criminal, ou seja, explicou que seis presos, de dez presos que saem da prisão, voltam a cometer crimes. Disse que essa situação pode mudar, citando como exemplo a Penitenciária Industrial de Joinville, administrada com parceria público-privada, onde a reincidência é abaixo de 10%, e que considera que, se Blumenau tivesse um presídio com condições adequadas, a criminalidade diminuiria cerca de 50%. Ao final, afirmou que é preciso que todos pensem em fazer algo que venha melhorar a sociedade, e não apenas colocar policiais nas ruas. Na sequência, foi disponibilizada a palavra ao senhor Deputado Estadual Gilmar Knaesel, que, após saudar as autoridades e os presentes, enalteceu a iniciativa da Alesc em se aproximar dos problemas da comunidade blumenauense. Afirmou que quando o Município de Blumenau reivindica um tratamento igualitário mostra que está apreensivo e descontente. Falou da complexidade que é a segurança pública no Brasil, pois em qualquer cidade, seja ela pequena ou grande, a questão da segurança pública está entre as grandes preocupações de todos os brasileiros. Lembrou que o Código Penal Brasileiro é de 1941 e ainda não se teve coragem de atacar esse problema. Também afirmou que é preciso respeitar os policiais, tanto o civil como o militar. Encerrou dizendo sobre a importância de se valorizar as reivindicações de Blumenau para o bem da segurança pública de Santa Catarina. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Ronaldo Baumgarten Junior, presidente da Associação Empresarial de Blumenau (Acib), representando todas as entidades empresariais do Município de Blumenau, que saudou as autoridades e os demais presentes; afirmou que o sentimento que está instalado em Blumenau e região é o de profundo abandono; e falou que o Coronel Nazareno foi muito feliz ao reconhecer as injustiças que cercam o Município de Blumenau. Para ele, a região deveria ser tratada de maneira diferenciada, já que, afinal de contas, boa parte dos impostos são oriundos do trabalho do Vale do Itajaí. Acrescentou que ninguém suporta mais esses oito anos de abandono do governo Luís Henrique e que ninguém irá suportar o abandono do governo Raimundo Colombo. Finalizando, afirmou que não é partidário, que não comunga com a opinião de alguns da plateia, que é parceiro e cidadão do Estado de Santa Catarina e, o mais importante, que é cidadão do Vale do Itajaí. Dando continuidade, falou a senhora Deputada Estadual Ana Paula Lima, que cumprimentou os presentes, especialmente o Secretário da Segurança Pública, César Grubba, por estar presente ouvindo os anseios da comunidade. De início, disse que espera que suas palavras não ofendam ninguém e, referindo-se ao Secretário, falou que constatou que ele já foi Promotor de defesa da juventude. Em seguida, disse que hoje, no seu escritório, veio uma mãe cuja filha de 17 anos

foi estuprada, além do caso que houve do taxista que foi morto. Dito isso, questionou ao Secretário o que dizer para essa mãe sobre a segurança pública da região. Registrou que esta audiência é um desabafo de uma comunidade que vem sofrendo há muito tempo. Também disse ao Secretário que ele está há quase 4 meses no governo e sabe a responsabilidade que tem. [Taquígrafa-revisora: Sibelli D'Agostini] afirmou que sua intenção era de denunciar o descaso do Governo na questão da Segurança Pública, dizendo que a população sofre com a violência, lembrando que o Vale do Itajaí está sofrendo muito com a insegurança, e que devem ser trazidos para a região mais profissionais da área da Segurança, como policiais - civis e militares - e agentes prisionais, pois esses estão sobrecarregados em suas funções, havendo também a falta de recursos e de uma política de prevenção à criminalidade. Por fim, pediu empenho ao Governo do Estado e à base governista da Alesc no sentido de empenho político que vise ao aumento do efetivo policial na cidade de Blumenau e região, pois a população vive com medo e o incremento da força policial seria um passo importante na resolução deste problema. Na sequência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, informou à Deputada Estadual Ana Paula Lima que o senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa de Cidadão, César Grubba, responderia ao questionamento da Deputada. Antes disso, a senhora Deputada Estadual Ana Paula Lima esclareceu que no ano 2010 houve uma greve de funcionários da indústria têxtil em Blumenau e que na ocasião o Governo do Estado enviou um número expressivo de policiais a Blumenau. Segundo a Deputada Ana Paula, isso é inaceitável, pois quando realmente há necessidade do envio de policiais - em casos de violência e criminalidade - isto não ocorre, mas em manifestações populares, sim. Ato contínuo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, passou a palavra ao senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa de Cidadão, que disse não encarar as indagações da Deputada Ana Paula Lima como afrontas pessoais, mas sim como manifestações de cunho político, salientando que todas as críticas foram bem colocadas e que estas estavam de acordo com a realidade do Estado. Explicou que tem trabalhado para o aumento do efetivo dos policiais militares, que tem contado com a parceria dos Prefeitos de cidades como Chapecó, na qual o Prefeito iniciou a compra (para posterior doação à Polícia Militar) de quarenta motocicletas; lembrou que anunciou o envio de policiais militares tanto para Chapecó quanto para Blumenau, e que continuará trabalhando no sentido de aumentar e de melhorar a Segurança Pública do Estado. Dando seguimento à audiência, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, passou a palavra ao senhor Cesar Botelho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, que parabenizou o Secretário pelo trabalho realizado nos quatro meses em que está ocupando a Pasta e disse que simplesmente o fato de o Secretário estar presente naquela audiência pública já era uma grande avanço, pois o Secretário do governo anterior nunca se fez presente para ouvir a comunidade. Ao final, saudou a coragem do Secretário, pois sua vinda ao Vale do Itajaí - região que vive momento delicado em relação à Segurança Pública - mostrava o interesse do novo governo na região, afirmando que esta deve ter um tratamento diferenciado pela importância que tem na economia de Santa Catarina. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Sargento Amauri Soares, que salientou a importância de o presidente da audiência pública ser Deputado Estadual originário da região onde se realiza a audiência, pois este Deputado saberá melhor quais os anseios da comunidade. Enfatizou que todos os políticos oriundos da região de Blumenau vêm lutando contra esse problema, e que isto vinha ocorrendo com veemência desde 2010. afirmou que tão importante quanto saber qual será o número de novos policiais e quantos mais serão necessários é saber como estão os policiais que já existem nos quartéis, como esses quartéis estão aparelhados e se estão preparados para enfrentar as dificuldades inerentes à profissão. Disse que não adianta somente colocar novos policiais, mas também deve ser aprimorada a qualidade dos serviços prestados, exemplificando com o fato de que deveria ser aumentado o número de viaturas no entorno dos presídios. Registrou ser importante a construção de novo presídio em Blumenau, mas que este deve ser bem guarnecido de material humano qualificado e bem equipado, ainda afirmando que os presídios não necessitam e nem devem ser privatizados, pois o Estado tem competência necessária para geri-los. Ainda, destacou o fato de que em Blumenau muitos reclamam de que a região é esquecida pelo governo, pois este investe mais em outras regiões, mas afirmou que na realidade todas as regiões de Santa Catarina têm enfrentado situação idêntica e que nenhuma delas é especialmente favorecida pelo governo. Lembrou que não existe milagre em Segurança Pública, dizendo que atualmente o Estado necessitaria de no mínimo o dobro do contingente de policiais para suprir a necessidade existente. Concluindo, falou que a sociedade

organizada e o governo devem tomar providências imediatas no sentido de aumentar os efetivos policiais do Estado, havendo necessidade da criação de um projeto de fortalecimento das instituições públicas, principalmente as relacionadas à Segurança Pública. Prosseguindo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, passou a palavra ao senhor Deputado Estadual Maurício Eskudlark, que lembrou que todos estavam ali por um único motivo, o de melhorar a qualidade da Segurança Pública em Santa Catarina, dizendo que - mesmo se todos trabalharem juntos - seria uma missão difícil. Lembrou que Blumenau foi o primeiro Município catarinense a ajudar o Estado na questão da Segurança Pública, quando foi criado o Funrebom (Fundo de Reaparelhamento dos Bombeiros), posteriormente sendo criado o Funrebompom, que destinava fundos à Polícia Militar, e depois o Funrebompompoc, que auxiliava também a Polícia Civil. Disse que Segurança Pública é o único caso onde não se pode aplicar a matemática (a não ser para fazer estatística e contar vítimas), pois a Segurança Pública é cíclica, havendo momentos diferenciados de criminalidade em que devem ser utilizadas ações diferenciadas, adaptadas ao momento. afirmou que a legislação atual é muito benevolente, pois os criminosos assaltam e matam e em três meses estão em liberdade fazendo a mesma coisa, sendo esta a maior causa da reincidência criminal que acomete o Estado. [Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Ainda comentou que o presídio de Joinville é exemplar, que para lá só vai quem quer trabalhar. Continuando, falou que recebeu duas notícias do administrador do presídio de Blumenau; que uma delas lhe trouxe alegria, pois no referido local tem trezentos presos trabalhando para as indústrias, e a outra lhe trouxe tristeza, por ter novecentos detentos num lugar com capacidade para receber apenas quatrocentos. Disse que nos trinta anos em que foi delegado de polícia teve tempos em que preso cuidava de preso, preso ia ao mercado fazer compras, cuidava da cozinha e até da delegacia, diferentemente dos dias atuais, nos quais o perfil do marginal é outro; que antes ocorriam homicídios em virtude de desavenças entre vizinhos, por exemplo, ao contrário de hoje, que, na sua maioria, o crime está relacionado ao tráfico de drogas. Destacou que a criminalidade aumenta mais no Natal, na Páscoa, no Dia dos Pais e no Dia das Mães, ocasiões em que o preso sai pelo indulto para visitar a família e aproveita para fazer acerto de contas, matar desafetos e até mesmo fazer roubo já planejado dentro do presídio. Na continuidade, disse que para muitas pessoas a segurança é mais sensação que realidade, visto que mesmo não tendo sido vítimas de nenhum crime sentem-se inseguras, acham que podem ser vítimas a qualquer momento. Detalhou que o cidadão sente muita segurança ao ouvir dizer que poderá contar com mais noventa policiais, mas, ao ouvir dizer que só virá um policial, desconstrói o pensamento de segurança que construiu. A seguir, contou que um dos motivos de a Segurança chegar aonde chegou é porque por muitos anos não houve ingresso de policiais; que durante trinta anos somente um governo incluiu quatro policiais civis em quatro anos, inclusão que ocorreu por fruto de ações judiciais, de processos seletivos que estavam pendentes. Avaliou que o Governador Luiz Henrique fez muito pela Segurança, fez o maior concurso da história, lembrando que se deve aproveitar que o Governador Raimundo Colombo também tem a mesma intenção e fazer mais concursos. Enalteceu a ação do Secretário Grubba de requisitar agora a turma que seria chamada só em 2012. Na sequência, opinou que é preciso um conjunto de ações para se fazer segurança, exemplificando que não adianta ter 150 câmaras de segurança se não tiver cinco ou seis pessoas, no mínimo, para monitorá-las. Reiterou que os tempos são outros, que é preciso o lado técnico para o sistema funcionar, bem como sensibilidade política para analisar o que a sociedade espera. Finalizou declarando sua confiança no governo Raimundo Colombo, mas observando que para isso é preciso apoio dos Deputados, dos Vereadores e da sociedade, a qual tem se mostrando vigilante. Na continuidade dos trabalhos, fez uso da palavra o senhor Deputado Estadual Ismael dos Santos, que, após saudar os presentes, considerou que as principais indagações tinham sido respondidas razoavelmente, como a questão do efetivo das Polícias Civil e Militar. Dirigindo-se ao Secretário, declarou que esperava que o Governador cumprisse o que havia dito na semana anterior, ou seja, que viriam 150 policiais militares para Blumenau. Quanto à questão do monitoramento eletrônico, concordou que era imprescindível. Dito isso, narrou que em 1993, quando assumiu o cargo de Vereador, a sua bandeira já era a de combate às drogas, tanto é que fundou o Centro Terapêutico Vida (CTV), pelo qual já passaram mais de mil jovens. Explanou que na época a Polícia Civil já dizia que tinha em Blumenau em torno de uma centena de pontos de distribuição de drogas e hoje tem em torno de cinco mil usuários de crack. Isso posto, perguntou ao Secretário qual a política da Secretaria da Segurança Pública no que tange ao combate às drogas. Ao finalizar, complementou dizendo que não haverá segurança pública sem atuação impetuosa no que diz respeito ao combate e à prevenção às drogas. Retomando a palavra, o senhor

Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, informou aos presentes que o Deputado Ismael dos Santos é presidente da Frente Parlamentar de Combate às Drogas. Ato contínuo, dirigiu-se ao Deputado e o cumprimentou por fazer um trabalho de fundamental importância para o Estado. Feito isso, informou que faria a leitura de alguns questionamentos feitos pela plenária, em virtude de o tempo da audiência estar se esgotando. Iniciou lendo a colocação do senhor José Luiz Schneider, da Associação de Moradores da Rua João Pessoa, dirigida ao senhor Secretário: "Para cada crítica, uma sugestão. Jamais vamos ter efetivo conforme desejado pela população. Vamos valorizar os Conseg's e criar um posto policial em cada bairro, assim a polícia estará mais perto da comunidade". Em seguida, passou a palavra ao senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que concordou com o exposto alegando que a segurança não pode ser eminentemente reativa, deve haver também prevenção. Revelou que para o Estado o custo pós-crime é muito mais alto que a sua prevenção, lembrando que o estado policial tem que estar sempre acompanhado do estado social. Evidenciou que recentemente participou de uma reunião do Conselho de Segurança das Secretarias da Segurança do Brasil, ocorrido no Rio de Janeiro, ocasião em que se sentiu mais aliviado em relação à situação de Santa Catarina, já que em outros Estados a situação está pior. Deixou claro que o caminho é a prevenção, a educação, as campanhas. Tecendo ainda comentários a respeito da referida reunião, externou que o Secretário do Rio de Janeiro havia contado que, pelo fato de os morros estarem tomados pelo crime organizado, primeiramente o estado policial teve que ocupar o território, somente depois entrou o estado social. Dito isso, considerou que os conselhos de segurança da comunidade são extremamente importantes, em especial no que diz respeito ao uso de drogas. Discorreu quem em Santa Catarina está sendo feito um trabalho no sentido de se criar uma delegacia especializada no combate ao narcotráfico. Ainda tratando do assunto, expôs que em pouco mais de três meses foram apreendidas mais de duas toneladas de drogas, o que causa reação por parte do criminoso, mas afirmou que estão preparados caso essa reação ocorra. Prosseguindo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, leu a pergunta do senhor Ronaldo Baumgarten Junior, presidente da Associação Empresarial de Blumenau (Acib), a respeito dos seiscentos policiais civis que passaram no concurso, ou seja, que perspectiva pode haver em relação a Blumenau e região, ao que o senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, contou que havia a previsão de nomeação de 90 policiais por grupo. Explicou que já conversou com o Governador do Estado e com o grupo gestor e que a pretensão, em comum acordo com o Delegado-Geral, é a nomeação de pelo menos 240 policiais, entre agentes e escrivães. Continuando, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, questionou a probabilidade para Blumenau dos 240 policiais. Respondendo, o senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, expôs que não sabe nem se serão autorizados a fazer tal nomeação, mas deixou claro que a pretensão é de que seja feita e, assim sendo, podem ser autorizados 90, 150, 200. A seguir, registrou que o referido concurso era específico para agentes de polícia, escrivães e psicólogos, não para delegado, visto que ainda tem os remanescentes do concurso de 2008. Finalizou reafirmando que no momento não tem a informação de quantos policiais civis serão destinados para Blumenau. Fazendo uso da palavra, o senhor Aldo D'Ávila, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, respondeu que havia previsão de noventa nomeações para 2011, noventa nomeações para 2012 e noventa nomeações para 2014, ao que o senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, esclareceu que nada impede que o Governador, assim como fez na Polícia Militar, antecipe também para Polícia Civil e para os Bombeiros. Retomando a palavra, o senhor Aldo D'Ávila, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, disse que a antecipação facilitaria, até porque é mais econômico e, por já não ser mais regionalizado, haveria melhor condição de atender a região do litoral. Prosseguindo, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, leu o questionamento do senhor Mauri dos Santos, presidente da Associação de Moradores Badenfurt/Conseg da Região Norte, sobre o salário dos policiais, que hoje não é compatível com a função, bem como sobre a falta de efetivo na Polícia Rodoviária Estadual. Respondendo, o senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, exteriorizou a preocupação do governo do Estado em relação à reposição, inclusive na questão de gratificações, que o policial não leva para a aposentadoria. Contou que nestes primeiros meses de governo o grupo gestor estabeleceu a nomeação de novos policiais mas ainda não autorizou a questão salarial. No que diz respeito à falta de efetivo na Polícia Rodoviária Estadual, explicou que quando se fala em falta de efetivo na Polícia Militar inclui-se Bombeiros, Polícia Rodoviária Estadual e Polícia Ambiental. Em seguida, o senhor Presidente, Deputado

Estadual Jean Kuhlmann, leu questionamento do sargento Diego Silva, estudante de segurança pública e militar do Exército, que expôs que todo ano várias unidades das Forças Armadas dispensam militares treinados especializados porque é preferível admitir candidatos com nível superior em Gastronomia e Teologia, por exemplo, questionando a possibilidade de se aproveitar pessoas do serviço militar. O senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, esclareceu que se trata de questão legal, que o acesso ao serviço público é através de concurso público de títulos e provas, e que mesmo com toda a formação do servidor do Exército brasileiro não encontrariam amparo legal para viabilizar o acesso direto. Na continuidade, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, informou que ainda tinha em mãos pelo menos uns vinte questionamentos, mas que em virtude de a TV AL ter de encerrar a transmissão da audiência pública passaria todos ao Secretário, que poderia analisá-los com mais calma posteriormente. Ato contínuo, leu o último questionamento, do senhor Otacílio Kruscinski, presidente da Associação de Moradores da Rua Antônio Zendron, qual seja: "No governo passado, tínhamos um Secretário da Segurança muito criticado por ser um cargo político. O que podemos esperar do senhor, que é considerado um técnico?" A seguir, o senhor César Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, deixou claro que "está" Secretário da Segurança Pública do Estado mas na verdade é Promotor de Justiça. Prosseguindo, contou que falou ao Governador que trabalharia com afinco, com responsabilidade mas que era técnico e não político, ouvindo do Governador que era mesmo de técnico que precisava. Prosseguindo, disse que a sua vida é um livro aberto, que não tem nada a esconder de ninguém e que continuará agindo assim. Informou que a sua orientação ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Delegado-Geral de Polícia Civil é no sentido de se estabelecer critérios técnicos para o preenchimento de vagas. Explicou que mesmo sendo natural de Jaraguá do Sul, que hoje tem a pior situação em termos de segurança pública no Estado, nem poderia pedir ao Delegado-Geral da Polícia Civil que destinasse mais policiais, delegados ou agentes de polícia para lá em detrimento de outras cidades. Na continuidade, o senhor Presidente, Deputado Estadual Jean Kuhlmann, passou às mãos do Secretário e do Prefeito os questionamentos restantes, ao mesmo tempo em que pediu desculpas aos que não tiveram a oportunidade de se pronunciar. Em seguida, afirmou que a decisão na questão da Polícia Civil é técnica, sim, mas que Blumenau tem que continuar a sua mobilização, a sua luta, contando, para isso, com a colaboração da parte política, que, como de costume, procura fazer o que está ao seu alcance. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-revisora: Dulcinéia Maria Goulart]

DEPUTADO ESTADUAL JEAN KUHLMANN
PRESIDENTE
*** X X X ***

ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 07/04/2011

Aos sete dias do mês de abril do ano dois mil e onze, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Neroci da Silva Raupp. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Neroci da Silva Raupp, aprovados pareceres exarado ao Ofício nº 09/2011 de 25/01/2011, Interessado: Diretor Geral da ALESC "Processo nº 023.885/2010-6 - Irregularidades na concorrência Pública nº 225/2010-00 - DNIT" e Ofício nº 12/2011 - CEPIJ de 03/02/2011 - Processo nº 401437-2011.4-CEPIJ, Interessado: Alexandre K. Takaschima - Juiz Coordenador da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude "Lei nº 12.313 de 19/08/2010 - prevê assistência jurídica ao preso dentro do presídio que atribui competências à Defensoria Pública". Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Consultores presentes. Sala das sessões, 07 de abril de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 25/04/2011

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano dois mil e onze, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Neroci da Silva Raupp. Aprovada a ata da

sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt, "Retroatividade dos efeitos do PLC 0004.0/2011", Interessado: Deputado Estadual Jose Nei Alberton Ascarí, parecer aprovado. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Consultores presentes. Sala das sessões, 25 de abril de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Geral

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 18/05/2011

Aos dezoito dias do mês de maio do ano dois mil e onze, às onze horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Junior, Marcelo Augusto Costa Richard e Nerozi da Silva Raupp. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt, encaminhado pelo Chefe de Gabinete da Presidência em 12/05/2011, Ofício nº 070/2011 de 09/05/2011, Interessado: Deputado Estadual Edison Andriano "Ressarcimento dos valores despendidos com telefone celular", parecer aprovado. 2) Relatoria do Dr. Marcelo Augusto Costa Richard, o relator deu conhecimento do parecer exarado ao Ofício Circular nº 056/2011/GP-UNALE, Interessado: Deputado Alencar da Silveira Júnior - Presidente da UNALE/Brasília-DF "Ação Declaratória de Inconstitucionalidade contra dispositivo regimental, desta Assembleia, que autorize a concessão de 'ajuda de custo'". Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Consultores presentes. Sala das sessões, 18 de maio de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente

Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária

ATA DA 178ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, às dez horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 178ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0879/11, de João Lourenço Dorneles; Processo nº 0876/11, de Eliana Kruscinski de Oliveira e Processo nº 0872/11, de Marcelo Henrique Belo. 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0878/11, de Maria Angélica da Silva Ponciano e Processo nº 0881/11, de Maria da Graça Brasil Caldas. 3) Relatoria do Dr. José Buzzi, retirado de pauta pelo relator a Consulta - Ofício CL nº 0229/2011 - 15/06/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em locação de veículos". 4) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0882/11, de Valdemar Neves Filho; Processo nº 0880/11, de Eduardo Conte e retirado de pauta pela relatora o Processo nº 0845/11, de Vitor José Ferreira dos Santos. 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 2449/10, de Marco Antônio Barcelos da Rocha; Processo nº 0874/11, de Ambrosio Herbert; Processo nº 0869/11, de Maria Aparecida Leitão Pacheco; Processo nº 0822/11, de Alair Nazarete Pacheco; Processo nº 0883/11, de Luiz Henrique Belloni Faria, abstendo-se de votar neste último pelo grau de parentesco o Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, e a Consulta - CI nº 009/2011 - 03/05/2011, Interessado: Diretor-Geral da ALESC "Solicita informações sobre coleta de material reciclável na ALESC". 6) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0875/11, de Marla Amorim Stein; Processo nº 0870/11, de Eduardo Guedes de Oliveira e Processo nº 0871/11, de Laura Elita Vieira Amorim. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e três (23) de junho. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 20 de Junho de 2011.

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA CIVIL DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e dois de março de dois mil e onze, reuniram-se os Senhores Deputados Angela Albino, Manoel Mota, Dado Cherem, Dirceu Dresch, Aldo Schneider e José Nei Ascarí, para eleição do Vice-Presidente. Por desistência do Deputado Aldo Schneider o cargo ficou com o Deputado José Nei Ascarí que afirmou seu interesse nesta importante área, tendo o apoio dos Deputados presentes. Kennedy agradeceu aos Deputados, comunicou que esteve com o Senhor Geraldo Althoff, Secretário de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina e que na próxima reunião da comissão contará com a presença dele e de membros de banco japonês, assim como a presença de Regina Panceri Secretária de Planejamento sobre a Bacia Hidrográfica em Santa Catarina e o Sr. Minoru Ouchi., ficando para o dia 26 de abril apresentação deste estudo. O Presidente da Comissão pede para que sejam enviados aos Prefeitos, Vereadores e para a Defesa Civil de todos os lugares envolvidos neste processo, convite e matéria, o Major Márcio parabeniza a iniciativa por este poder estar envolvido. O Deputado Kennedy fala que será bom ter um membro efetivo desta comissão na secretaria de Defesa Civil. Major Marcio informou que do dia 3 de janeiro até agora, cento e dez municípios foram afetados e que os Prefeitos não dão conta pois, os recursos disponibilizados deixam normalmente uma diferença do que se perdeu e do que tem de ser recuperado. Foram trinta milhões repassados pelo Governo Federal, só podem ser usados na compra de cobertores e colchões o que normalmente são doados pela população e lojas. São medidas que precisam de soluções urgentes, os acessos devem ser recuperados para que a economia não pare e os agricultores possam escoar seus produtos. Solicitar recursos para reconstruir Mirim Doce, Jaraguá do Sul, Alto Vale e Santo Amaro da Imperatriz, que precisa de dois milhões de reais para reconstruir sua ponte. A situação é complicada, pois a tendência para os seis meses é de muita chuva. É preciso entender o estado cientificamente, intensificar campanhas de ordem ambiental, Educação Verde e um apelo ao Governo do Estado para que trabalhe as prevenções das cheias. Fazer dos pequenos atos, grandes investimentos. Propor a ida dos representantes da Comissão de Defesa Civil no Ministério da Integração em Brasília para ajudar na liberação de recursos e fazer uma errata para abranger as necessidades e buscar reforços, pois os prefeitos precisam reconstruir. Com a interdição da BR 376-Serra Curitiba, a BR 116 ficou com problemas maiores, pois, serve de desvio. Em Rio Doce as escolas estão sem acesso, são 138 pessoas transitando de forma perigosa. Foi feito um treinamento em 1384 professores e 70 mil crianças em escolas publicas, cartilhas foram feitas para esclarecer muitas duvidas da população e de uma forma lúdica falamos de vendavais inundações e deslizamentos em um total de 110 mil exemplares. Agora queremos fazer nas escolas privadas. O Major Marcio convidou o Presidente Deputado Kennedy para participar de 8 a 13 de maio em Genebra, na Suíça da 3ª Plataforma Global e de 11 a 13 de abril Seminário em Brasília, com a representante da ONU, Sra. Margaret. O Deputado Kennedy entende que é importante pensar da mesma forma e fará contato com o Secretário Executivo Cláudio Vignatti para buscar reconstruir as cidades em um processo acelerado, a Comissão irá a Brasília e fará agendamento. Comunica também que quando a Secretaria for criada, no segundo semestre vai com uma equipe ao Japão. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Martha Gonzaga, Chefe de Secretária da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e membros presentes. Florianópolis em vinte e dois de março de dois mil e onze.

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Aldo Schneider

Deputada Angela Albino

Deputado Manoel Mota

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Dado Cherem

Deputado José Nei Ascarí

*** X X X ***

ATA DA 14ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 14 DE JUNHO DE 2011.

Às nove horas do dia catorze de junho do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Títon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, Darci de Matos substituindo José Nei Alberton Ascari, Volnei Morastoni, Elizeu Mattos, Luiz Eduardo Cherem, Joares Ponticelli. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 13ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Darci de Matos** relatou o Projeto de Lei de nº 054.4/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0190.0/2011 exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Luiz Eduardo Cherem e Elizeu Mattos. **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei de nº 0050.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Lei de nº 0129.6/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0084.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei Complementar de nº 0020.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Luiz Eduardo Cherem** relatou o Projeto de Lei de nº 0174.0/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0181.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Títon** relatou o Projeto de Lei Complementar de nº 0021.1/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni. **O Deputado Sargento Amauri Soares** comunica o falecimento do Vereador Aroildo Liberato Machado, no município de Torres, Rio Grande do Sul. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, do qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.

Deputado Romildo Títon
Presidente

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia seis de abril do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Senhor Deputado Marcos Vieira e presentes mais os senhores Deputados Mauricio Eskudlark, Kennedy Nunes, Jean Kuhlmann e senhora Deputada Ada Faraco de Luca reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala de reunião das Comissões. Aberta a sessão, foi lida e aprovada as Atas das reuniões anteriores. O senhor Presidente iniciou os trabalhos, o Deputado Kennedy Nunes relatou com parecer favorável o PL 0488/2009, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, o Presidente colocou os requerimentos de audiência pública em discussão, a Audiência Pública solicitada pelo Deputado Jean Kuhlmann que seria realizada em Blumenau no mês de março, foi transferida para o dia 25 de abril do corrente ano, com aprovação dos membros da comissão, a Audiência Pública no município de Chapecó que já havia sido aprovada anteriormente, por sugestão do Presidente foi marcada para o mês de junho e transferida para a cidade de São Miguel do Oeste, o Presidente solicitou ainda ao Deputado Mauricio Eskudlark que deliberasse com a Deputada Luciane Carminatti a data para realização da audiência. A Deputada Ana Paula Lima solicitou Audiência Pública a ser realizada em Blumenau, para tratar da atuação do Psicólogo no Sistema Prisional, o Presidente sugeriu que a data seja agendada após a posse da Deputada Ada de Luca na Secretaria de Justiça e Cidadania. Foi colocado em discussão os ofícios do Ministério da Justiça que solicitavam respostas a denúncia de maus tratos na Penitenciária de São Pedro de Alcântara, sendo designado o Deputado Mauricio Eskudlark para tratar do assunto. A Comissão aprovou uma Moção de Apoio encaminhada pelas Entidades Promotoras de Eventos Esportivos da Região Oeste. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão. Sala de Reuniões, em 6 de abril de 2011.

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia quatro de maio do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Senhor Deputado Marcos Vieira e presentes mais os senhores Deputados Sargento Amauri Soares, Jean Kuhlmann, Dóia Guglielmi (substituindo o Deputado Mauricio Eskudlark) e senhora Deputada Dirce Heiderscheidt reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala de reunião das Comissões. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. O senhor Presidente iniciou os trabalhos, foi lida a ata da Audiência Pública da Câmara de Vereadores de Blumenau encaminhando abaixo assinado para essa Comissão e enviada cópia aos Deputados da Comissão, foi lido o ofício da Câmara de Vereadores de Chapecó encaminhando requerimento e da Câmara de Vereadores de Seara encaminhado Moção 05/11 para providências, o Deputado Dóia Guglielmi relatou com parecer favorável o ofício 021.2/11 do Corpo de Bombeiros de Canoinhas, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, o Deputado Jean Kuhlmann relatou com parecer favorável os ofícios 0072.2/11 do Corpo de Bombeiros de Pouso Redondo, ofício 0090.4/11 do Corpo de Bombeiro de Jaraguá do Sul e ofício 0039.1/11 da Associação de Bombeiros Comunitários de Rio Negrinho que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade, o Deputado Sargento Amauri Soares, relatou com parecer favorável os ofícios 0046.0/11 da Associação de Bombeiros Comunitários de Palma Sola, 0077.7/11 do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, 0079.9/11 da Sociedade Corpo de Bombeiros Comunitários Intermunicipal de Catanduvas, Jaborá e Vargem Bonita e 0097.0/11 da Sociedade dos Bombeiros Comunitários de Braço do Norte, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade. O Presidente colocou o requerimento de audiência pública solicitada pelo Sargento Amauri Soares sobre a situação dos Centros de Formação de Condutores do Estado, as chamadas autoescolas em discussão, a comissão aprovou e ficou agendada a audiência para o dia 25 de maio às 10:00hs no Palácio Barriga Verde. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão. Sala das Reuniões em 04 de maio de 2011.

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia primeiro de junho de dois mil e onze, sob a Presidência do Senhor Deputado Marcos Vieira e presentes mais os senhores Deputados Sargento Amauri Soares, Kennedy Nunes, Dóia Guglielmi (substituindo o Deputado Mauricio Eskudlark) e senhora Deputada Dirce Heiderscheidt reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala de reunião das Comissões. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior. O senhor Presidente iniciou os trabalhos, o Deputado Kennedy Nunes relatou com parecer favorável o ofício 0042.7/11 do Corpo de Bombeiros Voluntários de Curitiba, relatou o projeto 0080.2/11 do Corpo de Bombeiros Comunitários de Mafra solicitando Diligenciamento, relatou o ofício 0083.5/11 do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna solicitando Diligenciamento, relatou com parecer favorável o projeto o ofício 0123.7/11 do Corpo de Bombeiros Voluntários de Papanduva, o Deputado Dóia Guglielmi relatou com parecer favorável o ofício 0048.2/11 da Associação Comunitária Intermunicipal de Bombeiros de São José do Cedro, Guarujá do Sul e Princesa, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, relatou com parecer favorável o ofício 0124.8/11 da Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário e Barra Bonita que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, relatou o ofício 0081.3/11 do Corpo de Bombeiros Comunitários de Capinzal e região solicitando Diligenciamento, a Deputada Dirce Heiderscheidt relatou com parecer favorável os ofícios 0192.9/11 da Associação dos Bombeiros Voluntários de São Joaquim, ofício 0075.5/11 da Associação de Bombeiros Comunitários de Matos Costa, ofício 0054.0/11 da Associação de Bombeiros Comunitários de Itapiranga, que colocados em discussão e votação foram aprovados por unanimidade, o Deputado Sargento Amauri Soares, relatou com parecer favorável o ofício 0127.0/11 da Associação de Bombeiros Comunitários de Ituporanga, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Presidente colocou o requerimento de audiência pública solicitado pelo Deputado Mauricio Eskudlark sobre "As questões Atinentes a Segurança Pública no Município de Porto União" em discussão, a comissão aprovou e ficou agendada a

audiência para o dia 17 de junho às 19:00 hs no Município de Porto União, foi colocado em discussão a solicitação de audiência pública da Deputada Ana Paula Lima, sobre a atuação dos Psicólogos no Sistema Prisional, a comissão aprovou, ficando data e local a definir. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, a qual, eu Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão. Sala das Reuniões em 01 de junho de 2011.

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 280/11

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE PINHALZINHO

Av. Belo Horizonte, 2200 - 89870-000 - Pinhalzinho - Santa Catarina

Inscr. Est.: 250.233.848 - CNPJ M.F.: 83.297.739/0001-34

UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL 2010

LEI Nº 15.125

Pinhalzinho, 13 de junho de 2011.

Ao

Coordenadoria de Expediente

Estado de Santa Catarina

A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE PINHALZINHO, cedida à avenida belo horizonte, 2200, na cidade de Pinhalzinho-SC, vem respeitosamente apresentar a V.Exa., Relatório de atividades e balancete contábil relativo as atividades do exercício de 2010, conforme Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010. Para prestação de contas de **UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**.

Na expectativa de que estes documentos produzem seus efeitos, reiteramos nosso protestos de consideração e apreço.

Silvio Mocelin

CPF: 065.226.619-34

Presidente

Associação Hospitalar Beneficente De Pinhalzinho

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 281/11

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES DA CIDADE DE LAURENTINO, ESTADO DE SANTA CATARINA, REFERENTE EXERCÍCIO DE 2010

Fevereiro e Março: Confeções de cestas de páscoa para vendas e doações, peças de roupas para crianças.

Abril: Confeção de Um enchoval de Bebê.

Mai: 4 edredons, 2 cobertores, 2 capas de cobertas de solteiro e 2 capas de cobertas de casal, 2 travesseiros, 16 fronhas, 4 lençóis, 20 ponches para creche, 50 ponches para Apae, 143 peças para 4 bebês.

Junho: Visita a gestante Leidiane Pereira no baixo amoadado com a doação de 65 peças, inclusive louças. Visita a Sra Margarete da Silva, doado uma cama de casal com colchão mais 18 peças de roupas. Doação de 8 conjuntos com mais de 40 peças de roupas a Guilherme Nicolodelli Leobete, criança com tumor nos olhos e mais 40 peças para uma integrante do clube de mães. Waltraud Pinto fez doação de 40 peças para uma família carente (vizinha). Crianças especiais 5 blusas. Doação para Sra. Carminha uma blusa e uma manta para um doente acamado. Isa Bogo um colete e uma manta. Rosângela Batista moradora da Rua Leonelo Losi doação de 40 peças. Emília 22 ponches, Dna. Amélia Mantoanelli 35 peças, roupas crianças e adultos. Asilo de Rio do Oeste, 15 mantas, 04 blusas 2 pares de meias. Serra Amuado 63 peças.

Julho: 6 sacos de fibra para Apae. Dna Rosalia 2 blusas e doação de 2 bancos. 80 peças roupas, para crianças e adultos da Apae. 20 pares de meias asilo Rio do Oeste.

Agosto: Leidiane Pereira 36 peças, um edredon com capa para bebê, um travesseiro, um casaco, 65 peças para Apae. Nita Sora 55 peças adultos, 18 blusas, pessoas carentes 38 peças creche, 12 peças recém nascidos, 1 sacolão família Leobet.

Setembro: Anita Sora, 50 peças adultos, Andrielson Castanheiro, 2 blusas, Andrei Kisner, 6 blusas, Lucia Consatti Retalhos Jeans e retalhos para fuxico.

Outubro: 120 peças para crianças, 36 camisas, 50 peças adultos para as seguintes pessoas: Maisa Niquelati, Michele Ferreira, Luan Ferreira, Kemily da Costa, Luiz Guilherme da Costa, Gustavo Ribeiro da Silva, Raissa Martins, Ana Luiza Kisner, Ana Julia Kisner, Tais Kelner, André Kisner, Mateus Niquelati, Gabriel Ferreira, Anael Ramos, Natanael Ramos, Bruno Vieira, Vitor Vieira e Jean Vieira.

Novembro: Família Baixo Amuado 137 peças, Apae Retalhos jeans,

200 peças família Rio do Sul, 20 peças Altair, 20 peças Sebastiana, 100 peças José da Silva, 1 Sacolão, 20 brinquedos, 4 pares de tênis crianças especiais e mais uma cesta de natal.

Dezembro: Doação de 01 kit de jogo de banho e 01 cesta de natal para o Natal do Idoso, acamado e crianças especiais: Francisco Bogo, Leocides Anacleto, Silvio Zonta, Miranda Krieger, Anunciata Montagna, Dorvalina Tonet, Ebe Kisner, Dalvina Roedel, Luis Borgonha, Herminia Possamai, Helena Tambosi, Pedro Schmidt, Valdecir Anacleto, Madalena Bona, Argeu Gonçalves, Doroteia Nardelli, Waltrudes Sora, Dercilio Pereira, Ema Coradini, Nona Filagrana (100 anos), Elza Marchi, Ervim Tonet, Miro Ansini, Mafalda Conzatti, Dna Sebastiana, Danúbia Anacleto, Jhon Ferreira, Marcio da Silva, Vera Alves, Ricardo Agostini, Jardel da Rocha.

Lauretino, 21 de dezembro de 2010.

AUREA BONA - PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 282/11

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Apae de São Joaquim Of. Nº 51/2011 São Joaquim, 14 de junho de 2011-06-08

DA: APAE de São Joaquim

AO: Presidente da Assembleia Legislativa

Deputado Gelson Merisio

Assunto: Utilidade Pública Estadual

Prezado Senhor,

Com as nossas saudações vimos à presença de Vossa Senhoria, apresentar a documentação em anexo para solicitação da renovação da Utilidade Pública Estadual. Segue os seguintes documentos:

- Relatório Anual/2010
- Balancete Patrimonial
- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para concessão de declaração de Utilidade Pública.

Luciane dos Santos Velho

Diretora da APAE

São Joaquim - SC

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 283/11

CENTRO HOLÍSTICO LUZES DA ESPERANÇA

CNPJ: 07.254.765/0001-05

Fpolis - Santa Catarina

Ofício nº 010/2011

Florianópolis, 15 de junho de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual

Gelson Luiz Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Excelentíssimo Presidente da ALESC

Na qualidade de Presidente do CENTRO HOLÍSTICO LUZES DA ESPERANÇA, associação civil, sem fins econômicos, **Declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei 7090 de 26 de junho de 2006, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei 14.416 de 28 de abril de 2008 e registrado no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis**, situado a Servidão Netuno 153, Ingleses, Florianópolis - SC, encaminho em anexo a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, conforme art. 3º da Lei Estadual 15.125 de 19 de janeiro de 2010:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- IV - balancete contábil.

Ricardo Moreira Peixoto

Presidente - Centro Holístico Luzes da Esperança

Lido no Expediente

Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 284/11

Ofício Interno nº 079/2011

Florianópolis, 13 de junho de 2011.

Exmo. Senhor

José Alberto Braunsperger

Diretor Legislativo

Nesta Casa

Senhor Diretor,

Com os cordiais cumprimentos, vimos através deste, encaminhar para as devidas providências, o Relatório de Atividades - exercício/2010, da Associação Esportiva e Cultural Luís Alves, em anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos a disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

Ana Paula Lima
Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 285/11
SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA
CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA

Of. 023/2011 Florianópolis, 16 de junho de 2011.
De: Sociedade Divina Providência - SDP
Para: Dep. Gelson Merisio
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Ref. a: Utilidade Pública Estadual - Prestação de Contas
Relatório de Atividades - Exercício de 2010
Ilmo. Senhor,

A Sociedade Divina Providência, estabelecida à Rua Hermann Blumenau, nº 102 - Centro - Florianópolis - SC, enquanto Instituição Beneficente de Assistência Social e declarada de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, encaminha a Vossa Senhoria, de acordo com as exigências estabelecidas na legislação em vigor, o *Relatório de Atividades - Exercício de 2010* e respectivos documentos anexos. As informações constantes neste relatório visam comprovar os serviços assistenciais prestados nas diferentes áreas de atuação da SDP.

Buscando cumprir todas as atribuições legais que nos competem, subscrevemo-nos, reiterando os votos de estima e consideração.

Atenciosamente;
Ilda Sachetti (Ir. Enedina)
Presidente da SDP

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 286/11

Amimu

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA MÚSICA

Ofício nº 023/11 Caçador, 07 de junho de 2011.
Ao

Sr. Deputado Gelson Merisio
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa - Florianópolis
A AMIMU - Associação dos Amigos da Música - vêm por meio deste encaminhar seguinte documentação para manter a concessão do título de Utilidade Pública Estadual:

- Relatório de Atividades;
- Cópia Autenticada da 3ª Alteração do Estatuto;
- Balanço e Demonstrativo do Resultado do Exercício.

Cordialmente,

Shirley Almeida Cavalheiro
Presidente da AMIMU

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 287/11

Itapiranga/SC, 01 de junho de 2011.

Ofício 002/2011
Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GELSON MERISIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis/SC

Prezado Senhor,

Pelo presente, vimos encaminhar em apenso, os seguintes documentos, em atendimento ao disposto no art 3º da Lei nº 15.125, de 19 janeiro de 2010.

- Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do Inciso III do art. 2º desta Lei;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, e;
- Balancete contábil.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada e reiteramos nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,
Simplicio Meurer
Presidente/ Associado Idealizador
Instituto de Desenvolvimento Regional FAI - IFAI
Ivanete Schneider Hahn
Tesoreira/ Associada Idealizadora
Instituto de Desenvolvimento Regional FAI - IFAI

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 288/11

Sociedade Vida e Movimento

Florianópolis, 15 de Junho de 2011.

Of. Nº 09/2011
Exmo. Senhor
Gelson Merisio
DD. Presidente da Assembleia Legislativa
NESTA
Senhor Presidente

A Sociedade Beneficente Vida e Movimento, reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei Nº 6.683/85, foi criada em 1984 para dar atendimento a deficientes.

Desde aquela época mantém-se em atividade e, atualmente, numa parceria com a Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência realiza a capacitação para o trabalho com deficientes intelectuais.

Remetemos em anexo o Relatório de Atividades da Sociedade Vida e Movimento do ano de 2010, de forma sucinta, para conhecimento dessa Assembleia, responsável pelo fornecimento do título de Utilidade Pública.

Fica aqui nosso convite para que Vossa Excelência possa conhecer o trabalho desenvolvido pela entidade localizada no Estreito, à Rua 14 de Julho, 107.

Atenciosamente,
Zeula Soares
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 289/11

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

OFÍCIO HSVP/ADM 201/11 Mafra, 15 de Junho de 2011.

Exmo Senhor
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
DD Presidente da Mesa
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis/Santa Catarina
Exmo. Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos pelo presente encaminhar a documentação necessária para a manutenção do título de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, em conformidade com a Lei Estadual nº 15.125 de 19 de Janeiro de 2010.

Os documentos são:

- Relatório Anual de Atividades do exercício de 2010;
- Cópia autenticada de Atestado de Funcionamento expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e Membro do Poder Municipal,
- Cópia do Balanço Patrimonial ao ano de 2010 publicado no Diário Oficial do Estado;
- Cópia atualizada do Registro da Entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- Certidão autenticada do Estatuto Social e da Ata de Eleição da Atual Diretoria.

Sem mais para o momento, reiteramos subscrevemos com protesto de nossa estima e consideração.

Atenciosamente
Luis Fernando Scardazan
Coordenador Administrativo

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/2011

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 290/11

ASSOCIAÇÃO LAGEANA DA TERCEIRA IDADE - ALTERI

Of. nº 009/2011 Lages, 03 de Junho de 2011

V. Exª
Deputado Jailson Lima
Primeiro Secretário
Assembleia Legislativa

Prezado Senhor,

A ALTERI - Associação Lageana da Terceira Idade, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 8.581, de 05 de maio de 1992, vem através deste solicitar a renovação da Declaração de Utilidade Pública Estadual, e para tanto, encaminhar os documentos relacionados:

- I - relatório anual de atividades 2010;
- IV - balancete contábil 2010;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública; (registrada em cartório)

III - Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto; (última alteração ocorreu em 2009, e foi encaminhada, autenticada, em 2010, para análise da Assembléia Legislativa)

V - Atestado de Funcionamento Atualizado;

VI - Certidão Atualizada do Registro de Entidade.

Atenciosamente,

Rita Batalha Parizotto
Presidente ALTERI

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2299, de 21 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

DESIGNAR GERSON RODRIGO DE BANDEIRA

PAMPLONA, matrícula nº 1458, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Consultoria Legislativa - PL/FC-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular MARILEA MARCON CORREA, a partir de 20/06/2011 (DL - Consultoria Legislativa).

Marlene Fengler

Chefe de Gabinete da Presidência

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2300, de 21 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **LEDA DA APARECIDA PEREIRA**

HUPPI, matrícula nº 1947, na DA - Coordenadoria de Licitações.

Marlene Fengler

Chefe de Gabinete da Presidência

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2301, de 21 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARIA REGINA GARCIA PEREIRA**,

matrícula nº 1232, na Comissão de Agricultura e Política Rural.

Marlene Fengler

Chefe de Gabinete da Presidência

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2302, de 21 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo

discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo	Quinquênio	Processo nº
2130	Maria Aparecida Leitão Pacheco	02/06/06	01/06/11	0869/11
2131	Eduardo Guedes de Oliveira	02/06/06	01/06/11	0870/11
2148	Laura Elita Vieira Amorim	03/06/06	02/06/11	0871/11
2167	Marcelo Henrique Bello	01/06/06	31/05/11	0872/11
0633	Luiz Henrique Belloni Faria	04/06/06	03/06/11	0883/11

Marlene Fengler

Chefe de Gabinete da Presidência

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2303, de 21 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Ambrosio Herbert	5759	3%	3%	01/06/11	0874/11
Eliana Kruscinski de Oliveira	5335	3%	3%	02/06/11	0876/11
Eduardo Conte	4340	3%	3%	01/06/11	0880/11
Maria da Graça Brasil Caldas	2360	21%	21%	02/02/10	0881/11
Maria da Graça Brasil Caldas	2360	3%	24%	04/06/11	0881/11

Marlene Fengler

Chefe de Gabinete da Presidência

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2304, de 21 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Valdemar Neves Filho	1599	3%	33%	07/06/11	0882/11
João Lourenço Dorneles	4505	3%	6%	03/06/11	0879/11
Maria Angelica da Silva Ponciano	4668	3%	6%	01/06/11	0878/11
Marla Amorim Stein	5749	3%	3%	04/06/11	0875/11

Marlene Fengler

Chefe de Gabinete da Presidência

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 229/11

Declara de Utilidade Pública a Associação Parkinson Santa Catarina, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a Associação Parkinson Santa Catarina, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,
Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

JUSTIFICATIVA

A Associação Parkinson Santa Catarina, também designada pela sigla APASC, fundada em 31 de março de 2004, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, cujo prazo de duração é indeterminado, com área de atuação no município de Florianópolis e municípios conurbados.

A APASC tem por finalidade:

I - congregar as pessoas portadoras da Doença de Parkinson (PcP) e pessoas interessadas em propiciar-lhes apoio e assistência;

II - desenvolver e apoiar ações, coletar e divulgar informações sobre pesquisas terapêuticas, bem como os métodos e meios para melhorar a qualidade de vida dos portadores, bem como de seus familiares e cuidadores;

III - divulgar e informar a opinião pública e os meios de comunicação sobre a Doença de Parkinson e seus sintomas;

IV - colaborar e manter contatos com órgãos públicos e privados dedicados à saúde, com vistas a defender os interesses de seus associados.

No desenvolvimento de suas atividades, a APASC observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião, preservando sua independência com relação aos poderes corporativos ou partidários, princípios aos quais também estarão sujeitos os associados nas reuniões da entidade.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Associação Parkinson Santa Catarina", de Florianópolis, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 230/11

Declara de Utilidade Pública a Associação de Alzheimer e Doenças Similares Regional de Santa Catarina (ABRAZ-SC), de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a Associação de Alzheimer e Doenças Similares Regional de Santa Catarina (ABRAZ-SC), com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 21/06/11

JUSTIFICATIVA

A Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares - Regional Santa Catarina (ABRAZ-SC), possui natureza civil, sem fins econômicos e com número ilimitado de associados, que se regerá pelo presente Estatuto e pelo que disciplina o Código Civil, especialmente nos artigos 53 a 61, pelas disposições legais em vigor e pelas Normas Internas de Procedimentos em defesa dos direitos dos portadores da Doença de Alzheimer (DA) e seus familiares.

O prazo de duração da ABRAZ-SC é indeterminado e tem como finalidade não lucrativa:

a) Promover o bem estar dos indivíduos portadores da Doença de Alzheimer e doenças similares em nível estadual;

b) Orientar e promover o bem estar dos familiares e cuidadores de indivíduos vitimados pela doença de Alzheimer e doenças similares em nível estadual;

c) Estimular, organizar e congregar grupos voluntários e afins para suporte familiar;

d) Promover e facilitar a cooperação da ABRAZ-SC com organizações afins estaduais, nacionais e internacionais, bem como no campo gerontológico;

e) Estimular, apoiar e incentivar a pesquisa científica quanto à etiologia, aperfeiçoamento diagnóstico, terapia, cura, análises demográficas e prevenção da Doença de Alzheimer e doenças similares;

f) Coletar e disseminar informações em nível público por intermédio de programas de conscientização nos vários municípios do Estado de Santa Catarina;

g) Coletar e disseminar informações científicas e educacionais relacionadas com a Doença de Alzheimer e doenças similares;

h) Sensibilizar e colaborar com o poder público e entidades privadas afetadas à problemática da Doença de Alzheimer e doenças similares, que causem grande dependência física e mental, especialmente em pessoas idosas, assessorando tecnicamente, coordenando programas de medidas e soluções no equacionamento de questões vinculadas ou relacionadas com os objetivos da ABRAZ-SC

i) Gerir/promover serviços, sem finalidade econômica, de atendimento aos pacientes e seus familiares;

j) Promover eventos de caráter educacional e informativo que vise a congregar estudantes, profissionais e familiares para compartilhar conhecimentos acerca do desenvolvimento das pesquisas, tratamento e assistência ao portador de Doença de Alzheimer.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares - Regional Santa Catarina (ABRAZ-SC)", de Florianópolis, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 113/10

Altera a Lei nº 7.543, de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica acrescido o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.543, de 30 de dezembro de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, com a seguinte redação:

"Art. 5º As alíquotas do IPVA são:

.....
VI - 1% (um por cento) para veículos movidos a gás natural veicular."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 011/2011

Altera a Lei Complementar nº 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei Complementar nº 422, de 25 de agosto de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Programa de Habitação Popular - NOVA CASA atenderá a famílias cuja renda não exceda a doze salários mínimos mensais, priorizando aquelas com rendimento máximo de três salários mínimos, e as atingidas por catástrofes que residam em áreas de risco, segundo relatório elaborado pela Defesa Civil Estadual, e seus recursos serão aplicados nas seguintes ações:

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de junho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***